



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ALISSON DIÊGO DIAS DE MEDEIROS

**“MAS PELO FATO DE PODER TER SEMPRE ESTADO OCULTO QUANDO TERÁ
SIDO O ÓBVIO”:** uma análise do discurso das publicações dos Organismos
Governamentais de Políticas para as Mulheres sobre violência contra a mulher

Recife
2020

ALISSON DIÊGO DIAS DE MEDEIROS

**“MAS PELO FATO DE PODER TER SEMPRE ESTADO OCULTO QUANDO TERÁ
SIDO O ÓBVIO”:** uma análise do discurso das publicações dos Organismos
Governamentais de Políticas para as Mulheres sobre violência contra a mulher

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiele Stockmans De Nardi

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Boff de Godoy

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

- M488m Medeiros, Alisson Diêgo Dias de
"Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o
óbvio": uma análise do discurso das publicações dos Organismos
Governamentais de Políticas para as Mulheres sobre violência contra a
mulher / Alisson Diêgo Dias de Medeiros. – Recife, 2020.
136f.: il.
- Orientadora: Fabiele Stockmans De Nardi.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de
Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.
- Inclui referências e apêndices.
1. Análise do discurso. 2. Violência contra a mulher. 3. Patriarcado.
4. Ideologia. 5. Mulher. I. De Nardi, Fabiele Stockmans (Orientadora).
II. Título.
- 410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-171)

ALISSON DIÊGO DIAS DE MEDEIROS

**“MAS PELO FATO DE PODER TER SEMPRE ESTADO OCULTO QUANDO TERÁ
SIDO O ÓBVIO”:** uma análise do discurso das publicações dos Organismos
Governamentais de Políticas para as Mulheres sobre violência contra a mulher

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do Título de Doutor em Letras.

Aprovada em: 07/08/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fabiele Stockmans De Nardi (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Ana Boff de Godoy (Coorientadora)

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr^a. Fernanda Luzia Lunkes (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Sul da Bahia

Prof^a. Dr^a. Ana Carolina da Costa e Fonseca (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Prof^a. Dr^a. Dantielli Assumpção Garcia (Examinadora Externa)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi construída em momentos de turbulência e, sem a colaboração destes a quem estou agradecendo aqui, certamente não teria conseguido concluir a escrita.

Agradeço aos meus pais, por não terem medido esforços para que nós, seus filhos, fôssemos boas pessoas e para que tivéssemos acesso à educação.

Aos meus tios Tico e Ivete, por terem me trazido da zona rural para estudar aos três anos de idade.

Agradeço à minha companheira de vida, Luciane, por ter me tornado uma pessoa melhor e por sempre me deixar vigilante quanto à reprodução dos saberes patriarcais tão arraigados na nossa formação social.

Aos meus meninos, Camilo e Felipe, por me ensinarem que paciência tem que ser uma religião.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e à Universidade Federal de Pernambuco, por terem me proporcionado esta formação.

À professora Ana Boff de Godoy, minha coorientadora, que sempre esteve disponível e com contribuições que foram fundamentais para este trabalho.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Fabiele Stockmans de Nardi, por toda a generosidade, suavidade, compreensão e sabedoria nesse processo de orientação. Minha gratidão sempre.

Às professoras Evandra Grigoletto e Ana Carolina, por terem lido este texto e dados suas ótimas contribuições.

Por fim, agradeço à minha avó Lourdes (*in memoriam*) por ter resistido tanto a esse meio sexista e patriarcal e, ainda assim, ter sido protagonista para todos nós.

RESUMO

Este trabalho busca trazer algumas contribuições acerca do discurso sobre a mulher a partir do olhar da Análise do Discurso pecheutiana. Buscamos analisar a filiação ideológica dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) da Região Nordeste a partir de suas publicações no Facebook sobre violência contra a mulher, bem como observar os efeitos de sentidos produzidos por essas publicações quanto ao que é ser mulher. Além disso, visamos, ainda, analisar a orientação interlocutiva das postagens, bem como a (des)identificação dos usuários da rede social com o discurso sobre a mulher sustentado pelas publicações. Para tanto, lançaremos mão de autores como Djamila Ribeiro e Foucault, para discutirmos nosso lugar de fala, e de outros, como Michel Pêcheux, Louis Althusser, Freda Indursky, Eni Puccinelli Orlandi, para nos dar uma base teórica para sustentar nossos caminhos de análise, bem como Bell Hooks, Silvia Federici, Angela Davis, Heleieth Saffioti, para nos auxiliar nos conceitos relacionados à mulher e ao patriarcado. Sendo assim, apontaremos quais os percursos tomados por esta pesquisa. Assim, falaremos acerca do funcionamento do patriarcado e dos movimentos feministas de resistência. Como objeto da nossa pesquisa, elegemos as publicações no Facebook dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) sobre violência contra a mulher e constituímos o corpus com 255 publicações sobre essa temática. No aspecto teórico, discutimos conceitos como Formação discursiva, Ideologia, Aparelhos Ideológicos do Estado, dentre outros. O corpus nos levou, em um processo sinuoso, a perceber que a ideologia patriarcal funciona de modo a se impor como dominante na nossa formação social, orientando, portanto, os saberes sobre a mulher nos inúmeros espaços sociais. Desse modo, a pesquisa apontou que as publicações dos OPM em análise sugerem uma filiação deles a uma Formação Discursiva (FD) Patriarcal, que discursiviza a mulher, ora a responsabilizando, ora naturalizando a violência contra ela. Vale dizer, por fim, que essa FD Patriarcal encontra resistência em seu interior, como é próprio da heterogeneidade de toda Formação Discursiva, mas, no corpus, o que continua gritando, o que continua sendo dominante são os saberes do patriarcado. Este trabalho trata, assim, da voz que grita, que silencia, mas também da voz que, em um lugar de resistência, insiste em se fazer ouvir.

Palavras-chave: Análise do discurso. Violência contra a mulher. Patriarcado. Ideologia. Mulher.

RESUMEN

Este trabajo busca traer algunas contribuciones acerca del discurso sobre la mujer a partir de la mirada del Análisis del Discurso pecheutiana. Buscamos analizar la filiación ideológica de los Organismos Gubernamentales de Políticas para las Mujeres (OPM) de la Región Nordeste a partir de sus publicaciones en el Facebook sobre violencia contra la mujer, así como observar los efectos de sentidos producidos por estas publicaciones en lo que se refiere a lo que es ser mujer. Además, aspiramos, todavía, analizar la orientación interlocutoria de los post, así como la (des)identificación de los usuarios de la red social con el discurso sobre la mujer sostenido por las publicaciones. Para ello, lanzaremos mano de autores como Djamila Ribeiro y Foucault, para discutir nuestro lugar de habla, y de otros, como Michel Pêcheux, Louis Althusser, Freda Indursky, Eni Puccinelli Orlandi, para darnos una base teórica para apoyar nuestros caminos de análisis, así como Bell Hooks, Silvia Federici, Angela Davis, Heleieth Saffioti, para auxiliarnos en los conceptos relacionados a la mujer y al patriarcado. Así siendo, señalaremos los caminos tomados por esta investigación. Así, hablaremos sobre el funcionamiento del patriarcado y los movimientos de resistencia feministas. Como objeto de nuestra investigación, elegimos las publicaciones en Facebook de los Cuerpos Gubernamentales para Políticas para las Mujeres sobre la violencia contra las mujeres y constituimos el corpus con 255 publicaciones sobre este tema. En el aspecto teórico, discutimos conceptos como formación discursiva, ideología, aparato ideológico estatal, entre otros. El corpus nos llevó, en un proceso sinuoso, a darnos cuenta de que la ideología patriarcal trabaja para imponerse como dominante en nuestra formación social, orientando, por tanto, el conocimiento sobre las mujeres en los innumerables espacios sociales. De esta forma, la investigación señaló que las publicaciones de las OPM bajo análisis sugieren su afiliación a una Formación Discursiva Patriarcal (DF), que discursiviza a las mujeres, a veces responsabilizándolas, otras naturalizando la violencia contra ellas. Finalmente, vale decir que esta DF Patriarcal encuentra resistencias dentro de ella, como es propio de la heterogeneidad de toda la Formación Discursiva, pero, en el corpus, lo que sigue gritando, lo que sigue dominando es el conocimiento del patriarcado. Esta obra trata, por tanto, de la voz que grita, que silencia, pero también de la voz que, en un lugar de resistencia, insiste en hacers

Palabras clave: Análisis del discurso. Violencia contra la mujer. Patriarcado. Ideología. Mujer.

ABSTRACT

This paper seeks to offer a few contributions regarding the discourse about women from the perspective of the Pecheutian Discourse Analysis. We seek to analyze the ideological affiliation of the OPM (Brazilian acronym for Government Bodies of Policies for Women's Development) in the Brazilian Northeast from their Facebook posts on violence against women, as well as to observe the effects of the meanings produced by those posts as to what it means to be a woman. In addition, we also aim at analyzing the interlocutive orientation of the publications, as well as the (un)identification of the users of the social network with the discourse on women supported by the publications. To that end, we exploit authors such as Djamila Ribeiro and Foucault, to discuss our place of speech; and others, such as Michel Pêcheux, Louis Althusser, Freda Indursky and Eni Puccinelli Orlandi, to give us a theoretical basis to support our paths of analysis; as well as Bell Hooks, Silvia Federici, Angela Davis, Heleieth Saffioti, to assist us in concepts related to women and patriarchy. Thus, we point out the paths taken by this research. Thereafter, we discuss the functioning of patriarchy and feminist resistance movements. As an object of our research, we chose the Facebook posts by the OPMs on violence against women and built the corpus with 255 publications on this theme. On the theoretical aspect, we discuss concepts such as Discursive Formation, Ideology, State Ideological Apparatus, among others. The corpus led us, through a sinuous process, to realize that the patriarchal ideology works in order to impose itself as dominant in our social formation, guiding, therefore, the knowledge about women in the various social spaces. Hence, the research pointed out that the publications by the OPMs under analysis suggest their affiliation to a Patriarchal Discursive Formation (FD), which discursivizes women, sometimes making them responsible, sometimes banalizing violence against them. Finally, it is worth stating that this Patriarchal FD finds resistance within itself, which is typical in the heterogeneity of all Discursive Formation, but in the corpus, the knowledge of patriarchy remains dominant. Therefore, this paper deals with the screaming and silencing voices, as all as with the voices that, in a place of resistance, insists on making itself heard.

Keywords: Discourse analysis. Violence against women. Patriarchy. Ideology. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	60
Figura 2 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	61
Figura 3 – Publicação da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres –PI.....	62
Figura 4 – Publicação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – PB.....	63
Figura 5 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas da Bahia.....	64
Figura 6 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	68
Figura 7 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da BA.....	69
Figura 8 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	70
Figura 9 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	71
Figura 10 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	73
Figura 11 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia.....	74
Figura 12 – Publicação da Secretaria da Mulheres de Pernambuco.....	75
Figura 13 – Publicação da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas.....	81
Figura 14 – Publicação de Estado da Mulher do Maranhão.....	85
Figura 15 – Publicação da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres - CEP/PI....	90
Figura 16 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN.....	92
Figura 17 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPM-BA.....	94
Figura 18 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPM-BA.....	97
Figura 19 – Publicação da Secretaria da Mulher de Pernambuco – SPM-PE.....	99
Figura 20 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia – SPM- BA.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação: orientação interlocutiva x número de publicações x porcentagem.....	65
Tabela 2 – Relação: estado x orientação interlocutiva x número de publicações x total de publicações.....	66
Tabela 3 – Relação: número de responsabilizações x estado x número total de Publicações.....	72
Tabela 4 – Relação: categorias de análise x número de publicações x porcentagem do total de publicações.....	76
Tabela 5 – Relação: movimento discursivo para responsabilização x número de publicações x porcentagem relativa ao total de postagens responsabilizadoras.....	77
Tabela 6 – Relação: movimento discursivo de naturalização x número de publicações x porcentagem relativa ao total de postagens naturalizadoras.....	77

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
AII	Aparelho Ideológico de Informação
CEPM/PI	Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres
FDs	Formações Discursivas
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIs	formações ideológicas
INCA	Instituto Nacional de Câncer
OPM	Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SPM-BA	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia
SPM-PE	Secretaria da Mulher de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: OS PERCURSOS DA PESQUISA.....	13
1.1	O PATRIARCADO E A DISCURSIVIZAÇÃO DA MULHER.....	17
1.1.1	Engrenagens e Funcionamento do patriarcado.....	20
1.2	MOVIMENTO FEMINISTA E RESISTÊNCIA.....	26
1.3	OS OPM NO CONTEXTO DA TEORIA: PRIMEIROS APONTAMENTOS.....	30
2	ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA.....	35
2.1	APONTAMENTOS TEÓRICOS A PERCORRER.....	38
2.1.1	O silêncio constitutivo.....	53
3	EFEITOS DE UMA DESCRIÇÃO: O OBJETO E O CORPUS.....	57
3.1	AS ORIENTAÇÕES INTERLOCUTIVAS: COM QUEM, PARA QUEM?.....	64
3.2	AS CATEGORIAS.....	66
4	EFEITOS DE UMA ANÁLISE.....	79
4.1	A ORIENTAÇÃO INTERLOCUTIVA E A PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO.....	80
4.2	ORIENTAÇÕES DISCURSIVAS DO CORPUS.....	86
4.2.1	Movimentos de responsabilização.....	86
4.2.2	Efeitos de naturalização.....	93
4.2.3	Silenciamentos como marcas do patriarcado.....	99
4.3	O DISCURSO CURTIDO, COMENTADO E COMPARTILHADO.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A – FIGURA 1.....	117
	APÊNDICE B – FIGURA 2.....	118
	APÊNDICE C – FIGURA 3.....	119
	APÊNDICE D – FIGURA 4.....	120
	APÊNDICE E – FIGURA 5.....	121
	APÊNDICE F – FIGURA 6.....	122
	APÊNDICE G – FIGURA 7.....	123
	APÊNDICE H – FIGURA 8.....	124
	APÊNDICE I – FIGURA 9.....	125
	APÊNDICE J – FIGURA 10.....	126
	APÊNDICE K – FIGURA 11.....	127

APÊNDICE L – FIGURA 12.....	128
APÊNDICE M – FIGURA 13.....	129
APÊNDICE N – FIGURA 14.....	130
APÊNDICE O – FIGURA 15.....	131
APÊNDICE P – FIGURA 16.....	132
APÊNDICE Q – FIGURA 17.....	133
APÊNDICE R – FIGURA 18.....	134
APÊNDICE S – FIGURA 19.....	135
APÊNDICE T – FIGURA 20.....	136

1 INTRODUÇÃO: OS PERCURSOS DA PESQUISA

A gênese desta tese se dá a partir de inquietações teóricas e pessoais sobre a influência da ideologia patriarcal e o seu *modus operandi* na nossa formação social. Quais condições de produção estão sendo reproduzidas nas publicações sobre violência contra a mulher? Que Formação Discursiva está regulando o discurso sobre a mulher? Foi com base nessas inquietações que surge o nosso corpus, composto por 255 publicações (no Facebook) dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) da região Nordeste sobre violência contra a mulher. A partir dessas inquietações, é que traçamos os objetivos que orientaram a nossa pesquisa.

Nesse sentido, buscamos analisar, aportados na Análise do Discurso pecheutiana, a possível filiação dos OPM a uma ideologia patriarcal, observando os efeitos de sentido produzidos pelas publicações analisadas quanto ao que é ser mulher, bem como verificar com quem tais publicações estão falando e quais sujeitos estão sendo interpelados por esse discurso sobre a mulher presente no corpus. Além disso, buscamos, também, analisar alguns pré-construídos que sustentam esses discursos, bem como a (des)identificação dos usuários da rede social com o discurso sobre a mulher presente nessas publicidades.

No percurso de construção desta tese, outras questões nos inquietaram, exigindo um trato cuidadoso com algumas noções, dentre as quais está a de *lugar de fala*. Por isso, é importante não perdermos de vista que escrever sobre a mulher ou sua discursivização requer muito cuidado e atenção, especialmente quando se é homem, uma vez que o lugar de fala da mulher é intrínseco a ela enquanto sujeito social. Sobre isso, vale dizer que a expressão *lugar de fala* tem uma origem imprecisa, embora seja mais comum usá-la nas discussões sobre feminismo para designar o lugar social próprio de alguns sujeitos nas relações de poder com outros sujeitos. Aqui, neste trabalho, usaremos o conceito alinhado com as considerações de Djamila Ribeiro e buscando aproximá-lo dos saberes epistemológicos sobre o discurso. Também lançaremos mão das considerações de Michel Foucault, especialmente quando, em *A Arqueologia do Saber*, trata da Formação das Modalidades Enunciativas.

Fazendo essa aproximação teórica, percebemos que Foucault ([1969], 2019) afirma que o que estamos chamando de lugar de fala é construído por três questões basicamente: o *status* que os indivíduos têm, o lugar institucional a partir do qual enunciam e as posições que o sujeito pode ocupar na esfera social.

Sobre essa primeira questão, Foucault ([1969], 2019, p.61) inicia a discussão com alguns questionamentos:

Quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito de proferir semelhante discurso?

A partir desses questionamentos, Foucault ([1969], 2019) destaca que esse *status* constitui as condições sociais (normas sociais, condições legais) que autorizam o sujeito a se “apropriar” de um discurso, mas também estabelecem os limites que devem ser respeitados por esse sujeito para que possa falar a partir desse lugar, o que se faz a partir de “um sistema de diferenciação e de relações [...] com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu *status*” (FOUCAULT, [1969], 2019, p. 61). Além disso, o autor afirma que esse *status* é constituído também por um conjunto de traços que definiriam seu funcionamento em relação à sociedade como um todo.

Além desse aspecto, estamos compreendendo que esse *lugar de fala* também é constituído pelo que Foucault ([1969], 2019) chamou de lugar institucional, a partir de onde o sujeito obtém seu discurso. O autor exemplifica que o discurso médico também é constituído a partir das práticas discursivas do hospital, que seria, na nossa sociedade, um lugar institucional que legitima, autoriza ou não o discurso desse sujeito. É importante ressaltar que o autor ainda coloca que outro elemento que constitui o que estamos chamando de *lugar de fala* é a posição que é possível ocupar nas relações com os mais variados grupos ou domínios sociais como “sujeitos que percebem, observam, descrevem, ensinam” (FOUCAULT, [1969], 2019, p. 64).

Vale dizer, portanto, que essas modalidades de enunciação, como chama Foucault, remetem a um sujeito disperso, sem unicidade e essa dispersão se manifesta nos diversos *status*, nos variados lugares ou posições possíveis de ocupar quando se exerce um discurso. Isso tudo constituiria o que estamos chamando de lugar de fala.

Saliente-se que esse conceito de *lugar de fala* tem gerado conflitos teóricos quanto à sua relevância no meio acadêmico. Para marcarmos nossa posição frente a esses embates, por conseguinte, optamos por utilizar *lugar de fala* em uma zona convergente entre o conceito de discurso foucaultiano e a concepção de Djamila Ribeiro sobre o conceito, que é usado para designar o lugar social próprio de alguns sujeitos nas relações de poder com outros sujeitos.

Segundo Ribeiro (2017), *lugar de fala* não remete a experiências ou vivências de um indivíduo, embora estas tenham sua dose de relevância. Para a autora, o conceito remete muito mais às condições sociais que constituem um grupo do qual alguns indivíduos compartilham experiências em comum. Nesse sentido, não são as perspectivas individuais que interessam para

marcar o lugar de fala de um indivíduo, são as experiências construídas historicamente – o indivíduo constituído em sujeito – e comuns a um grupo que estruturam opressões, negando direitos a um grupo e retirando de outro, dando voz a um e silenciando outro. É com base nisso, que há a possibilidade de sujeitos que ocupam lugares de fala distintos falarem sobre um mesmo assunto, cada um a seu modo, cada um a partir de um lugar social. É nesse sentido que Ribeiro (2017, p. 64), tratando do lugar de fala da mulher negra, diz:

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.

Adaptando para o nosso caso, falar sobre feminismo não é uma atribuição exclusivamente feminina, embora tenhamos consciência de que ser homem e falar sobre feminismo é desafiador, uma vez que o lugar de fala ocupado por este não é um lugar social que lhe negou direitos e lhe silenciou a voz, é sobretudo um lugar privilegiado, de opressor, e não de oprimido. Vale salientar também que ocupar um lugar de fala não garante que o discurso reproduzido por esse sujeito seja filiado aos saberes que se esperaria serem oriundos desse lugar. Há a possibilidade de um sujeito ocupar um *locus* social que lhe oprime, no entanto reproduzir um discurso muito mais filiado aos saberes do opressor. Ribeiro (2017, p. 67) afirma:

O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela pode até dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. [...] Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos.

Nesse momento, faz-se mister destacar que há uma diferença básica entre lugar de fala e representatividade. Enquanto o lugar de fala seria o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade, a representatividade está ligada à ocupação de lugares de privilégio. Um homem e uma mulher, ambos cientistas políticos, por exemplo, têm seus respectivos lugares de fala, mas é muito mais comum a presença de homens cientistas políticos em meios de informação de massa do que mulheres. A mulher cientista política tem, assim, pouca representatividade nos meios de informação de massa.

Outro exemplo de pouca representatividade é a ocupação de pessoas negras nos papéis protagonistas nas telenovelas brasileiras. Quase sempre, ainda hoje, o sujeito negro é representado com papel secundário ou ainda associado a empregos desprivilegiados ou como criminoso, perigoso, etc. E, quando vem a ser protagonista, esse sujeito passa por um

engessamento de modo a ficar “mais branco”, uma vez que esse lugar fora pensado pelo e para o branco, daí mulheres e homens negros não serem representados com seus cabelos naturais, aspectos culturais, religiosos, etc.

Nesse sentido, como alguns sujeitos ocupam poucos lugares de privilégio, é legítimo que haja lutas por representatividade nos inúmeros lugares, como política, jornalismo, ciência, etc. A representatividade contribui para que sujeitos ampliem os seus lugares de fala, apesar de a sociedade insistir em confiná-los em lugares menos privilegiados. É nesse sentido que Ribeiro (2017, p. 86) diz:

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares dos grupos subalternizados.

Visto isso, cabe dizer que toda pesquisa que se proponha a tratar das questões feministas têm por obrigação deixar claro qual é o lugar de fala do pesquisador. No nosso caso, trata-se de um lugar de fala de um homem – branco, heterossexual, criado em uma sociedade machista, o qual, mesmo combatendo as opressões contra a mulher¹, não nega que logra de benefícios estruturais em detrimento das opressões infligidas a ela ao longo da história –, tratando de questões da discursivização da mulher na sociedade brasileira. A partir desse lugar, é que buscamos frisar que também é importante, do ponto de vista epistemológico, pesquisas que voltem o olhar para o outro. Claro que esse olhar estará sempre sob a lente de uma formação discursiva, que regula o que pode e deve ser dito por esse sujeito, o que não quer dizer que esse olhar não seja relevante, vista a possibilidade de interação entre as Formações Discursivas no todo complexo do interdiscurso. A partir desse outro lugar de fala, o sujeito pode, no nosso ponto de vista, reconhecer os movimentos do discurso que, para ele, podem se apresentar como naturais.

Muito se diz no meio acadêmico que alguns sujeitos não estariam autorizados a falar em nome de uma comunidade (um branco falar sobre a causa negra) com propriedade. E isso é verdade até certo ponto. Não se é autorizado a falar de um lugar social que não é o seu, porém

¹ Usaremos, ao longo de grande parte do texto, o termo *mulher* no singular a fim de marcarmos que estamos nos referindo ao sujeito mulher, assim compreendido e inscrito no arcabouço teórico da Análise do Discurso reivindicada por Michel Pêcheux.

é legítimo falar sobre outros sujeitos, não do lugar deles, mas ter clareza que se está falando sobre esses outros sujeitos de outro lugar, geralmente privilegiado.

Dito isso, peço – acho imprescindível usar a primeira pessoa nesta frase – “licença” à mulher para seguir nas análises sobre essa temática tão instigante e provocadora para um sujeito que insiste em tentar ser atravessado ideologicamente por saberes progressistas, em um processo lento e persistente de desidentificação progressivo com o patriarcado.

Outrossim, vemos como importante destacar que este trabalho está sendo escrito em primeira pessoa do plural, ao invés de em primeira pessoa do singular, porque as contribuições das professoras Fabiele Stockmans de Nardi e Ana Boff de Godoy foram tão consideráveis e consistentes, que permanecem presentes na nossa escrita e, portanto, estão refletidas materialmente no “nós” do texto, nas reflexões sobre o patriarcado e na vigília constante deste autor no combate à opressão feminina que a ideologia patriarcal promove em toda a nossa formação social.

1.1 O PATRIARCADO E A DISCURSIVIZAÇÃO DA MULHER

O conceito de patriarcado tem sofrido interpretações diversas, ou pelo menos vem sofrendo atualizações com o passar do tempo. Na Roma da Antiguidade, por exemplo, a lei previa que o patriarca teria o direito à vida ou morte de sua esposa e filhos. Hodiernamente, embora o ordenamento jurídico não tenha essa previsão, os homens continuam matando suas companheiras por motivo fútil e com requintes de crueldade. Ou seja, embora o patriarcado não exista legalmente, no seio da sociedade, ele é bem real e essa ideologia regula as relações sociais entre homem e mulher, sendo esta discursivizada de modo a se submeter e silenciar socialmente, ou seja, suas demandas seguem sendo, de formas diversas, silenciadas, e seu corpo e sua vida seguem sendo tomados como objeto de posse daquele que “a governa”.

Dessa forma, não usaremos aqui a expressão “dominação masculina”, usaremos o termo “patriarcado” e suas variantes (ideologia patriarcal, matriz de saberes patriarcais), visto que este conceito expressa, no nosso ponto de vista, “a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente” (SAFFIOTI, [2004], 2015, p. 107). Ou seja, quando falarmos em patriarcado neste trabalho, estamos alinhados com o pensamento de Saffioti ([2004], 2015) e estamos tratando das inúmeras construções sociais que remetem ao sexismo, a forças estruturais que discursivizam a mulher como inferior, frágil, sexualizada, submissa, incapaz e responsável pela violência que a atinge.

Além disso, a escolha por falarmos em patriarcado se deve, também, ao fato de entendermos que é imprescindível afirmar que a violência contra a mulher não é uma relação apenas da vida privada. As relações patriarcais estão por todos os setores da sociedade, desde a violência doméstica até os baixos salários da mulher em detrimento dos homens. Outro ponto importante para se justificar o emprego do termo patriarcado é que, na prática, o imaginário masculino é construído, ainda hoje, de modo a ter direitos sexuais sobre a mulher, a qual teria a “obrigação” de satisfazer a vontade de seu companheiro. Nessa linha de pensamento, o patriarcado tem dado sinais de que persiste ao longo da história e de que ainda mantém uma relação de dominância na nossa formação social, seja na esfera privada ou mesmo na intervenção do Estado no que toca às relações de gênero, tal relação existe e não é de agora.

Sobre a questão da intervenção estatal, Federici (2017) afirma que a crise populacional na Europa nos séculos XVI e XVII foi a responsável por tornar as questões sobre reprodução e crescimento populacional um assunto de Estado. Nesse momento, o controle de natalidade exercido por mulheres a partir de ervas e chás foi criminalizado e a “caça às bruxas” surge como uma maneira de regular e quebrar o controle da mulher sobre a reprodução. O resultado dessas políticas resultou, segundo a autora, na “escravização da mulher à procriação”. (FEDERICI, 2017, p. 178). Nesse sentido, a mulher, e especialmente o seu útero, passam a ser vistos como um território político, sobre o qual o controle do Estado e dos homens passa a ser uma realidade.

Esse controle do Estado reverberou em uma nova divisão sexual do trabalho, em que a mulher assume papel de mãe, esposa, filha, viúva, discursivizações “que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos” (FEDERICI, 2017, p. 191). É nesse sentido que Federici (2017, p. 191) diz:

Na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos.

Essa desvalorização do trabalho da mulher, junto à perda do controle sobre a reprodução, forjou, segundo Federici (2017), uma nova ordem patriarcal, em que a mulher fica destinada a esfera privada e o marido é ressignificado como o representante do Estado, ou seja, quem disciplina e supervisiona a classe subordinada, incluídas aí a esposa e os filhos. Vale dizer, claro, que a mulher da classe baixa não poderia se restringir apenas ao trabalho doméstico, ela precisava, além deste, ceder sua força de trabalho para complementar a renda familiar. É

importante frisar que, embora trabalhasse com o marido, produzindo para o mercado, era ele quem recebia o salário dela. Sobre isso, Federici (2017, p. 195) diz que “tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para sua sujeição aos homens e para parte dos trabalhadores homens”. A isso, a autora chama de “patriarcado do salário”.

Dito isso, constituir inferências de que a ideologia patriarcal vem dominando ideologicamente a formação social de modo global é fato observável e, a partir do nosso olhar sobre o tratamento dado à mulher no curso da história, bem como a permanência de práticas caracterizadas por essa visão patriarcal de mundo, parece-nos algo também inquestionável. Sendo assim, cabe também à Análise do Discurso (AD) investigar e compreender a atuação ideológica do patriarcado, apontando os porquês do funcionamento de uma divisão sexual do trabalho, bem como explicando o *modus operandi* da construção discursiva que faz com que algumas atividades (atribuídas à mulher) não sejam valorizadas socialmente, em detrimento de outras (atribuídas ao homem); ou as razões que fazem com que a mulher seja responsabilizada pela violência doméstica que sofre, por exemplo.

De modo geral, o patriarcado tem produzido discursos sobre o que é ser mulher, tornando esses sentidos tão óbvios na sociedade que parecem que sempre existiram ou que são naturais. Porém, nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, as atividades de coleta, atribuída à mulher, eram responsáveis por 60% da provisão do sustento da comunidade, o que lhe dava certo prestígio social, tornando essas sociedades mais igualitárias na divisão sexual do trabalho. Segundo Saffioti ([2004], 2015, p. 61-62), dois fatores históricos conduziram as sociedades mais igualitárias para o patriarcado: a produção de excedente econômico, por volta de onze mil anos atrás, que tira da mulher a necessidade de coletar e seu respectivo prestígio social dessa atividade, e a descoberta de que o homem era imprescindível para a concepção dos filhos, antes entendido como um “poder” divino da mulher. Esses elementos produziram uma nova divisão sexual do trabalho em que se permitiu a implantação de um sistema de dominação-exploração da mulher. Nesse ponto, o espaço privado passa a ser ressignificado de modo a ser desvalorizado, considerado um espaço próprio do feminino. A divisão sexual do trabalho passa a ter uma diferenciação de gênero. As atividades atribuídas a homem e a mulher não têm apenas uma vinculação sexual, mas de gênero, de modo a valorizar as atribuições do gênero masculino em detrimento das do feminino. Saffioti ([2004], 2015, p. 62) nos aponta que, Gerda Lerner, em pesquisas paleontológicas e arqueológicas, oferece outra datação para a “instauração” do patriarcado. Esta autora mostra que esse processo foi lento e teve resistência, e teria tido sua consolidação só em 600 A.C, ou seja, a construção dos sistemas simbólicos que vieram a

implantar um sistema social em que a mulher é dominada e explorada pelo homem é muito recente, se compararmos com a idade presumida da humanidade: entre 250 mil e 300 mil anos.

Para entendermos, então, os sentidos que a ideologia patriarcal vem construindo ao longo do tempo, é necessário compreendermos as engrenagens e funcionamentos que produzem esses sentidos. Afinal, desvelar – entenda-se: proporcionar uma leitura possível – o que insiste em estar coberto e que tem uma máquina social para reproduzir seus sentidos tem sido uma marca da AD pecheutiana. É nesse sentido que o nosso trabalho traz no título o trecho da música *Um Índio*, de Caetano Veloso. Assim, como na música, aquilo que a AD revela surpreende a todos – não tem sido diferente conosco – não por ser exótico, “Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o óbvio”.

1.1.1 Engrenagens e Funcionamento do patriarcado

Entender como o patriarcado trabalha para delimitar o lugar social da mulher nos parece crucial para entendermos os discursos sobre esse sujeito na sociedade. Segundo Ribeiro (2017, p. 35), “diz-se que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem. É como se ela se pusesse se opondo, fosse o outro do homem, aquela que não é homem”. A partir dessa citação, podemos inferir que a mulher é discursivizada na sociedade, tendo seu lugar social definido pelo patriarcado, que lhe concede um lugar inferiorizado, de submissão e de difícil transposição.

Esse lugar é construído a partir de várias frentes discursivas, dentre as quais a de destinar à mulher o espaço privado e, ao homem, o público. Essa restrição da mulher ao privado começa nas sociedades de caça e coleta, nas quais ela era responsável pela coleta e os homens saíam à procura de caça, muitas vezes por vários dias, deixando-lhes a atribuição de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos.

A partir desse fato, o patriarcado trabalhou para criar efeitos de naturalização do lugar social da mulher: um lugar no qual ela passa a ser propriedade do homem. Essa “coisificação” da mulher foi sendo construída historicamente e naturalizando práticas perversas nas sociedades. O patriarcado passa a adotar o discurso de que a sexualidade da mulher só aflora quando provocada. Desse modo, “a mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o ataque do caçador” (SAFFIOTI, [2004], 2015, p. 28), fortalecendo, assim, o controle sobre a sexualidade feminina. Além disso, o patriarcado, visando assegurar a fidelidade da esposa ao marido, naturalizou, em algumas culturas, a mutilação genital da mulher para que ela não sentisse prazer sexual; na Índia, durante muito tempo, foi costume a “imolação da viúva na

mesma pira em que fora cremado seu marido” (SAFFIOTI, [2004], 2015, p. 53) a fim de lhe assegurar fidelidade; no Brasil, já se falou em legítima defesa da honra para inocentar autores de feminicídios.

Outro fator a favor do qual o patriarcado produz efeitos de naturalização são as atividades domésticas como sendo próprias da mulher, o que é uma consequência da construção histórica de que a mulher tem seu lugar natural na esfera privada. Cozinhar, educar os filhos, cuidar da casa são práticas vistas, ainda hoje, como próprias da mulher, sendo, assim, desvalorizadas socialmente, não sendo vistas sequer como trabalho, uma vez que, na sociedade capitalista, a concepção de trabalho está muito associada ao capital, ou seja, trabalho vem significando *trabalho remunerado*. Em detrimento disso, ao homem têm sido atribuídas as atividades da vida pública, portanto valorizadas: política, economia, trabalho remunerado etc.

Junto a isso, há também as práticas linguísticas como ferramenta discursiva a serviço da ideologia patriarcal. Por a língua ser um fenômeno social, ela reflete também a ideologia dominante que atravessa seus sujeitos. No Brasil, por exemplo, ficou muito marcada a relação conflituosa entre o discurso sexista e o discurso feminista² no emprego da palavra “presidenta/presidente” para se referir à presidenta Dilma Rousseff. O patriarcado sentiu-se ferido com uma mulher ocupando o cargo máximo do poder executivo brasileiro e isso, de modo aparentemente ingênuo, refletia-se também na resistência ao emprego do termo “presidenta”. Essa resistência não é isenta, ingênua ou inofensiva: ela é uma das ferramentas da luta de classes, em que o patriarcado se recusa a “permitir” o empoderamento da mulher, seja negando-a no plano da linguagem ou dando um golpe parlamentar.

Ainda no plano da linguagem, Saffioti ([2004], 2015, p. 51) sugere que a língua, por ser social e estar sujeita a constantes mudanças, deve “criar novas palavras, que expurguem o sexismo”. E segue falando sobre o idioma francês

O idioma francês, por exemplo, é extremamente machista. Basta dizer que *maîtresse* significa, simultaneamente, professora de escola elementar, dona de casa e amante. Para a professora universitária não existe uma palavra, usando-se *Madame le professeur* (senhora o professor). Feministas do Canadá francês começaram a acrescentar a vogal *e* às palavras masculinas, feminilizando-as. Atualmente, já se diz *la professeure* (a professora) para designar a professora universitária. As feministas francesas acompanharam as canadenses e, de fato,

² Quando usamos o termo “discurso feminista” estamos nos referindo aos saberes inscritos em uma FD feminista que, ao longo da história, vem questionando, desestabilizando e combatendo a supremacia patriarcal. Esse discurso tem como característica principal, independentemente de sua vertente, a militância pela igualdade de direitos entre os gêneros e o mister de interpretar e compreender as causas e engrenagens de reprodução da dominação masculina. Não desconsideramos, no entanto, a heterogeneidade que caracteriza o discurso feminista e a luta das mulheres, com todas as contradições que aí podem se instaurar.

o idioma francês está evoluindo para a eliminação do sexismo. (SAFFIOTI, [2004], 2015, p. 51)

Além da dominação sexual e consequente divisão sexual do trabalho, das atribuições sexistas das atividades femininas e da linguagem que materializam a ideologia patriarcal, outra maneira de entendermos como se dão as engrenagens do patriarcado, ou seja, como ele trabalha para se impor como ideologia dominante, é a sujeição de mulheres à ideologia patriarcal, reproduzindo seus saberes. Essa ideologia, mune-se do interdiscurso e acaba atravessando o discurso da mulher (quando não o orienta), muito embora esta não tenha consciência do discurso que está reproduzindo. Para termos uma ideia, a Fundação Perseu Abramo, utilizando os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), promoveu uma pesquisa em 2001 sobre o perfil da mulher brasileira, a cujos dados deu o nome de *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. Dentre os resultados, alguns chamam a atenção pelo baixo nível de insatisfação das mulheres em relação à opressão social em que vivem: apenas 5% se mostraram indignadas pela responsabilização de criação dos filhos; 6% se mostraram insatisfeitas com as restrições impostas por seus companheiros e sua consequente falta de autonomia; 4% reclamaram da dupla jornada de trabalho; 4% disseram se incomodar com a falta de isonomia salarial entre homens e mulheres; e apenas 3% mostraram perceber sua vulnerabilidade à violência dos seus companheiros.

Em 2010, a mesma fundação, repetiu a pesquisa, a cujos dados deu o nome *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados*. Os resultados não ficaram muito diferentes: 3% se mostraram indignadas pela responsabilização de criação dos filhos (antes esse percentual era de 5%); 4% se mostraram insatisfeitas com as restrições impostas por seus companheiros e sua consequente falta de autonomia (antes esse percentual era de 6%); 5% reclamaram da dupla jornada de trabalho (antes esse percentual era de 4%); 8% disseram se incomodar com a falta de isonomia salarial entre homens e mulheres (antes esse percentual era de 4%); e apenas 4% mostraram perceber sua vulnerabilidade à violência dos seus companheiros (antes esse percentual era de 3%).

Esses dados nos parecem um tanto assustadores, vista a opressão, violência e desfavorecimento social da mulher. Sobre isso, ao tratar de uma parcela das mulheres brasileiras, Saffioti ([2004], 2015, p. 37) diz que é raro elas não se portarem de modo a reproduzirem o discurso ideológico das ideologias dominantes de gênero

ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não

é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento da mulher.

Isso nos parece mostrar que a ideologia patriarcal atravessa o discurso da mulher muito mais do que imaginamos. Este nos parece, inicialmente, regulado, de certo modo, pela ideologia patriarcal, que orienta o que pode e deve ser dito a partir do lugar social do sujeito mulher. Na nossa pesquisa, quase duas décadas depois, temos observado que esses atravessamentos ainda tendem a persistir regulando o discurso sobre a mulher.

Essas engrenagens sociais, construídas historicamente, trabalham para que a ideologia patriarcal se institua como dominante, restringindo, oprimindo e deixando a mulher em um lugar à margem, negando-lhe privilégios e dificultando sua emancipação. Ou seja, o patriarcado “funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres” (SAFFIOTI, [2004], 2015, P. 108).

Na Análise do Discurso, as práticas sociais também são discursos, uma vez que não nascem inesperada ou instantaneamente. Elas são o resultado discursivo das engrenagens e funcionamentos de discursos que representam uma ideologia dominante. Nesse sentido, a violência contra a mulher é um dos produtos da ideologia patriarcal. Sendo assim, faz-se mister definirmos o que estamos chamando de violência.

O conceito aqui empregado alinha-se com as observações de Saffioti ([2004], 2015), que não entende a violência somente como uma ruptura da integridade física, psicológica ou moral, mas muito mais como uma ruptura dos direitos humanos. Essa revisitação do conceito de violência se dá sobretudo pela dificuldade de classificar algumas práticas da esfera privada como anormais, ou seja, o limite entre a violência doméstica e a normalidade da relação entre marido e esposa é muito tênue, uma vez que o patriarcado produz sentidos que tendem a naturalizar essa violência. A mulher é preparada socialmente a moldar-se de modo a ser submissa ao pai, ao marido, ao patrão, portanto fica difícil para elas definir o exato ponto em que ocorre a violência. Não parece fácil à mulher, inserida em uma formação social patriarcal, perceber no discurso se houve violência ou o exercício de direito (construído historicamente de modo a parecer não ser uma violência) do homem sobre a mulher. Para evitar isso, optaremos por definir violência como uma ruptura ou qualquer agenciamento capaz de violar os direitos humanos, uma vez que estes são universais – pelo menos pretendem ser – e a ruptura com eles não dependeria da percepção individual ou de uma sociedade específica. Segundo Saffioti ([2004], 2015), a violência, se entendida como violação da integridade física, sexual, moral ou psicológica, não encontraria lugar ontológico. É nesse sentido que a autora afirma:

Se não existe uma percepção unânime de violência, cada *socius* definindo-a como a sente, não se pode fazer ciência sobre a violência caracterizada como ruptura de integridades, uma vez que não há ciência do individual. Se as integridades e, por conseguinte, suas rupturas integrassem o ser social, fossem a ele inerentes, haveria uma mesma concepção destes fenômenos. [...] A desigualdade, a violência, a intolerância não são inerentes ao ser social (SAFFIOTI, [2004], 2015, p. 80).

Dessa forma, violência será usada no sentido ontológico da palavra (violação dos direitos humanos), reconhecendo, porém, que essa violência tem gênero, especialmente a violência doméstica. Sobre esta última, vale dizer que bell hooks³ ([1952] 2019) faz a sugestão do termo “violência patriarcal”, que seria aquela que se baseia na crença de que seria aceitável um indivíduo mais poderoso controlar outros por meio de diversas maneiras de força coercitiva. Para a autora, nessa violência, estaria a violência de homens contra mulheres, entre pessoas do mesmo sexo em um relacionamento ou de adultos contra crianças, uma vez que essas violências seriam orientadas por práticas discursivas (no sentido da AD) de natureza (que reproduzem uma matriz de saberes) patriarcal. É nesse sentido que a autora afirma:

O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. (hooks, [1952], 2019, p. 96).

Para além dessa questão, outro ponto que mostra os atravessamentos da ideologia patriarcal na sociedade é a discursivização sobre a mulher. Esse processo discursivo é construído historicamente e persiste ao longo do tempo com muita facilidade, pois a máquina patriarcal funciona “automaticamente”, produzindo efeitos sobre nós, ainda que não tenhamos consciência de que respondemos a ela, que reproduzimos seus saberes.

Nesse processo, a mulher tem sido discursivizada de diversas maneiras. Já se percebe isso quando, na esfera privada, referimo-nos com mais frequência ao casal como marido e mulher, e não marido e esposa ou ainda companheiro e companheira. Percebamos que “homem” não é empregado como oposição à “mulher”, ao invés disso, utiliza-se “marido” (“Em briga de **marido e mulher**, não se mete a colher”), apontando para uma demarcação patriarcal, visto que, no universo discursivo do patriarcado, o marido teria poder sobre a mulher, ou seja, há uma relação de dominação explícita concretamente na linguagem ao se não colocar “esposa” como uma dicotomia de “marido”. Na esfera pública, por outro lado, o homem não é tratado

³ O nome de bell hooks está escrito com letra minúscula como uma maneira de respeitar a preferência da autora, que justifica isso como uma maneira de chamar menos atenção para o seu nome e mais para o conteúdo de sua obra. No restante do texto, portanto, também seguiremos utilizando a forma com letra minúscula.

por “marido”. Ele é um homem (“Ele é um **homem** de negócios). No entanto, não há diferenciação para a mulher, seja na esfera privada ou pública, ela é chamada de mulher (“Ela é a **mulher** dele” ou “Ela é uma **mulher** de negócios”). É interessante notar, sobre isso, que se pode dizer “ela é a **esposa** dele”, como se diz “a **mulher** dele”, mas ele é o “homem” dela, ou esse é o “meu homem”, não conseguem funcionar da mesma forma que “ela é minha mulher”. Uma mulher “direita” sempre tem um marido, raramente tem um homem. Isso mostra, pois, que as relações de poder do homem em relação à mulher transcendem as relações da vida privada, o que contribui para a negação, pelo patriarcado, da mulher enquanto sujeito empoderado, que ocupa lugares de privilégio. Isso faz com que o termo *mulher* signifique, pelo menos em um imaginário coletivo regido por saberes patriarcais, algo sempre associado a um marido, dependendo dele, não importando em qual das esferas, pública ou privada, ela sempre será nomeada como a *mulher* de alguém.

A partir disso, há os estereótipos que vão reforçando a imagem da mulher na sociedade. Um desses discursos é o de que há um perfil adequado de mulher para que o homem a ela conceda o “benefício” de se casar com ele. Por trás da frase “Fulana é uma mulher para casar”, há uma ideologia orientando e discursivizando o sentido do que é ser mulher, ou seja, os sentidos construídos em torno da mulher, entendem-na como um apêndice – não é preciso nem falar que, na tradição judaico-cristã, ela foi criada a partir da costela do homem – criada para o benefício masculino, desde que ela se encaixe nesse lugar social, onde o que lhe cabe é a submissão, a opressão e o recato.

Ao lado disso, a mulher tem reservado, na sociedade patriarcal, o lugar de mãe, o que a responsabiliza pela criação/educação dos filhos, de modo que o insucesso destes é significado como uma consequência de sua negligência. Isso, na prática, faz com que muitas mulheres mantenham-se ocupando a esfera privada, não tendo acesso, muitas vezes, aos lugares sociais mais privilegiados. Claro que algumas rompem com essa questão e saem para o trabalho remunerado, no entanto acumulam a atribuição social da segunda jornada de trabalho, a doméstica, sem remuneração ou prestígio social, muitas vezes nem reconhecida como trabalho. Além disso, parece-nos importante frisar que uma consequência dessa demarcação do patriarcado de onde é o lugar da mulher é a violência doméstica, que o patriarcado trabalha incessantemente para chancelar, daí ser comum o discurso de que, em briga de marido e mulher, não se mete a colher.

1.2 MOVIMENTO FEMINISTA E RESISTÊNCIA

A ideologia patriarcal está imbricada na nossa sociedade, produzindo barreiras, sentidos, formas de dizer que se manifestam de diversas maneiras. Resistindo a isso, os movimentos feministas são espaços de luta que possibilitaram a garantia de direitos para a mulher que hoje podem ser tomados por alguns como um “sempre existentes”, como o direito de votar, de frequentar espaços públicos, de ocupar postos de destaque no mercado de trabalho, por exemplo, mas isso não significa ainda “libertar-se” das garras do patriarcado, nem estar imune a seus efeitos. Isso aponta, porém, um rompimento do pacto de que a mulher deveria restringir-se à esfera privada. Para percebermos isso, basta observar os discursos – não raro reproduzidos por algumas mulheres – de que “mulher ao volante é perigo constante”, que ela é provocadora, desequilibrada e, por mais qualificada que seja, não será tão competente quanto um homem. Esse dizer sobre a mulher construído pelo patriarcado é discursivizado de tal modo que ainda hoje, apesar de todas as lutas feministas ao longo da história, pouquíssimas mulheres ocupam cargos de chefia (e, quando ocupam, geralmente sofrem como uma resistência muito grande), e, até hoje, a mulher ganha menos que o homem desempenhando as mesmas funções.

Como uma maneira de combate ao patriarcado e consequente tentativa de ressignificar o lugar social e o próprio sujeito *mulher*, é que surgem os movimentos feministas pelo mundo. Mas o que é feminismo?

Designamos, usualmente, como feminismo, um conjunto bastante diverso de movimentos que têm como elemento comum a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres. Desse modo, como disse hooks ([1952], 2019, p. 17), “Dito de maneira simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”.

É preciso, no entanto, compreender que o que chamamos de feminismo remete a um conjunto de práticas e discursos muito diversos entre si. Portanto, para entender melhor esse conceito, podemos recorrer à noção de contradição, tal como ela é trabalhada na AD. Sobre isso, vale expor a observação de Pêcheux ([1975], 2014b, p. 134, grifos do autor):

Com relação à forma dessa contradição, vamos especificar que ela não poderia [...] ser pensada como a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra *em um mesmo espaço*. A forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é *simétrica*, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, *a mesma coisa* que a outra

Nessa concepção, a Formação Discursiva desencadeia uma forma-sujeito fragmentada em diversas posições-sujeito a partir de onde se pode dizer um saber de diversos modos de dizê-

lo, seja concordando totalmente com ele, discordando parcialmente, questionando-o. Com base nisso é que Pêcheux concebe a FD como uma instância que tem por característica própria a contradição. E, nesse sentido, Indursky (2005b) afirma que esses saberes provêm do exterior e, em um momento tal, passam a poder ser ditos na circunscrição da FD.

Desse modo, o feminismo – entendido aqui, grosso modo, como uma formação discursiva (feminista), portanto com contradições inerentes à sua heterogeneidade – e suas reivindicações não poderiam ser uníssonos e homogêneos. Por isso, faz-se mister tecer algumas reflexões sobre os feminismos e suas peculiaridades na luta contra o sexismo.

A desigualdade entre homem e mulher, em que o primeiro mantém uma relação de opressão e dominação em relação à segunda, é um aspecto da maioria das sociedades, nas quais o patriarcado vem se ressignificando e regulando o discurso. Nesse sentido, algumas mulheres, inconformadas com essas desigualdades, sempre mantiveram uma postura de questionamento e enfrentamento ao patriarcado. Foi na virada do século XVIII para o século XIX, porém, que, no mundo ocidental, surge o movimento feminista enquanto movimento político e intelectual. Alinhado ao pensamento socialista, o feminismo tem como traço principal, independentemente de sua vertente, a militância pela igualdade de direitos entre os gêneros e a necessidade de interpretar e entender as causas e engrenagens de reprodução da dominação masculina.

Em um primeiro momento, o feminismo trouxe como pautas principais as lutas pelo direito ao voto, pela igualdade no casamento, sobretudo o direito à propriedade, oposição aos casamentos arranjados, bem como o direito à educação. Nesse momento, o feminismo é marcado, segundo Cisne (2015), por três linhas de atuação: o feminismo liberal (a luta das mulheres burguesas por direitos políticos e educação iguais, bem como por mudanças nas legislações que tratavam do casamento), o feminismo marxista (com a consolidação do capitalismo, as mulheres passaram a ser incluídas no sistema como mão de obra barata e superexplorada, assim, as mulheres passaram a incorporar a luta operária e se aproximaram dos estudos marxistas), o feminismo sufragista (luta pelo voto feminino). A esse primeiro movimento, sobretudo nos EUA e na Europa, dá-se o nome de primeira onda feminista.

Passado esse primeiro momento, o discurso sexista ainda significa a mulher com um sentido inferiorizado, pois, embora o direito ao voto já tenha sido conquistado nas primeiras décadas do século XX e o acesso a todos os níveis de educação por parte da mulher, o patriarcado ainda a relega a um lugar de inferiorização desde suas diferenças biológicas com o homem, até as formas de torná-la subalterna na família, sexualmente, no trabalho, ou seja, na esfera pública e privada. Nesse momento, torna-se pública a figura de Simone de Beauvoir, que

vem refutando a tese de que o corpo feminino é inferior ao do homem, bem como o modelo patriarcal de dominação masculino. Nesse sentido, é que Beauvoir ([1949], 1970, p. 73) diz que

A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. [...] Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade.

Simone de Beauvoir ocupa para o feminismo contemporâneo uma posição de fundadora. A publicação dos dois volumes de *O Segundo Sexo* contribuiu para a redefinição das fronteiras entre o público e o privado, apontando que essa relação está muito mais imbricada do que se suponha. A partir disso, criou-se caminho para o slogan que seria símbolo do feminismo a partir dos anos 60: “o pessoal é político”. A esse movimento que busca refletir sobre as condições da mulher no âmbito doméstico e social é que se tem chamado de a segunda onda feminista.

A busca por igualdade de direitos entre os gêneros começou, portanto, muito antes até da existência do termo “gênero”. Essa luta, porém, levou a igualdade a ser significada como uma universalização. No entanto, essa igualdade universal não é neutra, foi forjada a partir do modelo masculino. A mulher ocupar os lugares que antes eram destinados apenas ao homem, de certa forma, parece ter levado aquela a um lugar construído para este. E esse lugar, cabe dizer, é o de um homem branco, proprietário e cisgênero. “A mulher é o sujeito do feminismo, mas a categoria ‘mulher’ foi construída em meio a relações marcadas pelo patriarcado e pela dominação masculina (MIGUEL, 2014, p. 79). Por esse motivo, a partir da luta de classes no interior do próprio feminismo, inicia-se o chamado feminismo da diferença ou “política da diferença”. Essas reflexões iniciadas a partir da década de 90 marcam o início da terceira onda feminista, que vem questionar a universalização da mulher, a maneira como a própria mulher vinha sendo pensada e discursivizada.

A partir da contribuição dessa política da diferença do feminismo, passou-se a se diferenciar *sexo* e *gênero*, o que hoje é visto como crucial na teoria feminista. Sexo passou, então, a ser associado ao fenômeno biológico, enquanto gênero, à construção social.

Além disso, passou-se a perceber que a categoria *mulher* não tinha uma representatividade que considerava as diferenças entre esses sujeitos que estavam na mesma posição de confronto com a política de submissão e de tomada de lugares do patriarcado. A mulher negra, por exemplo, não se sentia representada por um feminismo (hegemônico) todo pensado a partir das experiências da mulher branca.

O feminismo negro⁴ vê que a categoria *mulher* vinha sendo apresentada como a experiência de todas as mulheres, todavia representava os interesses da mulher branca, burguesa e heterossexual, deixando questões como a relação entre classe, raça e orientação sexual fora do debate feminista. Miguel (2014, p. 85), sobre isso, afirma:

Feministas negras questionaram os desdobramentos dessa construção da identidade da mulher – e, por consequência, da pauta do feminismo – a partir da experiência das brancas. Um exemplo está na questão da família. Para as mulheres brancas e de classe média, a compreensão da família como estrutura de opressão é muito mais unívoca. Para negras trabalhadoras, porém, a família pode ser também o local em que ocorre ‘uma humanização que não é experimentada no mundo externo, em que nos confrontamos com todas as formas de opressão’.

Ribeiro (2017) também faz essa reflexão para mostrar que existem feminismo(s) e que o movimento feminista, por muito tempo, representou a luta da mulher branca heterossexual tão somente. A exemplo disso, temos no corpus desta pesquisa um silenciamento sobre a mulher negra e trans. A autora cita Sueli Carneiro para dizer que as mulheres negras não entenderam nada quando o feminismo convocou as mulheres para ganharem a rua e trabalharem. A mulher negra já trabalhava fora de casa, apenas a valorização desse trabalho é que não ocorria. Quando o feminismo convocou as mulheres a romperem o mito da dona do lar, da musa dos poetas, certamente não estava se referindo à mulher negra. Ou seja, o feminismo deveria, para a autora, considerar as diferenças, sem estas significarem desigualdades; deveria reconhecer que mulheres brancas e mulheres negras experienciam o gênero de forma distintas; que partem e falam de lugares diferentes na luta contra o patriarcado. No entanto, ainda hoje o feminismo negro se encontra em um lugar, dentro do movimento feminista, de opressão, uma vez que nem sempre suas pautas são levadas em conta ou estão em evidência e, em outras, sofrem críticas por mostrarem suas especificidades dentro do movimento. Em suma: até no movimento feminista as diferenças ainda mostram significar desigualdades, uma vez que as feministas negras, por exemplo, ainda hoje aparentam partir de lugares sociais diferentes das feministas brancas. Essa diferença (cor da pele) produz desigualdades, visto que, ao longo da história do feminismo, tem-se a tendência de pensar o feminismo a partir da experiência branca.

Percebendo essas questões, as mulheres latino-americanas têm passado a se organizar e usar em massa as redes sociais e tecnologias para combater as estruturas patriarcais na

⁴Segundo Sebastião (2010 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 49), feminismo negro seria um movimento de cunho político, intelectual e de construção teórica reivindicado por mulheres negras que visam combater as desigualdades, promovendo, assim, uma mudança de fato. Não seria, portanto, apenas um movimento de mulheres que estariam preocupadas com as opressões que as atinge, seriam mulheres negras discutindo e disputando projetos.

sociedade. Nesse sentido, as *hashtags* têm tido um papel fundamental. Esse movimento, que tem sido chamado de a quarta onda feminista, tem aprofundado discussões sobre corpo e identidade, englobando a questão trans e gordofobia, bem como as questões de violência sexual (estupros coletivos, assédio em transportes públicos). Vale dizer que a quarta onda feminista é marcada por uma visão de mulher como grupo, como coletividade.

1.3 OS OPM NO CONTEXTO DA TEORIA: PRIMEIROS APONTAMENTOS

Vista essa questão de algumas nuances do movimento feminista, neste ponto, consideramos relevante antecipar, mesmo que de forma resumida, algumas questões teóricas de modo que se explicita o entendimento a que o corpus tem nos levado sobre a relação entre os saberes patriarcais e feministas materializados no discurso das publicações dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OMP) sobre violência contra a mulher.

Dito isso, partimos do entendimento de que uma dada formação social é composta por várias formações ideológicas (FIs), as quais, segundo Courtine (2014), seriam um conjunto complexo de atitudes, posturas ou representações capazes de intervirem em uma formação social. Nesse sentido, uma FI seria composta por uma ou várias Formações Discursivas (FDs). A FD, no entendimento da Análise do Discurso (AD) reivindicada por Michel Pêcheux, é considerada heterogênea, porosa e intervalar, o que pressupõe dizer que os saberes próprios de uma FD transitam pelos saberes de outras FD's, em uma relação de contradição, em um movimento de ir e vir, de sempre “estar entre”. Isso se reflete até mesmo no interior de uma FD dada, a qual seria composta por várias posições-sujeito, em que cada uma se relacionaria de algum modo com os saberes da formação discursiva a que está filiada: uma ratificando integralmente esses saberes, outra os questionando, outra chegando a confrontar esses mesmos saberes etc. Isso aponta, na teoria que tomamos por base, o que Indursky (2005b) chama de “desdobramentos da forma-sujeito”.

A partir dessa concepção, nosso corpus tem apontado para a ideia de que, na nossa formação social, predominam os saberes de uma formação discursiva de viés patriarcal, que se mantém dominante nas relações discursivas, orientando o que pode e deve ser dito pelos sujeitos inscritos nela. Nesse sentido, os dados nos lançam ao entendimento de que haveria uma grande FD patriarcal, que comportaria várias posições-sujeito que se diferenciariam entre si na maneira de se relacionar com os saberes patriarcais. Nesse contexto, faz-se necessário descrever duas posições-sujeito especialmente: uma que nos parece configurar-se como a dominante e outra

que estaria em uma região mais fronteira a partir de onde se questionam os saberes da primeira, muito embora não chegue a romper totalmente com ela.

A posição-sujeito dominante de uma formação discursiva patriarcal seria constituída por saberes que trabalham para discursivizar a mulher a fim de que ela seja inferiorizada nas relações sociais em detrimento do homem, restringindo-a, preferencialmente, aos espaços privados (onde as atividades que lhe são atribuídas são menos valorizadas), submetendo-a a um crivo sexista de como deve se portar, sentir-se ou submeter-se. Dessa forma, em situações de violência, por exemplo, os saberes patriarcais tratam de produzir efeitos de naturalização para essa violência ou até de responsabilizar a mulher pelos atos de violência dos homens. É nesse viés discursivo que se produzem e reproduzem saberes como “Isso é coisa de mulherzinha”, “Lugar de mulher é em casa”, “Apanha porque gosta” ou tomar como um elogio a mulher ser “recatada e do lar”. Esses dizeres acabam por reproduzir valores que têm por objetivo perpetuar a atuação do patriarcado, o que nos parece consistente tratar desses dizeres como dominantes em uma FD patriarcal.

Por outro lado, os dados apontam para a existência de outra posição-sujeito não-dominante na FD patriarcal. Ela seria uma posição-sujeito de fronteira, ou seja, ela, embora presente, em primeiro plano, alguns saberes próprios de outra FD, no caso uma FD feminista, ela ainda não chega a romper totalmente com os saberes patriarcais, ou seja, ela sofre atravessamentos ideológicos de uma FD feminista, daí o fato de combater a violência contra a mulher e incentivar a denúncia contra os agressores. No entanto, com esses atravessamentos, não chega a haver uma total desidentificação com os saberes patriarcais, pois estes saberes ainda aparecem em um segundo plano, de modo um tanto subliminar, porém, ainda presentes. É nesse sentido que se produzem dizeres sobre a violência contra a mulher do tipo: “Se você se calar, a violência vai continuar”, “Denuncie!”, “Dia Nacional de combate ao câncer” (em referência ao dia nacional de combate à violência contra a mulher). Ou seja, esses dizeres, embora apresentem pautas feministas de combate à violência doméstica, por exemplo, acabam, de modo menos explícito, deixando a responsabilidade pelo fim da violência nas mãos da mulher ou produzem efeitos de naturalização dessa violência.

É nesse ambiente de contradição entre os saberes patriarcais e feministas que se encontra nossa pesquisa. Nesse sentido, as leituras do corpus têm apontado que as publicações dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) sobre violência contra a mulher no Facebook podem estar filiados não a uma FD feminista, pois, embora cheguem a reproduzir alguns de seus saberes, não parecem chegar a romper totalmente com os saberes patriarcais, o que sugere, por conseguinte, uma filiação à FD patriarcal, posto que conserva a

matriz de responsabilização da mulher pela violência ou tem produzido efeitos que sugerem sua naturalização.

Em resumo, nosso corpus parece estar filiado a uma FD patriarcal, que apresenta pelo menos duas posições-sujeito diferentes: uma posição-sujeito dominante e outra posição-sujeito fronteira ou periférica, na qual parecem se inscrever as publicações dos OPM sobre violência contra a mulher.

Sobre a questão da contradição e desdobramentos da forma-sujeito em várias posições-sujeito, Indursky (2005b, p. 194) diz:

este desdobramento conduz a pensar na fragmentação da forma-sujeito em várias posições-sujeito desiguais entre si. É aí que reside a contradição, instaurada pela entrada de saberes diferentes e muitas vezes divergentes, no interior da FD. Ou seja: tais saberes não se originam todos no interior da mesma FD, nem fazem parte de um subsistema no interior do sistema. Tais saberes são provenientes do exterior e, num determinado momento histórico, passam a poder ser ditos no âmbito da FD.

É nessa compreensão de uma formação discursiva fragmentada que se inscreve nossa pesquisa. A partir disso, podemos inferir que há uma luta constante entre a formação discursiva patriarcal e a feminista, uma atravessando a outra através do interdiscurso, de forma que o próprio feminismo vem sendo ressignificado ao longo da história e, não raro, percebe-se sendo atravessado ideologicamente pelo discurso do patriarcado, que tem sido dominante nessa relação. Este e sua máquina trabalham incansavelmente para burlar e se sobrepor ao discurso feminista.

É nesse contexto de confronto entre formações discursivas que nascem os Organismos Governamentais de Políticas Para as Mulheres (OPM). Para fomentar uma ação em nível nacional de combate à violência contra a mulher, o governo federal, no mandato do presidente Lula, em 2007, criou, através de portaria, o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, que foi uma ação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM)⁵ a fim de fortalecer e ampliar as políticas públicas para a mulher no Brasil. A partir desse fórum, todo estado ou município passou a ter a possibilidade de criar um OPM, recebendo, inclusive, ajuda financeira do governo federal para desenvolver ações e políticas voltadas para a mulher nas áreas de educação, saúde, diversidade e poder, bem como estruturação física do OPM.

⁵ A Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres (SPM) foi extinta com a entrada do presidente Jair Bolsonaro no poder.

Segundo o site da agora extinta Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2015, época do último levantamento feito pela SPM, eram 719 organismos dessa natureza em todo o Brasil, incluídos aí 25 estaduais, cuja exceção eram os estados de Roraima e Paraná.

A criação desses OPM visava promover a igualdade de direitos entre os gêneros e combater a violência contra a mulher, o que representava um avanço grande para o país ter, em cada estado ou município, uma secretaria ou órgão especialmente voltado a políticas para a mulher. No entanto, o país ainda tem muito a mudar quanto às relações de gênero. Para se ter uma ideia, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2015, a cada 11 minutos, ocorre um estupro no Brasil; ainda, segundo o Relógios da Violência do Instituto Maria da Penha, a cada 7,2 segundos, uma mulher é vítima de violência física no país.

Esses reduzidos dados já mostram a necessidade de promoção de políticas públicas para a mulher em todos os entes da federação e seus respectivos municípios. Nesse sentido, a criação dos OPM vem ajudar no combate à violência contra a mulher, sobretudo no incentivo à população para que denuncie os agressores às autoridades. Entretanto, apesar de as denúncias de violência contra a mulher terem aumentado após o engajamento dos estados no desenvolvimento de órgãos e secretarias de promoção de políticas para as mulheres, ainda é desproporcional o número de agressões sofridas pelas mulheres em relação às denúncias que as delegacias especializadas e o Ligue 180 recebem.

Nosso olhar sobre os OPM nos levou a perceber que, embora estes tenham uma importância crucial para o combate à violência contra a mulher, o discurso produzido a partir desse lugar institucional que os OPM representam é ainda um discurso que se mostra como regulado pelo patriarcado, conforme apontam as leituras possíveis das publicações feitas pelo órgão no Facebook em suas campanhas de prevenção à violência contra a mulher, que serão objeto de análise nesta tese.

Dito isso, lançaremos mão, nesta pesquisa, portanto, dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso sugerida e reivindicada por Michel Pêcheux a fim de analisar a possível filiação desses OPM a uma ideologia patriarcal, observando os efeitos de sentido produzidos pelas publicações sobre violência contra a mulher no Facebook dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) dos estados do Nordeste quanto ao que é ser mulher, bem como verificar com quem tais publicidades estão falando e quais sujeitos estão sendo interpelados nesse processo. Iremos, ainda, analisar quais são os pré-construídos que sustentam esses discursos e, por fim, observaremos a (des)identificação dos usuários da rede social com o discurso sobre a mulher presente nessas publicidades. Para resgatar esses dados sobre os usuários, iremos também analisar os comentários sobre as publicações feitas

pelos OPM. Como marco temporal, escolhemos constituir o corpus a partir de dezembro de 2014, quando aconteceu a publicação do Guia para a Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM, até dezembro de 2017 (quando finda o governo responsável pela implementação destes organismos).

Com o corpus constituído, faremos sua descrição no período acima citado, apontando os critérios utilizados para tal constituição e situando o nosso objeto de estudo. Em seguida, traçaremos observações teóricas sobre a Análise do Discurso pecheutiana, teoria que nos dará suporte neste trabalho. Quanto à metodologia, decidimos não fazer um capítulo específico, mas expor os aspectos metodológicos no decorrer da descrição do nosso corpus. Em seguida, faremos a análise propriamente dita a fim de analisar o corpus e percebermos para onde este nos leva, do ponto de vista teórico, e, por fim, faremos nossas considerações finais e encaminhamentos da pesquisa.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Neste trabalho, sempre que falamos em discurso, nos referimos ao modo como a noção é compreendida dentro do quadro teórico da AD, como um dos aspectos materiais da instância ideológica. O discurso, enquanto prática, realiza-se por meio de diferentes materialidades e a partir de uma tomada de posição do sujeito, inscrito em uma formação discursiva (FD). A FD, por sua vez, constitui-se no interior de um complexo contraditório de FD's, de modo que a instância ideológica atravessa todo o processo discursivo, desde a interrelação entre FD's, até a interpelação do indivíduo em sujeito, que, na AD, não é visto como único responsável pelo seu discurso, sendo fragmentado e constituído no interior do todo complexo das formações discursivas.

A partir disso, torna-se necessário um esboço sobre alguns desses conceitos mais relevantes do quadro epistemológico da AD pecheutiana, bem como o entendimento dos limites – embora nem tão definidos – da teoria. Começamos fazendo observações sobre onde se situa a AD.

Pêcheux ([1969], 2014a, p. 160) sugerem que o quadro epistemológico da AD reside na articulação de três áreas do conhecimento científico:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendidas aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Os autores salientam, ainda, que a articulação e atravessamentos entres essas áreas se dá por uma “*teoria da subjetividade de natureza psicanalítica*”. A seguir, falaremos um pouco de cada uma dessas áreas e como elas se articulam na AD.

O materialismo histórico é uma área do conhecimento que fora, pelo menos inicialmente, concebida por Marx e Engels em meados do século XIX. Esses autores sugeriram, como diz Indursky (2013, p.21), “uma história materialista construída a partir das relações de trabalho e de produção estabelecidas pelos homens”. Baseado no materialismo histórico, Louis Althusser elaborou uma teoria, em *Os Aparelhos Ideológicos do Estado* (1983), que teria como base a história das formações sociais e seus modos de produção. Nesse ponto, Althusser coloca em evidência a luta de classes que se desenvolve nas formações sociais e sugere, assim, uma teoria da ideologia em geral, a partir da qual aprofunda, refutando-o em certos momentos, o conceito de ideologia para Marx. É o que se percebe, quando o autor diz:

A ideologia é então para Marx uma bricolagem imaginário, puro sonho, vazio e vão, constituído pelos *resíduos diurnos* da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, matérias, produzindo materialmente sua existência. É neste sentido que, na *Ideologia Alemã*, a ideologia não tem história, uma vez que sua história está fora dela, lá onde está a única história, a dos indivíduos concretos. (ALTHUSSER, 1983, p. 83).

Nesse sentido, Althusser (1983) diz que uma ideologia tem materialidade, ou seja, que a ideologia existe nos aparelhos ideológicos e suas práticas e isso é a materialidade da instância ideológica. A partir daí, o autor afirma que a ideologia que existe em um aparelho ideológico orienta ou prescreve as práticas dos sujeitos. Surgem, assim, duas teses importantes nas ideias althusserianas:

1. – só há prática através de e sob uma ideologia;
2. – só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Essas duas teses culminam na tese central de que *a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos* (ALTHUSSER, 1983, p. 93). Pressupõe-se daí que o sujeito existe antes do indivíduo, que, quando nasce, já está interpelado ou recrutado pela ideologia. Nesse processo, como se verá ao longo do texto, a ideologia produz, para o sujeito, a ilusão de que está livre para escolher suas práticas discursivas: ilusão que permite que ele se entenda como a origem do seu dizer.

Desse modo, as ideias aqui resumidas (princípios do materialismo histórico) são retomadas pela AD na composição de seu campo epistemológico, dando à AD um caráter um tanto marxista; porém é da teoria Althusseriana especificamente que a Análise do Discurso se apropria, trazendo o que lhe interessa para a constituição de seu campo epistemológico.

Outra região do conhecimento em que a Análise do Discurso encontra-se inscrita é a Linguística, entendida aqui como “o estudo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação” (INDURSKY, 2013, p. 26).

Se o discurso é uma forma de materialização da ideologia, a língua pode ser compreendida como uma materialidade discursiva, desde que se leve em consideração o arcabouço teórico da AD. A estrutura de um texto, por exemplo, também está submetida a condições de produção. Sempre que um texto é produzido, ocorre um processo linguístico, que usa a estrutura da língua para tal, mas também ocorre um processo discursivo de interpelação de um sujeito a partir de um lugar, inscrito em uma formação discursiva, regida pelos saberes de uma posição-sujeito dominante. Sendo assim, o discurso desse sujeito materializa-se de

alguma forma na estrutura da língua. Para usarmos um exemplo, é comum, em manchetes de jornais que noticiam estupros de mulheres, colocar-se a mulher como sujeito sintático da frase, o que pode trazer, segundo Medeiros (2020), ênfase à mulher em detrimento do estuprador, marcando, assim, discursivamente a formação discursiva em que se inscreve o sujeito frente a esse tipo de enunciado. Ou seja, o sujeito, interpelado pela ideologia, devidamente inscrito em uma FD, e regulado por uma posição-sujeito dominante no interior dessa, produzirá um enunciado cuja ordem sintática aponta (dá pistas) sua filiação ideológica.

Vale salientar que, embora o exemplo acima verse sobre o aspecto sintático da língua, a materialidade do discurso pode estar em qualquer outro aspecto, como fonológico, morfológico, lexical, ou até semântico. Nesse último, a Linguística e a Análise do Discurso apresentam uma divergência, que marca suas fronteiras epistemológicas na concepção de sentido. Enquanto a primeira interessa-se mais pelos sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto, a segunda tem mais interesse nos percursos, inclusive nas falhas, que podem levar a sentidos, concebendo a língua, portanto, como processo. Além dessa questão em torno do sentido, outro ponto de divergência entre a linguística canônica ou saussureana (que tem interesse maior na frase) e a linguística da AD é importante: a constituição do sujeito. No primeiro caso, sobretudo com os avanços dos estudos de Harris, Benveniste e Jakobson, há contribuições que marcaram o surgimento da teoria da enunciação, embora se tenha avançado na inserção da subjetividade nos estudos linguísticos, considerando um “eu”, um “onde” e um “quando”, o sujeito é significado como um sujeito consciente e responsável por seu dizer; na AD, porém, esse sujeito é interpelado ideologicamente e a origem de seu dizer é orientada por posições-sujeito no interior das formações discursivas, que regulam *o que pode e deve ser dito*.

Percebe-se, assim, que a AD mantém certa identificação tanto com o materialismo histórico quanto com a linguística. De um, também considera que o sujeito é interpelado pela ideologia, sem se dar conta desse assujeitamento; da outra, considera que a língua é simbólica e descritível, contendo, em sua estrutura, pistas para descrever seu funcionamento discursivo e, consequentemente, sua filiação ideológica. Além desses dois campos do conhecimento, a AD utiliza-se, em sua composição epistemológica, da teoria do discurso.

Essa teoria se refere, segundo Indursky (2013, p. 37), a uma “teoria do discurso, entendida como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. Para o estabelecimento dessa teoria, faz-se mister a articulação entre os dois campos do conhecimento anteriores (materialismo histórico e linguística). Dessa forma, há determinações históricas definindo o que pode e deve ser dito por determinado sujeito, em determinada conjuntura. Nesse contexto, a AD lança mão dos processos linguísticos que determinam o dizer desse sujeito e

também da relação do que foi dito por esse sujeito interpelado ideologicamente, em uma busca para recuperar as condições de produção do discurso.

A Análise do Discurso é, portanto, uma disciplina que margeia várias outras áreas do conhecimento, tendo um caráter interdisciplinar, embora seja independente dessas outras áreas. Sobre essa interdisciplinaridade, Indursky (2013, p. 39) afirma:

do marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o linguístico; da linguística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentido, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção.

Essas são, portanto, as áreas do conhecimento confluentes para a AD pecheutiana e, nessa mesma perspectiva, nosso trabalho se inscreve.

2.1 APONTAMENTOS TEÓRICOS A PERCORRER

Estando a Análise do Discurso devidamente situada epistemologicamente, podemos avançar e nos debruçar sobre as principais noções que utilizaremos ao longo do nosso trabalho. Nesse percurso, iremos exemplificar algumas dessas noções relacionando-as à nossa pesquisa.

Para iniciarmos, é importante fazermos algumas observações sobre a noção de *ideologia* no âmbito da AD pecheutiana. Um primeiro ponto a ser lembrado é que a ideologia não pode ser entendida como a mentalidade de uma época, uma vez que se trata do resultado da luta de classes, inclusive dentro de uma mesma classe. É nessa linha de pensamento que Pêcheux ([1975], 2014b, p. 130) afirma que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’ mas de práticas”. Sendo assim, a ideologia e a própria luta de classes preexistem ao sujeito. Para termos uma ideia de como essas forças atuam na estruturação do sujeito, quando os pais descobrem o sexo de uma criança, já existe toda uma estrutura discursiva à espera da criança, que, ao nascer, vai ocupar um lugar determinado no interior de uma formação social. Essa estrutura social, desde esse momento, irá, via de regra, regular as cores do enxoval, os brinquedos, as relações de atribuição de atividades de trabalho, ou seja, o sujeito parece preexistir mesmo antes do indivíduo, que, ao primeiro suspiro (ou talvez antes), é afetado pela ideologia.

Dando continuidade às considerações sobre a instância ideológica, para Althusser (1983), a *ideologia em geral* não tem história, não no sentido utilizado por Marx, em que a ideologia não teria sua própria história porque se assemelharia ao sonho (concebido antes de Freud), ou seja, algo pueril, fortuito, mas no sentido de que ela é eterna, ou seja, a estrutura e o

funcionamento da ideologia fazem dela uma realidade não-histórica, “onipresente, imutável em toda a história” (= a história das formações sociais de classe)” (ALTHUSSER, 1983, p. 85). Dito de outro modo, a ideologia não teria história porque sempre se estrutura e funciona do mesmo modo, ela não muda ao longo da história.

Visto isso, esse conceito irá atravessar todo o nosso trabalho, de forma que será mais detalhado no nosso texto à medida que formos explorando outros conceitos, que se complementarão a fim de analisarmos a tese de que os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres mantêm uma filiação muito mais forte com a ideologia patriarcal do que com a ideologia feminista.

Vamos iniciar esse percurso fazendo considerações sobre a categoria onde a ideologia se faz concreta: o sujeito do discurso. Para tanto, faz-se relevante iniciar com os desdobramentos da noção na obra de Pêcheux e, de modo geral, na AD.

A noção de sujeito na Análise do Discurso reivindicada por Pêcheux foi sendo repensada com o passar dos anos, como ocorre com toda teoria, que sempre está em um processo de amadurecimento. Em 1969, em um texto que foi traduzido para o português como *Análise Automática do Discurso*, o sujeito era concebido como um lugar determinado na estrutura social; em 1975, passou-se a falar em uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica; ainda no mesmo ano, em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux ([1975], 2014b) fala em uma teoria não-subjetiva da subjetividade,

que designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse assujeitamento pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito. (PÊCHEUX, [1975], 2014b, p. 123).

Ou seja, o sujeito passa a ser constituído como um sujeito histórico, ideológico, que ignora esse assujeitamento porque também é afetado, em sua constituição, pelo inconsciente. Nesse sentido, o sujeito do discurso não seria responsável pelo seu dizer, pois é interpelado pela ideologia, e o inconsciente trabalha no sentido de encobrir esse assujeitamento. É através dessa interpelação e da manutenção da ilusão de estar à frente do seu dizer, que o sujeito pecheutiano se constitui e produz seu discurso. Pêcheux ([1975], 2014b, p. 150), sobre isso, diz que “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina.

Vale dizer, embora já esteja implícito a partir das considerações acima, que esse sujeito não ‘funciona’ sozinho, produzindo saberes dentro de uma formação social. Ele está inscrito em uma Formação Discursiva (FD) que regula “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, [1975], 2014b, p. 147).

O termo “Formação Discursiva” apareceu em 1969, em *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, a partir do questionamento sobre as condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber. A noção de FD aparece, inicialmente, na obra de Pêcheux, como algo homogêneo, mas, ao voltar a seus escritos, o próprio autor percebeu que uma formação discursiva tem fronteiras porosas e acaba sendo atravessada por outras formações discursivas no interior de uma Formação Ideológica.

Para compreender o modo de se relacionar do sujeito com a formação discursiva, podemos começar pensando no interdiscurso, esse todo complexo com dominante, que comporta todos os saberes produzidos a partir da eterna luta de classes (umas com as outras e no seu próprio interior). É esse todo complexo que, em suas relações de contradição, desigualdades e subordinação, faz com que uma ideologia dominante atravesse o discurso de uma FD, mesmo que esses saberes sejam um tanto antagônicos. Por isso, segundo Courtine (2014, p. 73), “o estudo de um processo discursivo no interior de uma dada FD não é dissociável do estudo da determinação desse processo discursivo por seu interdiscurso”. Nesse sentido, se há um atravessamento do saber de uma FD na outra é porque elas estão “organizadas” de alguma forma. Ou seja, uma formação ideológica comporta uma ou várias formações discursivas, que, por causa do interdiscurso e de suas fronteiras intervalares, permitem o confronto de saberes associados à ideologia, de modo a tornar o ambiente ideológico heterogêneo e fragmentado. Sobre as formações ideológicas, Haroche (1971, p. 102 *apud* COURTINE, 2014, p. 71-72):

Falar-se-á em formações ideológicas para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras.

Dessa forma, poderíamos afirmar que cada FI tem um caráter regional, ou seja, ela fala sobre as mesmas coisas (Deus, o Direito, etc), no entanto a partir de pontos de vista diferentes, pois representam o próprio antagonismo das classes sociais. Por esse motivo, as FD’s também passaram a ter um caráter heterogêneo e passaram a ser consideradas a partir da sua relação com a exterioridade, ou seja, com o interdiscurso. Sendo assim, o que distinguiria uma FD da outra seria a maneira como ela se relaciona com sua FI. Por exemplo, poderíamos ter uma formação ideológica de gênero, que comportaria pelo menos duas FD’s distintas (a formação discursiva patriarcal e a formação discursiva feminista). Como uma forma de mostrar o caráter

heterogêneo da FD, poderíamos citar o Feminismo Negro, que, mesmo tendo a mesma matriz de saberes do Feminismo (daí fazerem parte da mesma formação discursiva), apresenta tomadas de posições diferentes (apresentam lutas específicas dentro do feminismo). Nesse sentido, essas tomadas de posição apontam para modos diferentes de compreender aquilo sobre o que se fala. É nesse sentido que falamos anteriormente não ter feito sentido a convocação das mulheres a reivindicarem o direito de trabalhar fora de casa (ou seja, as mulheres brancas) para um sujeito (mulher negra) que, em outra posição, nunca teve outra opção senão a de trabalhar fora de sua casa para poder sobreviver.

Vale salientar que a reprodução da ideologia no interior de uma FD é assegurada materialmente pela existência dos *Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)*. Louis Althusser foi quem primeiro definiu a noção de AIE e elencou uma lista empírica destes:

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. [...]

AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas)

AIE escolar

AIE familiar

AIE jurídico

AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos)

AIE sindical

AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc...)

AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc...)

A Análise do Discurso pecheutiana faz um deslizamento de sentido quanto ao conceito de aparelho ideológicos de Estado preconizado por Althusser. Pêcheux ([1975], 2014b) considera-os não a expressão ou materialização da ideologia da classe dominante, mas entende “que eles são seu lugar e meio de realização: ‘é pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, nos quais essa ideologia [a ideologia da classe dominante] é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (PÊCHEUX, [1975], 2014b, p.131). Vale dizer, por outro lado, que o que Althusser considera Aparelho Ideológico do Estado não se refere necessariamente ao que seria uma instituição estatal. É nesse sentido que o autor afirma que

pouco importa se as instituições que os constituem sejam ‘públicas’ ou ‘privadas’. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente ‘funcionar’ como Aparelhos Ideológicos do Estado. (ALTHUSSER, 1983, p. 68-69).

Sendo assim, é perfeitamente compreensível que, no caso da nossa pesquisa, possamos considerar as redes sociais, especialmente o Facebook, como um aparelho ideológico de

informação, assim como a imprensa, o rádio, a televisão. É importante dizer que, apesar de o próprio Althusser já ter marcado a possibilidade de instituições privadas poderem ser consideradas como aparelhos ideológicos do Estado, outras pesquisas que tomam a obra de Althusser como referencial teórico já vêm considerando o Facebook como um aparelho ideológico de informação. Um exemplo disso é a pesquisa de Alves (2016), que entende que

se a internet pode ser compreendida como um meio de comunicação de massa, logo as ferramentas que existem por intermédio dela também o serão. Sendo assim, podemos concluir que o *Facebook*, enquanto ferramenta possibilitada por meio da internet e disseminação de informação ideológica, pode ser compreendido como um Aparelho Ideológico de Informação (ALVES, 2016, p. 80).

Vale salientar que, com o avanço dos saberes da Análise do Discurso, o Aparelho Ideológico de Informação, assim como os AIE de modo geral, passou a ser entendido, segundo Pêcheux ([1975], 2014b) como o lugar onde ocorrem a reprodução das condições de produção, porém, como esses mesmos AIE também passam por uma incessante luta de classes em seu interior, também são o lugar simultânea e contraditoriamente da transformação das mesmas condições ideológicas. Essas condições de reprodução/transformação das relações de produção ocorrem em um momento histórico específico e para uma formação social dada através do *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta.

Vale dizer sobre essa questão que reconhecemos que, nesse espaço (Facebook), existem diferentes discursos ou discursos vinculados a diferentes formações discursivas, no entanto, tendemos a compreender que Althusser (1983) diferencia Estado e governo. Estado aqui está entendido como todo o aparelho estatal e sua construção e, os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), como espaços que funcionam em movimentos de regulação, mas também de transformação das práticas sociais em seu interior. Nesse sentido, dizer que as redes sociais funcionam como um AIE não significa dizer que esse espaço veicula apenas e necessariamente o discurso do Estado ou do governo, mas ele, de alguma maneira, funciona dentro dos mecanismos do Estado. Assim, as redes sociais, especialmente o Facebook, podem ser considerado um Aparelho Ideológico de Informação (AII), especialmente em se tratando dos perfis analisados nesta pesquisa (dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres), os quais dizem a partir do aparelho estatal. Dizer que esse espaço se constitui como um AII não significa desconsiderar a heterogeneidade que caracteriza esse próprio aparelho. Se pensarmos onde se inserem as mídias alternativas hoje, provavelmente a resposta será no contexto dos AIE. É aqui que elas funcionam, mesmo que seja para questionar, causar ruptura, deslocamentos, etc.

Visto isso, compreendemos nossa pesquisa inscrita na AD pecheutiana, de modo que consideramos para a análise uma formação social capitalista (valoriza o capital, promove opressão de algumas classes), que comporta, dentre várias outras, a formação ideológica de gênero e essa ideologia se materializa, através dos aparelhos ideológicos, como igreja, escola e, no nosso caso, as redes sociais (especialmente o Facebook), entendidas aqui como parte do aparelho ideológico de informação referido por Althusser (1983). Essa *formação ideológica de gênero* comporta várias formações discursivas, dentre as quais poderíamos destacar a FD patriarcal e a FD feminista, as quais regulam o que pode e deve ser dito sobre o que é ser mulher, por exemplo. Nesse sentido, o sujeito *mulher* vai sendo construído na nossa formação social a partir do conflito e da contradição (falha) entre essas formações discursivas. Vale dizer que o sentido do que é ser mulher desliza de acordo com a FD em que esse saber é construído, podendo, pela própria natureza porosa e heterogênea das FD's, um sentido atravessar o outro, nessa constante luta de classes.

Outro ponto bastante importante que deve ser observado é o modo como ocorre a reprodução das relações de produção e o consequente assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico. Segundo Pêcheux ([1975], 2014b), essa reprodução contínua das relações de classe é assegurada pelos aparelhos ideológicos do Estado. É nesse lugar que a reprodução da ideologia é assegurada materialmente. Aqui é onde ocorre a reprodução dos saberes de uma ideologia que vai interpelar o sujeito no interior de uma formação discursiva dada. Vale lembrar que, de acordo com Pêcheux ([1975], 2014b), cada AIE contribui de maneira diferente para o processo de reprodução/transformação das condições de produção constituídas em um dado momento histórico para uma formação social. Essa diferença de contribuição se dá, segundo Pêcheux ([1975], 2014b) por causa da luta de classes no interior dos AIE, motivados pelas desigualdades de suas relações e isso nos leva a entender que a dominação da ideologia (da classe) dominante ocorre quando a reprodução das relações de produção se sobressai em relação à sua transformação (opõe-se a ela, freia-a ou a impede).

Para entendermos melhor como se dá materialmente essa reprodução das condições de produção, torna-se necessário compreendermos quais processos discursivos ajudam nesse processo de reprodução. Por *processos discursivos*, assim como Pêcheux ([1975], 2014b), estamos entendendo os processos “que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, [1975], 2014b, p. 148). Ou seja, são maneiras de reforçar as condições de produção de uma ideologia no interior de uma formação discursiva.

Um desses processos é a prática parafrástica, que consiste basicamente na reprodução de saberes de uma FD sendo reproduzidos, readaptados, realocados, ressignificado a fim de reproduzir/reforçar as condições de produção da instância ideológica, através dos aparelhos ideológicos, no interior das formações discursivas. Pêcheux ([1969], 2014a, p. 166-167), afirma, sobre isso, que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a ‘matriz de sentido’”. Sendo assim, é possível que uma mesma palavra ou expressão possa ter sentidos diferentes quando inscritas em FD’s diferentes. Por exemplo, o *corte* de 30% do orçamento para universidades e institutos federais no Brasil feito pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019 pode ter um efeito de sentido relacionado a um contingenciamento de gastos com educação para uma FD que vê o dinheiro direcionado à educação pública como gasto; por outro lado, pode produzir um efeito de sentido, em outra FD que entende a verba destinada à educação como investimento, mais próximo a uma ação de sucateamento da educação superior e básica no âmbito federal. Com isso, percebe-se que a produção de sentido é indissociável da noção de paráfrase discursiva. Assim, uma paráfrase discursiva pertence a uma matriz de sentidos no interior de uma formação discursiva. Desse modo, como há uma pluralidade de FD’s na nossa formação social, é esperada também uma pluralidade de sujeitos sociais e, conseqüentemente, uma pluralidade de leituras. O que estamos querendo dizer é que, apesar de haver pistas linguísticas que permitiriam produzir efeitos de sentido diferentes, tais pistas por si só não são suficientes para produzir esses efeitos de sentido: é a relação do sujeito com a formação discursiva em que está inscrito que o faz. Ou seja, os efeitos de sentido são assujeitados, assim como os sujeitos do discurso.

Outro processo discursivo a que se recorre com frequência para reforçar um saber no interior de uma FD é o pré-construído. Esse elemento, “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, ([1975], 2014b, p. 151), derivado do interdiscurso, é formado no todo complexo com dominante, passando a ser interiorizado a uma formação discursiva dada, embora seja um elemento exterior a essa FD. Ao chegar, ou seja, ao ser incorporado a uma FD, o pré-construído pode ser reconfigurado. Essa reconfiguração é sempre da ordem de uma reconstrução desse dizer no interior de uma formação discursiva.

Entender o pré-construído como um elemento ao qual o enunciado só pode se opor numa relação binária, ou reafirma ou se opõe, diz respeito a trabalhar uma formação discursiva ainda muito homogênea. No momento em que a teoria se encontra, no qual tem se repensado essa homogeneidade das formações discursivas, atribuindo-lhe a característica de uma constituição

heterogênea, esse lugar de contato da FD com a exterioridade passa a ser mais complexo, não sendo só uma relação de sim ou não, de afirmação ou negação. Ou seja, é uma relação complexa que pode resultar em diferentes graus de acolhimento da exterioridade no interior de uma FD. Vale salientar que esse acolhimento, esse processo de um elemento exterior aos saberes da FD ser incorporado a ela é “esquecido” no processo de identificação do sujeito, que age sob a ilusão de liberdade discursiva.

Sobre o pré-construído, Courtine (2014, p. 74-75) diz:

Trata-se de um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscursos sob a forma de um pré-construído, isto é, como se este elemento já estivesse ali. O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver em uma dada situação.

A partir dessa citação de Courtine, percebemos que no interior de uma FD se constitui um *sujeito universal*, que, reforçado pelos pré-construídos, relações parafrástica, repetições, apagamentos, dentre outros elementos do processo discursivo, regula a matriz de saberes de uma formação discursiva dada.

Agora, após discorrermos sobre algumas categorias, detalharemos mais especificamente a categoria *sujeito* e seus desdobramentos e implicações para o que Pêcheux ([1975], 2014b, p. 123) chamou de uma “teoria não-subjetiva da subjetividade”.

Nessa teoria, o sujeito não é a origem de seu discurso (daí a teoria não-subjetiva). Segundo Pêcheux ([1975], 2014b), ele tem a ilusão de autonomia constitutiva de si, ou seja, o sujeito é assujeitado, mas esse assujeitamento é dissimulado para ele, de modo que a ideologia funcione por si mesma, no automático. É nesse sentido que Eckert-Hoff (2005, p. 127) diz que no movimento de interpelação do indivíduo em sujeito ideológico, haveria alguns esquecimentos necessários. O primeiro esquecimento é

“um processo inconsciente e ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser a origem de seu discurso, ‘apagando’ ou ‘recalcando’ todo o exterior à sua FD. O esquecimento número 2 é aquele em que o sujeito seleciona alguns dizeres em detrimento de outros, privilegia algumas formas e sequências discursivas e apaga outras” (ECKERT-HOFF, 2005, p. 127).

Nesse processo, o sujeito esquece que o que diz vem da FD à qual se filia. Um exemplo que isso nos faz lembrar é que é bem comum determinados grupos sociais, que sofreram ou ainda sofrem opressão na sociedade, reproduzirem saberes que seriam próprios de seus opressores, ou seja, um negro reproduzir o discurso racista de anticotas raciais ou uma mulher

criticar outra porque não pretende ter filhos ou se casar, ou ainda um membro da comunidade LGBTI+ votar em um presidente homofóbico. Para a AD, grosso modo, eles estão reproduzindo saberes da formação discursiva que lhes oprime ou porque estão inscritos nela ou porque, no interdiscurso, esses saberes são dominantes em detrimento de outros e acabam atravessando o discurso de sujeitos inscritos em outras FD's.

Para avançarmos no entendimento da constituição do sujeito e em seu funcionamento, é importante observarmos que Pêcheux ([1975], 2014b, p. 150) afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. Essa identificação ocorreria, segundo o autor, através da identificação com a forma-sujeito (Sujeito) ou sujeito universal da formação discursiva onde se inscreve o sujeito.

Nesse ponto da teoria, Pêcheux ainda constitui a noção de *forma-sujeito* com certo grau de unicidade, o que caracterizaria a própria formação discursiva como tal, uma vez que há certa reciprocidade na constituição de uma e outra. Dando sequência, Pêcheux ([1975], 2014b, p. 199) menciona as modalidades de tomada de posição do sujeito, nomeando, assim, o que seriam o bom-sujeito e o mau sujeito de uma formação discursiva.

A primeira modalidade de tomada de posição do sujeito consiste no que Pêcheux ([1975], 2014b, p. 199) chamou de *superposição ou recobrimento* entre o sujeito do discurso e o sujeito universal. Nesse caso, o sujeito do discurso se identificaria *cegamente* com a forma-sujeito (sujeito universal) da formação discursiva em que se inscreve, sendo chamado pelo autor de *bom-sujeito*. Esse processo aponta para a unicidade imaginária do sujeito. Pêcheux ([1975], 2014b) considera essa primeira modalidade de tomada de posição que aparenta reduplicar totalmente a identificação com o sujeito universal da FD apenas um processo discursivo que produz não um sujeito com unicidade (homogêneo), mas um “efeito-sujeito”. Ou seja, na prática, essa modalidade de tomada de posição é impossível de ocorrer. O que ocorre e é produzido por ela é a ilusão da unicidade imaginária do sujeito, ou seja, essa unicidade só ocorre no plano imaginário. O sujeito passa a não perceber que não se encontra na origem do seu dizer.

A segunda modalidade de tomada de posição do sujeito foi caracterizada como o discurso do mau-sujeito, ou seja, seria aquele sujeito que, inscrito em uma FD, através de uma tomada de posição, contrapõe-se à forma-sujeito, questionando, duvidando, distanciando-se em relação aos saberes da forma-sujeito. O que permite essa dúvida, esse questionamento é a compreensão de que o sujeito não tem unicidade, tampouco a FD em que ele se inscreve, pois

esta está em constante relação com outras FD's no todo complexo com dominante, ou seja, no interdiscurso, o que permite atravessamentos dos saberes da FD dominante em outras FD's.

Assim, com essa maneira de entender a forma-sujeito sendo um tanto fragmentada (sem unicidade), Pêcheux acaba ressignificando, segundo Indursky (2008, p. 14) a própria noção de formação discursiva, cujas fronteiras passam a ser entendidas como ambientes porosos, o que permite a penetração (atravessamentos) de saberes de outras FD's, gerando, assim, a heterogeneidade da forma-sujeito e também da própria FD.

A terceira modalidade de tomada de posição, que Pêcheux ([1975], 2014b) chama de *desidentificação*, trata-se de uma tomada de posição não-subjetiva, ou seja, o sujeito, atravessado ideologicamente pela instância ideológica de outras formações discursivas, deixa de identificar-se com sua FD (e sua respectiva forma-sujeito) e passa a identificar-se com outra FD e sua respectiva forma-sujeito. Essa identificação, porém, não equivale a um “desassujeitamento” do sujeito, o que lhe atribuiria a característica de estar na origem de seu dizer (efeito Münchhausen). Segundo Pêcheux ([1975], 2014b), esse efeito seria achar que o sujeito, ao deixar de se identificar com a forma-sujeito de uma formação discursiva, passaria a desfrutar da *sonhada liberdade*, no entanto o que ocorre é a identificação com a outra forma-sujeito, de outra FD.

Vale complementar essa questão com a observação de que a *desidentificação* permite certo grau de liberdade ao sujeito, não lhe conferindo, todavia, o status de estar na origem do seu dizer. Essa liberdade permite que o sujeito “migre” dentro do processo de assujeitamento, não ficando “prisioneiro” no interior de uma mesma FD para sempre. Isso acontece devido aos constantes atravessamentos dos saberes de uma FD dominante em outra, o que, em um processo de constante interpelação, recruta esse sujeito para seu domínio de saber. Sobre isso, Indursky (2008, p. 15) diz:

Em um determinado momento, e sob o efeito de determinadas condições de produção, o sujeito do discurso pode romper com o domínio de saber em que estava inscrito e, em consequência, identificar-se com outra FD. Esta capacidade de migrar de um domínio de saber para outro indica o espaço e a dimensão de sua liberdade.

Feitas essas observações, percebemos que o sujeito da AD é um sujeito fragmentado e, por esse mesmo motivo, a formação discursiva em que ele está inscrito também passa a “permitir” a contradição, a divergência, o que a torna também heterogênea. Ou seja, a heterogeneidade da formação discursiva é decorrente desse desdobramento da forma-sujeito explicado mais acima (bom-sujeito, mau-sujeito e desidentificação). Sendo assim e entendendo

que a relação entre FD e forma-sujeito é imbricada, só poderemos entender essa forma-sujeito também como heterogênea, perdendo aquela “unicidade” pensada inicialmente na teoria. Como consequência disso, a forma-sujeito, assim como a FD que lhe corresponde, é heterogênea, ou seja, comporta em seu domínio várias posições-sujeito (não só duas) e isso (essa fragmentação) abre espaço não só para o semelhante, mas também para o que difere, o distinto. Ou seja, cada uma dessas posições-sujeito que compõem a forma-sujeito de uma FD indica “diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito e, através dela, com a ideologia.” (INDURSKY, 2008, p. 18).

Para exemplificarmos essas questões, tomemos como exemplo um dos pontos de nossa pesquisa: o feminismo. Pensar sobre o nosso corpus nos leva a apontar a existência de uma formação ideológica de gênero, com algumas FD's, dentre as quais se destacam, no jogo ideológico conflituoso do interdiscurso, a formação discursiva patriarcal e a formação discursiva feminista. Vale dizer que, nessa relação, a FD patriarcal parece ser dominante sobre a feminista. No entanto, a FD feminista possui seus saberes específicos, e consegue - devido à porosidade típica das formações discursivas - atravessar dizeres e orientar discursos na FD patriarcal. Como consequência, a FD, seja ela patriarcal ou feminista, apresenta uma forma-sujeito fragmentada, ou seja, ela é constituída por inúmeras posições-sujeito. Para exemplificar, podemos citar de novo que dentro do movimento feminista, há o *feminismo negro*, que, embora se relacione com a forma-sujeito da FD feminista (e isso faz com que os dois feminismos estejam na mesma formação discursiva), apresenta suas peculiaridades, rompendo, em certos momentos, com o feminismo hegemônico, que é pensado para a mulher branca de classe média, deixando à margem algumas questões próprias da luta da mulher negra. Ou seja, temos uma mesma formação discursiva (feminista), com uma forma-sujeito fragmentada, que apresenta algumas posições-sujeito diferentes entre si, dentre as quais destacamos duas associadas ao feminismo: uma que aqui chamamos de feminismo hegemônico, e, outra, que designamos feminismo negro.

Como consequência dessa fragmentação da forma-sujeito detalhada acima, podemos pensar que o que Pêcheux chamou de *bom-sujeito*, ou seja, aquele que se identificaria plenamente com a forma-sujeito, nesse momento da teoria, passa por um deslizamento de sentido – sugerido por Courtine (2014) –, uma vez que o bom sujeito, agora, seria aquele que se identifica plenamente (no campo do imaginário) com a posição-sujeito dominante de uma forma-sujeito que organiza uma formação discursiva, portanto. Ainda usando o exemplo dos feminismos, o bom-sujeito da FD feminista seria aquele que se identifica plenamente, em seu imaginário, com os saberes do feminismo hegemônico. O *mau-sujeito*, por sua vez, seria o

sujeito que se identificaria com os saberes produzidos por outra posição-sujeito que não seja a dominante. Nesse caso, o feminismo negro seria um exemplo de mau-sujeito da FD feminista.

Inferre-se, a partir do que foi exposto, que a forma como o sujeito se identifica com uma formação discursiva foi ressignificada, uma vez que essa identificação não mais é feita com os saberes da forma-sujeito (dotada de unicidade), mas com os saberes de uma das posições-sujeito da forma-sujeito (agora fragmentada e heterogênea). Para ficar mais claro, recorramos ao texto de Indursky (2008, p. 19-20):

se a forma-sujeito fragmentou-se, não é mais possível a um sujeito de discurso identificar-se diretamente com a forma-sujeito. Para com ela identificar-se, impõe-se que o sujeito do discurso se identifique inicialmente com o saber emanado de uma determinada posição-sujeito para, a partir deste lugar discursivo, identificar-se com a forma-sujeito e, através dela, com a formação discursiva que o afeta.

Ou seja, o sujeito do discurso não pode mais identificar-se com a totalidade dos saberes da FD que o afeta. Essa identificação continua ocorrendo, entretanto apenas com uma parcela dos saberes dessa FD.

Por fim, outro ponto da teoria que nos parece relevante para o nosso trabalho é o modo como ocorre a desidentificação de uma formação discursiva e a consequente identificação com outra FD. Nessa linha de pensamento, concordamos com a tese de que a desidentificação pode ocorrer de duas formas: ou o sujeito do discurso deixa de se identificar com uma forma-sujeito já existente (mais especificamente, deixa de se identificar com a posição-sujeito dominante de uma forma-sujeito já existente) e passa a se identificar com outra forma-sujeito (posição-sujeito dominante) também já existente; ou, de outro modo, o sujeito do discurso pode deixar de se identificar com uma forma-sujeito (posição-sujeito dominante) existente e, através de um acontecimento⁶ discursivo, passar a se identificar com a posição-sujeito dominante de uma nova forma-sujeito, a qual organiza os saberes (o que pode e deve ser dito) de uma nova formação discursiva, ou seja, com o acontecimento discursivo, ocorre uma ruptura com os saberes de uma FD (gerando, assim, outra FD), não apenas um deslizamento de sentido, que, neste último caso, geraria apenas uma nova posição-sujeito que continuaria a manter relações com a forma-sujeito da mesma FD, apenas sob outra perspectiva.

⁶ O acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra maneira: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos desta formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. [...] Surgem novos saberes no interior da mesma FD. Enquanto o acontecimento discursivo remete para fora, é externo à FD que lhe dá origem, instaurando um novo sujeito histórico, o acontecimento enunciativo provoca a fragmentação da forma-sujeito e se dá, por conseguinte, no interior da própria formação discursiva. (INDURSKY, 2008, p. 28-29).

Aproximando à nossa pesquisa, consideramos o surgimento do movimento feminista como um acontecimento discursivo, uma vez que rompeu com os saberes de uma formação discursiva patriarcal, ao ressignificar a mulher como independente, que sofre opressão por causa do sexismo, que ocupa um lugar social desprivilegiado, devendo, assim, lutar por essa isonomia social. Isso ressignificou os saberes de tal forma, que gerou uma ruptura com os saberes da FD patriarcal, por isso estamos tratando o surgimento do movimento feminista como um acontecimento discursivo. Saliente-se a isso que essa ruptura com os saberes da FD patriarcal promoveu a “inscrição” do sujeito mulher em uma formação discursiva que mais lhe afetasse/representasse. Antes disso, esse sujeito *mulher* se inscrevia em uma posição-sujeito no interior de uma FD que afetava os homens (patriarcado).

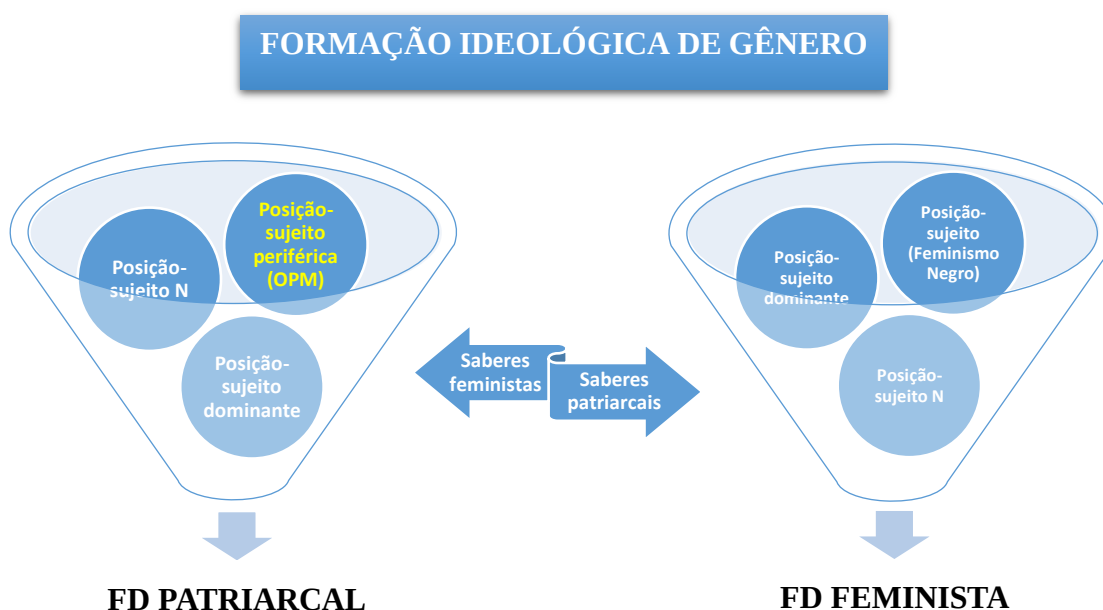
Por outro lado, quando um grupo de mulheres negras (aí se destacam bell hooks, Angela Davis, Chimamanda Ngozi Adichie, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro, dentre outras) não se veem representadas pelo feminismo hegemônico e acabam ocupando (esse processo chega até os dias atuais e parece que ainda seguirá à frente) outro lugar dentro do movimento feminista, onde há alguns deslizamentos de sentido sobre as causas feministas, isso constituiria um acontecimento enunciativo, que não gera outra forma-sujeito e conseqüentemente outra FD. O que esse acontecimento enunciativo faz é gerar uma nova posição-sujeito (uma contraidentificação), a qual se opõe à posição-sujeito dominante no interior da formação discursiva feminista. Essa contraidentificação faz dos saberes dessas posições-sujeito conflitantes, porém não excludentes. Quando esses saberes são excludentes, há uma ruptura com a forma-sujeito e, conseqüentemente, com a FD, o que constitui um acontecimento discursivo.

Visto os conceitos principais que interessam à nossa pesquisa, poderemos agora relacionar de maneira mais contundente esses conceitos à nossa realidade pesquisada. Para tanto, apontaremos os caminhos teóricos que nos levaram à nossa tese principal de que os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) embora estejam, no dito, buscando promover as políticas públicas para a mulher e combater a violência contra ela, no não-dito, têm reproduzido os saberes de uma formação discursiva ligada aos saberes patriarcais, que correspondem ao que estamos chamando de FD patriarcal. Ou seja, os OPM parecem manter uma filiação não com a FD feminista, como aparentam inicialmente, mas parecem estar filiados à FD patriarcal e reproduzindo seus saberes. Vale dizer que os saberes patriarcais são predominantes em nossa sociedade, em nosso imaginário e, em grande medida, no inconsciente social, o que sugere uma dominância consistente de uma formação discursiva patriarcal, que orienta o imaginário social, funções e papéis estabelecidos por esse imaginário.

Essa constatação tem sido reforçada com a análise da relação imbricada da teoria com os resultados da constituição do corpus. O corpus nos mostrou que a maioria das publicações no Facebook feitas pelos OPM da região Nordeste ou responsabiliza a mulher pela violência sofrida ou desembarga na naturalização da própria violência contra a mulher. Quanto às questões teóricas que nos levaram a essa compreensão, destacamos a fragmentação da formação-sujeito sugerida por Courtine (2014). Nessa parte teórica, teremos que detalhar nossas considerações um pouco mais a fim de deixarmos marcado qual caminho trilhamos para formular nossa tese central.

Como citado anteriormente, consideramos que, na formação ideológica de gênero, teríamos pelo menos duas formações discursivas mais representativas: FD patriarcal e FD feminista. No interdiscurso dessas formações discursivas, os saberes da FD patriarcal nos parecem dominantes, visto o seu nível de produção e reprodução de dizeres que vêm ditando, na nossa formação social, o que deve ser dito sobre a mulher, ou seja, são os saberes patriarcais que vêm discursivizando a mulher. É importante ressaltar que, como as margens de uma FD são dotadas de certa porosidade, é comum que, a partir do interdiscurso, os saberes de uma FD atravessem os sujeitos ou pelo menos seus discursos e funcionem no interior de outra formação discursiva. Tomemos como exemplo o esquema abaixo para entendermos melhor essas questões.

Esquema 1 – Estrutura da FD



O esquema acima mostra que as formas-sujeito de uma FD é fragmentada, constituindo-se com uma posição-sujeito dominante e outras posições-sujeito não-dominantes. Dessa forma, no nosso entendimento, os OPM analisados neste trabalho parecem estar filiados a uma FD (patriarcal), assumindo, no interior da forma-sujeito, uma posição-sujeito não-dominante nessa plataforma discursiva, ou seja, embora essa posição-sujeito apresente alguns dizeres próprios de uma FD feminista, isso não nos parece suficiente para romper totalmente com a FD patriarcal, uma vez que esses mesmos saberes apresentam um movimento de responsabilização da mulher pela violência (em número desproporcional), por exemplo, o que é próprio de uma FD patriarcal. Por isso, achamos mais prudente entender que as publicações dos OPM se inscrevem em uma posição-sujeito de fronteira entre a FD feminista e a FD patriarcal, não estando ainda totalmente desidentificada com esta última FD, mas ainda a ela filiada. Estamos entendendo essa posição-sujeito como sendo não-dominante porque há uma tensão dos saberes presentes nas publicações dos OPM, ou seja, embora essas publicações apresentem saberes que confrontam os saberes da posição-sujeito dominante da FD patriarcal, eles não chegam a representar uma ruptura completa com esses saberes. Como elemento que aponta para essa filiação à FD patriarcal, podemos apontar a quantidade de postagens que responsabilizam a mulher pela violência, o que será detalhado mais à frente.

De outro modo, é preciso percebermos que, embora estejam filiados à FD patriarcal, os OPM, em seu discurso sobre a mulher, sofrem atravessamentos ideológicos dos saberes oriundos da FD feministas. Percebemos isso tanto em algumas publicações que nem responsabilizam a mulher nem produzem efeitos de naturalização da violência, quanto na colocação de elementos que criticam a violência contra a mulher em primeiro plano. Entretanto, esses elementos em primeiro plano, após uma análise do discurso cuidadosa, apontam para uma (apenas) aparente filiação à ideologia feminista, sugerindo, portanto, (daí essa filiação ao feminismo ser aparente) uma tentativa (processada no plano do inconsciente/interpelação) de velar os elementos da ideologia patriarcal presentes nas publicações desses OPM, que, numericamente e discursivamente, apontam para uma filiação ao patriarcado. Vale lembrar que essa tentativa de dissimular os dizeres do patriarcado não ocorrem de modo consciente, ou seja, trata-se de uma “ilusão necessária” própria do processo de interpelação do sujeito.

Essas são, dentro do arcabouço teórico da AD, as contribuições teóricas que hão de orientar nossa pesquisa. Vale dizer, portanto, que “é no discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito” (FERREIRA, 2005, p. 13).

Esse nó, é importante dizer, que não é só da língua, não é só da história e não é só do sujeito, é a confluência de tudo isso, sem ser nada disso especificamente. Ou seja, a Análise do Discurso é uma disciplina de entremeio que, embora seja herdeira de três áreas do conhecimento, é independente delas, uma vez que a noção de discurso não se reduz ao objeto da Linguística (interroga-a quanto à historicidade que é deixada de lado) nem ao Materialismo Histórico (perguntando pelo histórico) nem à Psicanálise (trabalhando a ideologia relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele).

A Análise do Discurso passa longe de ser isenta de interpelações ideológicas e orientações discursivas. Ela visa desvelar (apontar leituras possíveis) e ir ao combate, como é próprio da AD, que por natureza, é uma disciplina de enfrentamento. Buscamos, dessa forma, não só produzir uma tese em Análise do Discurso: buscamos a vigília, o combate às desigualdades de gênero e sempre tentar fazer com que essa teoria seja (continue sendo) uma ferramenta de busca por justiça social e igualdade entre as pessoas.

2.1.1 O silêncio constitutivo

Com a assunção desse enfrentamento, a AD pecheutiana não se cala, obviamente, sobre os silêncios dos discursos, ela os expõe e mostra que o silêncio significa.

“O sentido não para; ele muda de caminho” (ORLANDI, 2007, p.13). E um desses caminhos do sentido é o silêncio, que se apresenta/materializa de diversos modos, seja através da censura (silêncio imposto), do apagamento, do esquecimento necessário ou do silenciamento (pôr em silêncio) de minorias. Ou seja, o silêncio não nos parece um mero apêndice do sentido, parece-nos muito mais como um elemento fundante, que, como afirma Orlandi (2007, p. 23):

Não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, autossuficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio.

É nesse sentido que vamos tratar o silêncio aqui, como fundador, como um elemento que atravessa o discurso, que possibilita ao sujeito trabalhar a contradição que lhe é inerente, ou seja, o silêncio, nessa perspectiva, não é um abismo entre os sentidos. Ele significa, ele produz efeitos que apontam para o modo como nos relacionamos com o mundo em determinado momento histórico e com condições de produção específicas. É nesse sentido que Orlandi (2007) diz que, constituindo o discurso, o silêncio, assim como as palavras, é múltiplo. Daí

poder assumir sentidos diferentes quando exercido por sujeitos inscritos em matrizes de saberes diferentes, podendo ser considerado, por exemplo, tanto parte da retórica do opressor (que domina) quanto do oprimido (que resiste).

No aspecto da materialidade discursiva, o silêncio não poderia ter a mesma matéria significante da linguagem, seja ela verbal ou não. Ele se apresenta de maneira furtiva e fugaz, sendo escorregadia sua observação e de difícil apreensão as suas bordas. A materialidade do silêncio nos parece, metaforicamente, com “A moça do sonho”, de Chico Buarque, a qual, buscada pelo eu-lírico da canção, não se lhe apresenta concretamente e, quando este lhe pergunta “Quem és?”, ela oscila a voz, foge devagar e, quando ele tenta segurá-la, seu rosto já não é o mesmo. Do mesmo modo, é a materialidade do silêncio e, embora esta não seja tão palpável, ela existe nos não-ditos, no atravessamento de palavras, apagamento de dados e silenciamento de discursos. O silêncio é, portanto, constitutivo do discurso. Um discurso “feminista” que apaga a voz da mulher negra ou da mulher TRANS, por exemplo, talvez possa sugerir uma filiação patriarcal. Sobre essa dificuldade de se observar o silêncio, Orlandi (2007, p.32) diz que ele “não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas”.

Vale salientar que Orlandi (2007) atribui o predicativo “fundante” ao silêncio porque, para a autora, ele é anterior à linguagem: “No início, é o silêncio. A linguagem vem depois” (ORLANDI, 2007, p. 26). Nessa perspectiva, o silêncio não é *falta*, a linguagem é que é *excesso*. Esta (a linguagem) seria, para a autora, a categorização do silêncio, o ruído dele.

Do ponto de vista metodológico, para se observar e analisar o silêncio, não podemos esperar marcas tão claras e organizadas, elas são sutis, elas estão no olhar de difícil compreensão de Capitu. É preciso observá-lo por métodos discursivos. Assim, poderemos tornar visíveis essas marcas. “Quando se trata do silêncio, nós não temos *marcas* formais, mas *pistas, traços*. É por fissuras, rupturas, falhas que ele se mostra fugazmente” (ORLANDI, 2007, p. 46). Essas pistas podem ser organizadas em uma conjuntura dada de modo a tornar o silêncio observável, ou melhor dizendo, tornar observáveis as condições em que ele é produzido.

Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 50) afirma que é preciso distinguir a inteligibilidade, a interpretabilidade e a compreensão. Enquanto a primeira trataria das unidades significativas em nível de frase, ou seja, trata do que “está escrito”; a segunda, da atribuição de sentido ao enunciado ou, dito de outro modo, trata da possibilidade de o leitor dizer algo sobre o texto, de atribuir sentidos ao enunciado e ser capaz de formulá-lo; a compreensão procuraria apreender os processos de significação de um texto, ou seja, seria um nível mais amplo de leitura, que

pressupõe que o sujeito faça os dois movimentos anteriores, mas coloque os enunciados numa rede de relações que torna possível reconhecer os efeitos de sentido possíveis de um enunciado. Desse modo e nesse sentido, o silêncio não é interpretável, mas compreensível, segundo Orlandi (2007). Compreendê-lo é explicitar o modo como ele significa. A partir disso, nossa intenção neste trabalho não é colocar o silêncio em palavras, mas (re)conhecer o modo pelo qual ele tem significado nas publicações dos OPM sobre violência contra a mulher.

Nesse ponto, vale dizer que é preciso marcar um aspecto teórico a fim de não gerar conflitos na interpretação do que estamos chamando de silêncio. Trata-se da diferença entre implícito e silêncio. Essa diferença se dá basicamente pelo fato de o implícito remeter-se ao dito, ele depende do dizer para significar. Já o silêncio não tem essa dependência, ele é silêncio e significa. Ele “não deriva do sentido das palavras” (ORLANDI, 2007, p.66). Tomemos como exemplo o enunciado *A mulher negra já é protagonista do movimento feminista*. Nesse exemplo, temos um implícito de que não seria próprio da mulher negra ser protagonista do movimento feminista. Essa informação pode ser recuperada a partir do dito, materializado pela expressão “já”. O que se silencia, por outro lado, é que as pautas da mulher negra na luta feminista foram por muito tempo ocultadas; é que a mulher negra nunca coube no lugar da musa, e que ela não poderia ser apenas “do lar” ou “dona de casa”, porque tinha que trabalhar nas casas alheias para dar de comer aos seus filhos. Esse silêncio não depende do que foi dito para significar, ele necessita de uma conjuntura histórica e de condições de produção específicas para tal.

É relevante, ainda, mencionarmos que Orlandi (2007, p.73) considera, além desse silêncio fundador, uma *política do silêncio*, que “se define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Dessa forma, ao se nomear o período que sucedeu a ditadura militar de “República Nova”, apaga-se a informação de que havia ocorrido uma ditadura (ORLANDI, 2007). Ou seja, esse silêncio marca, a partir de um apagamento, traços dos saberes inscritos em uma formação discursiva específica. O não mencionar o período ditatorial é o que estrutura o discurso, é a materialização da instância ideológica. É comum vermos, por exemplo, que o Estado, enquanto sujeito, não podendo (não devendo) reproduzir certos discursos de forma direta e explícita em seu dizer, acaba por lançar mão do silêncio para, discursivamente, reproduzir os saberes que o interpelam de forma dominante. Exemplo disso é que o Estado, teoricamente, não deveria reproduzir discursos que responsabilizem a mulher pela violência, no entanto, quando temos organismos estatais, como os OPM, silenciando em suas publicações em

redes sociais que essa responsabilidade é do homem ou do próprio Estado, temos o silêncio como elo que liga o Estado a uma matriz de saberes patriarcal.

Por fim, é importante frisar sobre o silêncio que ele não é transparente, é constituído de fluidez, contraditório. “O silêncio não fala, ele significa” (ORLANDI, 2007, p. 102), embora seja possível compreender seu sentido a partir da conjuntura discursiva em que é produzido. Além disso, não há de se confundir silêncio e implícito. É nesse sentido que Orlandi (2007, p. 102) diz que o “implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído”. Esse apagamento pode silenciar vozes, referendar discursos, institucionalizar sentidos e estabelecer o que é “dizível”, ou seja, “estar em silêncio é uma das formas de estar em sentido” (ORLANDI, 2007, p. 172). Dito isso, cabe dizer que o silêncio é fundador, não apêndice ou, como bem diz Orlandi (2007, p. 154), “antes de ser palavra o sentido já foi silêncio. Dito de outro modo, todo sentido posto em palavra já se dispôs antes em silêncio”.

3 EFEITOS DE UMA DESCRIÇÃO: O OBJETO E O CORPUS

O corpus constituído é formado por 255 publicações compartilhadas pelas páginas dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres dos estados do Nordeste no período que vai de dezembro de 2014 até dezembro de 2017. Essa data inicial corresponde ao período quando ocorreu o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, a partir do qual se publicou o Guia para Criação e Implementação de Organismos Governamentais de Política para as Mulheres – OPM, que passou a permitir e orientar como os estados e municípios deveriam proceder para criarem um OPM. Com exceção do estado do Ceará, todos os estados da região possuem páginas dos OPM na plataforma Facebook. Dessa forma, para atender aos objetivos da pesquisa, selecionamos as publicações que tratavam da temática violência contra a mulher. Ao constituir o corpus, constatamos que o estado com mais publicações foi a Bahia, com cento e vinte e sete; Pernambuco com trinta e cinco; Piauí com trinta; Alagoas com vinte; Rio Grande do Norte com vinte e duas; Paraíba com catorze; Maranhão com seis; e Sergipe apenas com uma publicação sobre a temática. Não conseguimos obter os dados do estado do Ceará em virtude da inexistência de uma página oficial no Facebook ligada a um OPM estadual. Vale salientar que aqui neste trabalho analisamos uma amostra do corpus (a descrição feita acima refere-se ao corpus integral), que soma vinte publicações (ver apêndice), que exemplificam cada categoria de análise. Essa seleção se fez a partir da observação das publicações que eram mais representativas dos funcionamentos em análise.

Nosso objeto de pesquisa, portanto, são as publicações dos OPM nordestinos no Facebook sobre a temática violência contra a mulher. Esse objeto fora escolhido com a finalidade de sugerir a tese de que a filiação desses OPM se dá muito mais com o patriarcado do que com o feminismo. Outro ponto dos porquês desse objeto é o fato de a temática dessas publicações proporcionar muitas pistas das posições-sujeito que regulam os respectivos sujeitos no interior das formações discursivas em questão.

Como iremos tratar do Facebook, faz-se necessário contextualizar essa rede social de maneira mais detalhada. Sendo assim, vale dizer que ela surge nos Estados Unidos em 2003 com o nome inicial de The Facebook, sob a criação de Mark Zuckerberg e Eduardo Saverin, com o objetivo de interligar alunos de colégios e universidades dos Estados Unidos. Em 2005, criou-se a empresa Facebook, e foi quando se passou a poder preencher informações do perfil dos usuários, bem como a postagem de fotografias. Em 2010, o site, segundo Corrêa (2013), já hospedava 40 bilhões de fotografias, o que rendeu o status de maior site de fotos do mundo. Com o passar do tempo, o site começou a permitir a interação entre os usuários e a criação do

feed de notícias passou a lhe render 20 mil usuários por dia. Esse *feed* passou a permitir os usuários a publicarem fotos, notícias e exibir assuntos de seu interesse (CORRÊA, 2013).

Hoje em dia, o Facebook conta com mais de um bilhão de usuários ativos. O site traz informações sobre seus usuários como status de seu relacionamento, onde estuda, trabalha e outras informações pessoais. Além disso, é possível adicionar outros usuários para interagir. Um ponto importante também é a possibilidade de criar grupos ou comunidades por área de interesse dos usuários, colocando, inclusive, na descrição desses ambientes virtuais se eles são públicos, privados ou uma organização governamental. No caso das páginas dos OPM, são comunidades governamentais.

Visto isso, vale dizer que essa rede social, hoje em dia, passou a ser uma ferramenta não só de entretenimento, mas também de informação, inclusive de *fake news*, e de formação, ou mais especificamente, o Facebook passou a ser um “organismo” de reprodução dos inúmeros discursos, sempre em conflito, em uma luta constante para insurgir-se como o discurso dominante, ou como disse Pêcheux ([1975], 2014b), p. 133), como a “dominação da ideologia (da classe) dominante”.

Além disso, outro ponto a se falar sobre esse espaço discursivo é a luta de classes funciona em seu interior. Ele é um lugar onde acontece a reprodução das relações de produção, ou seja, se trata de um aparelho ideológico de informação. Sobre o ciberespaço, onde também está o Facebook, Mittmann (2013, p. 234) diz o seguinte:

as forças se dão nos dois sentidos: forçando passagem pela abertura ao diferente e reforçando os muros pela manutenção do mesmo. E a internet, embora tenha se apresentado como um acontecimento que pode levar à abertura ao diferente, também pode ser utilizada para a repetição, sem deslocamentos, dos discursos mais conservadores de nossa sociedade – até porque foi na perspectiva capitalista e imperialista que a internet se desenvolveu.

Entendendo o Facebook como esse espaço de reprodução das condições de produção, é importante descrevermos uma das principais ferramentas que contribuem para a reprodução dos inúmeros discursos que atravessam esse site: a publicação. Esta é composta basicamente pela publicação em si (foto, vídeo, texto); legenda⁷ (descrição da publicação ou comentário sobre uma foto ou vídeo); e os botões “curtir”, “comentar” e “compartilhar”. Estes últimos merecem algumas considerações, visto sua relevância como ferramenta de interação entre o sujeito que compartilha e o que visualiza a publicação.

⁷ Estamos chamando de legenda “a descrição ou comentário sobre uma imagem ou vídeo”, uma vez que que é comumente utilizada essa expressão, embora o site não a use explicitamente.

O botão “curtir”, por exemplo, pode produzir um efeito de sentido de identificação com o que foi postado, mesmo que seja de forma menos comprometida. Pode também produzir um sentido de vinculação do nome de quem curte ao conteúdo postado, uma vez que a “curtida” se torna pública e o autor recebe uma notificação avisando quem curtiu a postagem. Ou seja, o botão “curtir” não parece funcionar apenas como uma forma de divulgar o conteúdo, mas como uma forma de legitimar esse conteúdo. Vale salientar, ainda, que, conforme Recuero (2014, p. 120), “curtir” “também *pode denotar agradecimento pela informação*”. Nesse sentido, seria uma maneira de agradecer a informação considerada relevante.

O botão “comentar”, por sua vez, seria uma forma mais comprometida de (des)identificação (mesmo que seja ilusória) do sujeito, uma vez que ocorre uma assunção pública, um posicionamento mais explícito, uma tomada de partido sobre o que foi postado.

Por fim, o botão “compartilhar”, além de demonstrar certa identificação com o conteúdo postado, parece ter a função de tentar ampliar o alcance da publicação, pelo menos a priori. Parece-nos importante anotar que o compartilhamento possa ser usado para criticar, porém, na maioria das vezes, como constatou Recuero (2014, p. 120) em sua pesquisa, parece ser usado para “apoiar determinada ideia, manifesto ou uma mensagem”.

Feita essa descrição das ferramentas do Facebook, é importante ressaltar que, segundo Mittmann (2013), os discursos que circulam no espaço virtual reproduzem os discursos que sempre existiram na sociedade, ou seja, há luta de classes no ciberespaço, há o embate entre a formação ideológica do social e a formação ideológica capitalista e isso gera contradições no interior das formações discursivas que a autora chama de “formações discursivas progressistas” e “conservadoras” (MITTMANN, 2013, p. 234). Nesse sentido, a autora destaca a peculiaridade do “comentário” nesse ambiente:

Mas há algo mais. O espaço dos comentários é um cenário peculiar em que o sujeito pode mostrar-se pelo discurso e, ao mesmo tempo, esconder-se pelo anonimato, pode entrar num debate acirrado e subitamente escapar dele, pode manter-se no tema engatilhado ou desviar por caminhos outros. Por essa volatilidade e falta de comprometimento, é um espaço onde constam o que pode e o que não poderia ser dito (MITTMANN, 2013, p. 234-235).

Vale salientar que, no Facebook, o anonimato ocorre com a prática comum de criação de perfis falsos. Feitas essas considerações sobre o Facebook, voltemos à questão das publicações dos OPM sobre violência contra a mulher.

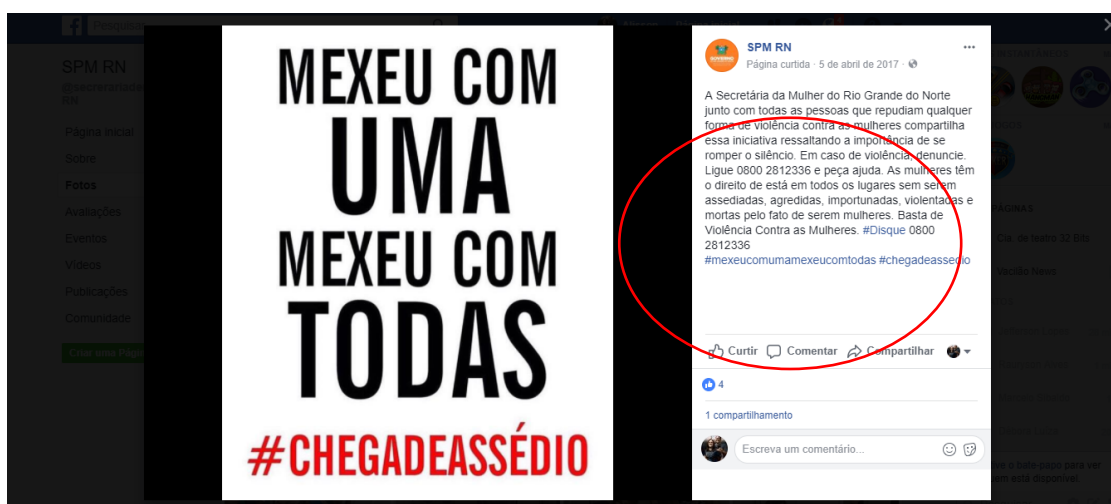
No processo de constituição do corpus, constatamos que as publicações, no que diz respeito àqueles a quem se direcionam, ou seja, ao que estamos chamando de orientação

interlocutiva⁸, podem ser divididas em: (a) publicações que “falam” (estão direcionadas) com a mulher; b) publicações que “falam” com o homem; c) publicações que se direcionam de forma marcada simultaneamente à mulher e ao homem ; e, por fim, d) as que não têm uma marcação explícita voltada para o homem ou para a mulher.

Para conseguir separar as publicações de modo a percebê-las nessa divisão, elegemos alguns critérios a fim de padronizar a separação do corpus. São eles: I. legenda da publicação; II. emprego de formas lexicais (pronomes, adjetivos, substantivos ou verbos no particípio com flexão de gênero) nas publicações; III. uso de imagens; IV. emprego de formas verbais no imperativo; e V. contraponto a um discurso pré-construído. Para ficar um pouco mais claro, é importante detalhar, exemplificando, cada um desses critérios.

O uso da legenda, ferramenta disponível nas publicações da rede social em questão e parte constitutiva de suas publicações, contribuiu, consideravelmente, para que se percebesse a quem estavam direcionadas algumas publicações. A exemplo disso, temos a Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN



A publicação acima, se considerada isoladamente, poderia ser considerada sem marcas explícitas de uma orientação interlocutiva voltada para homens e mulheres, uma vez que o texto “Mexeu com uma mexeu com todas” poderia ser entendido como um recado ou para os homens (como um alerta de que as mulheres não estão sozinhas na luta contra a violência) ou para as mulheres (como um slogan de união e empoderamento no combate à violência). Além disso, a

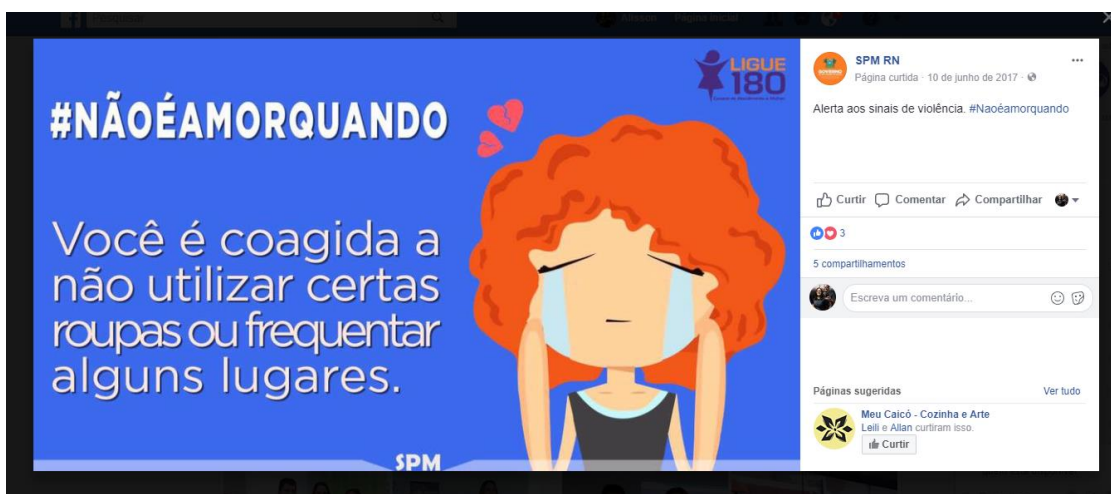
⁸ A noção de orientação interlocutiva utilizada aqui neste trabalho está alinhada ao conceito de interlocução referido por Grigoletto (2011, p. 262), que entende interlocução como o “movimento entre os sujeitos”, e compreende que “se o discurso é efeito de sentido entre os interlocutores, o movimento da linguagem enquanto trabalho, produzido por esses sujeitos, é o de interlocução.”.

publicação usa a hashtag “#chegadeassédio” (como um recado de revolta direcionado à população, sem expressar claramente se ocorre uma orientação interlocutiva para a mulher ou para o homem).

Apesar dessas primeiras impressões, ao lermos a legenda da publicação, que também é parte constitutiva desta última, percebemos que há um direcionamento às mulheres vítimas de violência. No início da legenda, até achamos que a postagem vai seguir a linha interlocutiva do restante da publicação, porém, quando ressalta a importância de “romper o silêncio”, de denunciar e aconselha a pedir ajuda, sugere que os supostos interlocutores sejam as mulheres que estão sofrendo algum tipo de violência, as quais precisariam ser ajudadas e romper com o silêncio. Ou seja, a legenda, nesse caso, foi o critério preponderante para classificarmos essa publicação como uma postagem que “fala” para as mulheres como interlocutor principal.

Outro critério que usamos para perceber o direcionamento interlocutivo da publicação foi o emprego de formas lexicais, consideradas aqui como pronomes, adjetivos, substantivos e verbos no particípio com flexão de gênero. Para ficar mais marcado esse critério, faz-se necessário analisar rapidamente essa questão na figura 2.

Figura 2 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN

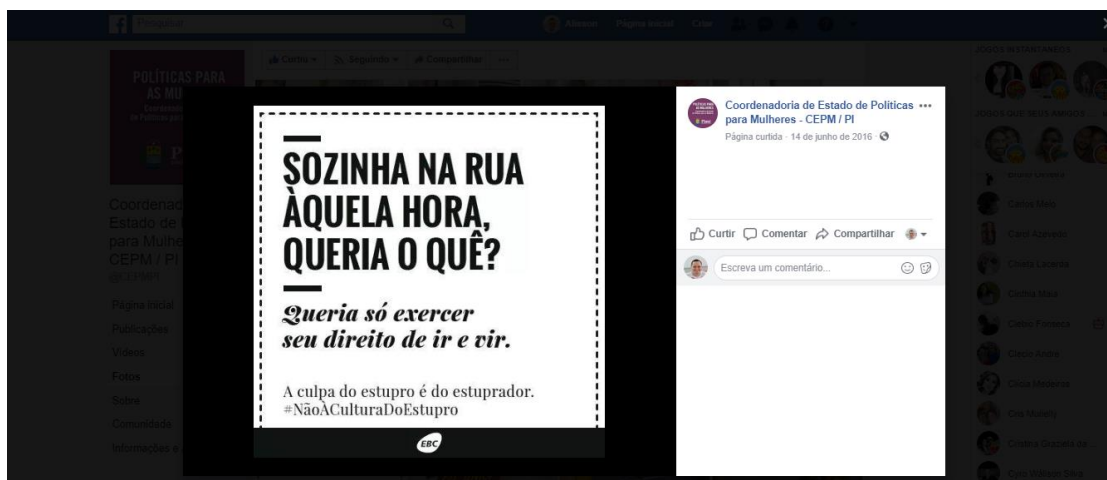


Nesse caso, fica muito marcado com quem a publicação está “falando”, pois o referente do pronome “você” usado no início do texto é facilmente recuperado pelo particípio flexionado no feminino “coagida”, não deixando dúvida a quem se dirige principalmente essa publicação. Esse aspecto lexical foi, portanto, crucial para definir em qual orientação interlocutiva se inseria cada publicação.

Além do critério lexical, a análise das publicações apontou para o fato de que as imagens ou recursos visuais contidos na postagem também eram relevantes como critério para definir

como se orientava o aspecto da interlocução dessa postagem. Para tanto, segue o exemplo da Figura 3.

Figura 3 – Publicação da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres –PI



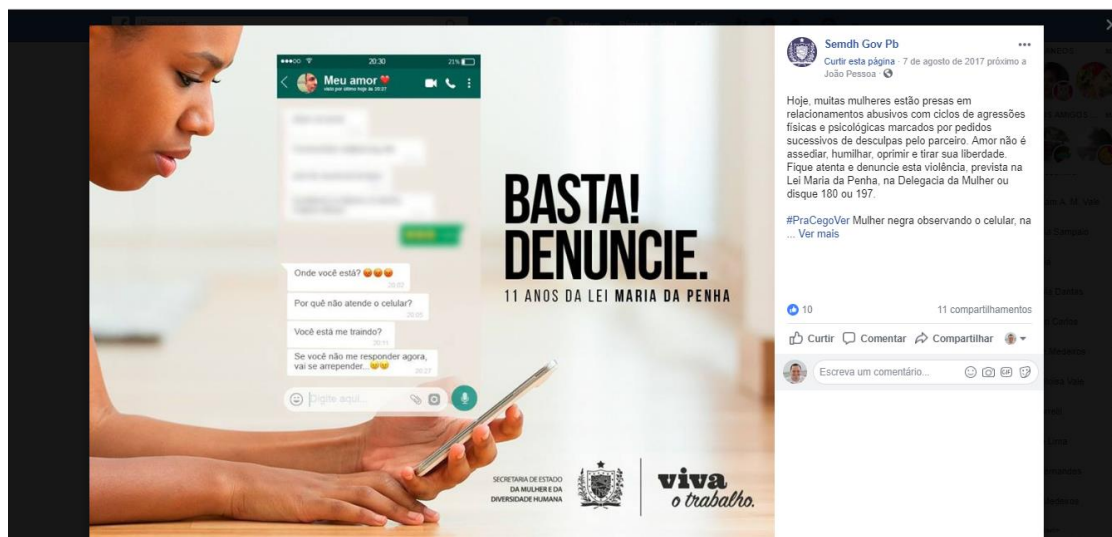
A Figura 3 ilustra bem um caso em que recursos imagéticos contidos na postagem são decisivos para percebermos a direção interlocutiva da postagem. Em uma análise inicial, poderíamos até pensar que a publicação se direciona ao homem, pois tenta refutar o discurso dele de que a mulher sozinha, tarde da noite, contribui para ser vítima de estupro. Essa refutação vem através do texto (“Quería só exercer seu direito de ir e vir”) que responde à pergunta feita na postagem (“SOZINHA NA RUA ÀQUELA HORA, QUERIA O QUÊ?”).

Em uma análise mais cuidadosa, no entanto, percebemos que o fato de o discurso do homem estar em caixa alta, recurso utilizado para enfatizar uma palavra ou parte de um texto, chamando a atenção do leitor para essa parte, ofusca o discurso da mulher, pois chama a atenção do leitor para o discurso sexista, patriarcal, e não para a contra-argumentação do discurso feminista. Ou seja, o efeito de sentido produzido por esse recurso imagético de caixa alta sugere que o discurso patriarcal está mais evidente, é ele quem está “gritando” na publicação.

Dessa forma, embora aparentemente a publicação tenha um direcionamento interlocutivo voltado para o homem, o recurso visual de caixa alta é preponderante para proporcionar um deslizamento de interlocutor, visto que o discurso que “grita” na publicação é voltado para a mulher, e não para o homem. Ou seja, a presença do recurso visual também foi um relevante critério para a divisão do corpus como proposto anteriormente.

Além do aspecto imagético, outro critério usado para apontar com quem a publicação está “falando” foi o emprego de formas verbais no imperativo, como ocorre na Figura 4 abaixo.

Figura 4 – Publicação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – PB



A publicação acima traz vários fatores que apontam a quem se direciona a postagem, tais como uma legenda sugestiva e a presença da imagem lendo mensagens de um aplicativo de mensagens instantâneas, no entanto o sentido da publicação culmina na presença de expressões no imperativo “Basta!” e “Denuncie.”, as quais, de certa forma, marcam que as mulheres que estão passando por situações semelhantes devem dar um basta e denunciarem a agressão. Vale salientar que a presença de expressões imperativas está associada também à responsabilização da mulher, à qual é atribuída a responsabilidade de denunciar e, por fim, de parar com a violência. Esse aspecto será detalhado na análise do corpus mais adiante.

Por fim, outro critério que orientou nossa divisão do corpus foi a presença de textos que fazem referência a um pré-construído ou discurso anteriormente posto. Para exemplificar, segue a Figura 5 abaixo.

Figura 5 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas da Bahia



Embora haja outros fatores, como o uso de imperativo, um fator também importante para perceber a orientação interlocutiva do corpus é a presença de um discurso que confronta outro discurso pré-existente, usando ou não uma estrutura pré-construída. No caso acima, temos a frase “Lugar de mulher é onde ela quiser”, que se opõe ao discurso patriarcal de que “Lugar de mulher é em casa/na cozinha/cuidando dos filhos”. Ou seja, um efeito de sentido possível é o de que esse recado é direcionado aos homens, embora no trecho “Para fazer uma denúncia ligue 180” seja uma orientação às mulheres, caso ocorra uma violência. Ou seja, a publicação se direciona tanto a homens quanto a mulheres de forma marcada na publicação, e um dos fatores responsáveis para classificar a orientação interlocutiva dessa postagem foi a referência a um pré-construído vindo do discurso patriarcal.

3.1 AS ORIENTAÇÕES INTERLOCUTIVAS: COM QUEM, PARA QUEM?

Após a constituição do corpus, a descrição dos critérios utilizados para tal, faz-se mister detalhar as orientações interlocutivas surgidas com a análise do corpus. Durante a análise, percebemos que as publicações dos OPM poderiam ser divididas em quatro grupos no que diz respeito a com quem elas estão “falando”. O resultado foi: a) as que se dirigem à mulher; b) as que se dirigem ao homem; c) as que se dirigem alternadamente ao homem e à mulher de forma marcada; d) as que não têm uma marcação explícita. Segue o detalhamento abaixo.

A primeira orientação surgida na análise foi a de publicações que se dirigiam à mulher. Isso aconteceu em 97 publicações das 255 que constituem o corpus, ou seja, em 38% das postagens. Já a segunda, as que se dirigiam ao homem, ocorreram 35 casos, ou seja, 13,7% das

postagens. A terceira, as que se dirigiam alternadamente ao homem e à mulher, ocorreram em 72 casos, ou seja, 28,3% das postagens; por fim, as que não têm uma marcação explícita, ocorreram em 51 casos, ou seja, 20% das publicações.

Em resumo, tivemos a maior parte das publicações voltadas para a mulher e a menor, para o homem, conforme fica ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação: orientação interlocutiva x número de publicações x porcentagem

Orientação Interlocutiva	Número de publicações	Porcentagem total
a)	97	38%
b)	35	13,7%
c)	72	28,3%
d)	51	20%

Legenda:

- a) as que se dirigem à mulher
- b) as que se dirigem ao homem
- c) as que se dirigem alternadamente ao homem e à mulher de forma marcada
- d) as que não têm uma marcação explícita

Além da porcentagem geral sobre com quem as publicações estão falando, também fizemos essa observação por estado e os resultados estão discriminados a seguir.

Na página do Rio Grande do Norte, houve, ao todo, 22 publicações, das quais 18 (a maioria) se dirigem à mulher; 2 ao homem; 1 ao homem e à mulher alternadamente de forma marcada na publicação; e 1 sem marcação explícita. Na Paraíba, houve 14 publicações, cuja maioria, 10 postagens, dirigem-se à mulher; 1 ao homem; 3 ao homem e à mulher alternadamente; e nenhuma sem marcação explícita. Em Pernambuco, segundo estado com maior número de publicações, houve 35 publicações ao todo, das quais 22 se referem à mulher, compondo a maioria das postagens da página do estado; 4 ao homem; nenhuma ao homem e à mulher alternadamente; e 9 sem uma marcação explícita. No estado do Ceará, não obtivemos os dados, uma vez que a página do Facebook indicada no site do governo do estado não está mais disponível na rede social. Em Sergipe, no período de três anos, houve 1 publicação sobre violência contra a mulher e ela se dirigia ao homem. Já a Bahia foi o estado com maior número de publicações sobre a temática, somando um total de 127 postagens, das quais 14 se dirigem à mulher; 18 ao homem; 65, ao homem e à mulher alternadamente de forma marcada na publicação; e 30 sem uma marcação explícita. O Piauí, o terceiro com maior número de

publicações sobre a temática em questão, teve ao todo 30 postagens, das quais 14 se dirigem à mulher; 9, ao homem; 3, ao homem e à mulher alternadamente de forma marcada na publicação; e 4 sem uma marcação explícita. O estado do Maranhão, por sua vez, teve apenas 6 postagens no período de 3 anos, das quais 2 se dirigiam à mulher e 4 sem uma marcação explícita. Por fim, Alagoas teve 20 publicações, sendo 17 que se dirigiam à mulher e 3 sem uma marcação explícita.

Para ficar mais claro, segue uma tabela (Tabela 2) que mostra a relação entre o número de publicações dividido por orientação interlocutiva e por estado.

Tabela 2 – Relação: estado x orientação interlocutiva x número de publicações x total de publicações

UF	a)	b)	c)	d)	Total de publicações
RN	18	2	1	1	22
PB	10	1	3	0	14
PE	22	4	0	9	35
CE	Sem acesso aos dados	Sem acesso aos dados	Sem acesso aos dados	Sem acesso aos dados	Sem acesso aos dados
SE	0	1	0	0	1
BA	14	18	65	30	127
PI	14	9	3	4	30
MA	2	0	0	4	6
AL	17	0	0	3	20

Legenda:

- a) as que se dirigem à mulher
- b) as que se dirigem ao homem
- c) as que se dirigem alternadamente ao homem e à mulher de forma marcada
- d) as que não têm uma marcação explícita

3.2 AS CATEGORIAS

Feito esse levantamento, percebemos que algumas características, independentemente de a quem se dirigiam, permeavam todo o corpus. A partir disso, vislumbramos a necessidade de criar categorias a fim de analisar os discursos sobre a mulher presentes no corpus.

O olhar sobre o corpus apontou para três categorias de análise com base não mais na orientação interlocutiva das publicações, mas no modo como a ideologia patriarcal interpela esses sujeitos, produzindo sentidos e os assujeitando. Dessa forma, chegamos à conclusão de que o corpus poderia ser dividido nas seguintes categorias e seus respectivos desdobramentos: i. responsabilização da mulher; ii. efeitos de naturalização da violência; e iii. sem atravessamentos evidentes do patriarcado.

Uma das primeiras impressões, ao nos debruçarmos sobre o corpus, foi a de haver elementos nas publicações que contribuem para a responsabilização da mulher pela violência, o que veio se confirmando com um olhar mais atento às publicações. Parece haver três movimentos discursivos que concorrem para essa responsabilização: o emprego de expressões imperativas referindo-se à mulher; o condicionamento do fim da violência à denúncia da mulher; e o uso de recursos visuais. Iremos explicar cada um deles a partir das sequências analisadas ao longo do texto. Vale salientar, porém, que algumas publicações apresentavam mais de um movimento, todavia consideramos o que era predominante em cada uma para dividi-las nessas categorias. Vale dizer, ainda, que a presença desses elementos responsabilizadores em relação à mulher não exclui o atravessamento, nesses discursos, de saberes oriundos de uma FD feminista. O que estamos analisando aqui é uma posição-sujeito que, embora reproduza saberes feminista, ainda não consegue se desidentificar totalmente com os saberes patriarcais a ponto de romper as barreiras de uma FD patriarcal.

Com relação a esse primeiro movimento discursivo, que usa formas imperativas, e acaba produzindo um efeito de sentido que responsabiliza a mulher, é muito comum, nas publicações, o uso de expressões verbais no imperativo, como “Denuncie”, “Faça a denúncia”, “Ligue 180”, como se vê na Figura 6.

Figura 6 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN



Na publicação acima, embora possa ter outros elementos que estamos entendendo como uma materialização da ideologia patriarcal, vislumbramos predominar a presença de expressões imperativas como movimento discursivo responsabilizador da mulher. “Não se Cale!” aparece na mesma publicação por três vezes (duas na publicação em si e uma na legenda); “Disque 180” aparece por três vezes (duas na publicação em si e um a na legenda); enquanto “Denuncie” surge duas vezes (uma na publicação em si e uma na legenda).

Nessa perspectiva, um efeito de sentido possível nessa publicação é o de que a mulher é a responsável por parar a violência; por isso a postagem é voltada para ela; por isso há, implicitamente, a responsabilização de que ela está causando dor a si mesma se não denunciar (“O Silêncio causa dor.”); por isso ela está sendo pressionada a “acabar” com a violência, daí a insistência em formas imperativas.

Vale salientar que essas expressões imperativas, embora possam produzir um efeito de sentido de estímulo à denúncia, podem também sugerir essa responsabilização da mulher, o que, a nosso ver, trata-se de uma das marcas ideológicas do patriarcado. É o patriarcado, ou mais especificamente seu discurso, quem está gritando, quem está mandando, (co)ordenando as ações da mulher, a qual, nessa perspectiva, ocupa um lugar social subalterno, a partir do qual é preciso ser orientada para que “tome uma atitude”. Ou seja, o chamar para a denúncia está em um lugar de resistência, mas essa resistência, contraditoriamente, abre espaço para a responsabilização da vítima, a quem novamente se dá uma ordem, com quem se grita, ainda que tentando impulsioná-la à reação. E, nesse jogo contraditório, coloca-se a vítima no lugar de única responsável por sair dessa situação – nem ao Estado essa responsabilidade é atribuída –, por meio da denúncia, que ela deve fazer.

Outro ponto que nos parece relevante frisar para se ter a noção de como as categorias foram constituídas é o fato de termos considerado a expressão “Disque/Ligue 180” como um movimento discursivo de responsabilização da mulher consonante ao que foi dito no parágrafo anterior, ou seja, o convite ou incentivo à denúncia por um lado (em primeiro plano) visa combater a violência patriarcal, por outro lado (em segundo plano) acaba contribuindo para responsabilizar a mulher. A presença desse “Ligue 180” não quer dizer que essa expressão não possa se referir à população em geral (sem marcas explícitas de marcadores de gênero), orientando-a a denunciar, no entanto, quando essa orientação interlocutiva ocorre, é porque na própria publicação houve uma ressignificação dessa expressão, deixando marcado que o “Ligue 180” não está se referindo à mulher. É o que se depreende da Figura 7.

Figura 7 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da BA



Como visto nessa publicação, o “Ligue 180”, para não produzir um efeito de sentido de que a mulher é quem teria responsabilidade por denunciar/barrar a violência, teve que ser ressignificado através da informação de que homens podem fazer a denúncia, bem como de expressões presentes na legenda, como “Violência contra a mulher também é papo de homem”, “qualquer pessoa pode denunciar”. Ou seja, quando a intenção é dizer que o “Disque/Ligue 180” não está se referindo à mulher, faz-se necessário haver uma ressignificação dessa expressão, fazendo deslizar um sentido que se coloca como predominante, aquele de que é à mulher que se destina esse chamado. Isso, porém, raramente ocorreu no corpus constituído.

Visto isso, constatamos que a grande maioria das publicações que responsabilizavam a mulher pela violência lançou mão do movimento discursivo de imperativo para lograr êxito, chegando a um total de 164 postagens. Isso nos mostra que a língua não é esse sistema fechado,

independente, e que sua autonomia relativa aponta justamente para o fato de que também a língua está atravessada pelos movimentos dos discursos. A língua, enquanto forma de materialização do discurso, carrega as pistas do lugar que ocupa o sujeito que dela se apropria para dizer, ou seja, é nos modos de dizer pela língua que o sujeito também diz da formação discursiva a que se filia. Vê-se, portanto, a língua, quando feita discurso, atravessada pelas condições de produção/reprodução do dizer, o que marca seu caráter ideológico. Nesse sentido, Pêcheux ([1975], 2014b, p. 82) diz:

É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma atividade cognitiva etc., que utilizaria “acidentalmente” os sistemas linguísticos.

Dando sequência, observamos outro movimento discursivo que contribui para a responsabilização da mulher pela violência: o de condicionamento do fim da violência a uma atitude da mulher. Isso ocorreu em 7 postagens. Para ilustrar, observemos, atentando para esse fato, a Figura 8.

Figura 8 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN

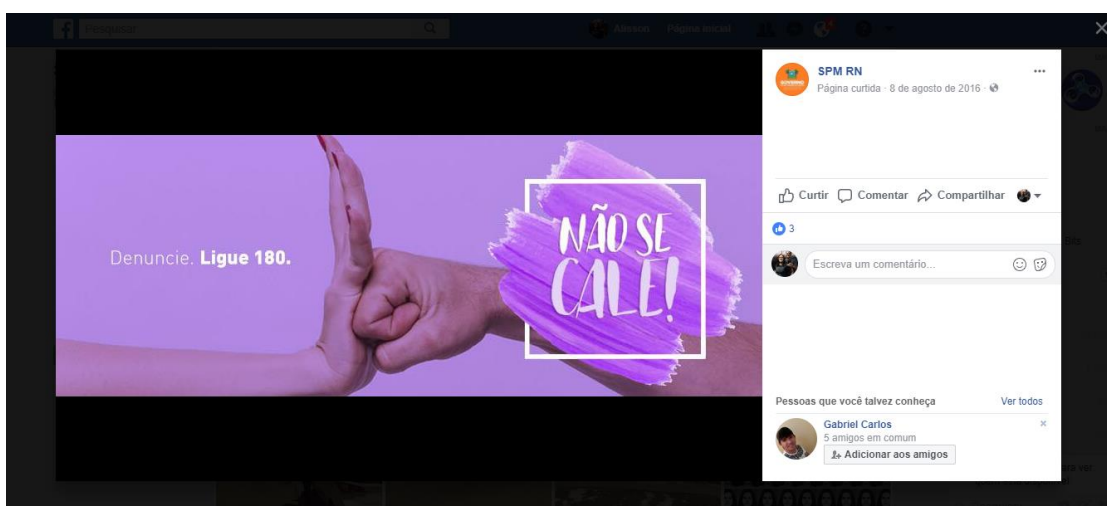


Na postagem acima, fica óbvio que a condição para a violência parar é a mulher falar (denunciar), o que produz um efeito de sentido de que é uma responsabilidade dela fazê-lo. Além disso, outra possibilidade de leitura para essa publicação é a de que a mulher será “punida”, caso não denuncie o agressor. Essa leitura é reforçada quando lemos o texto, que condiciona o fim da violência à fala (denúncia) da mulher e observamos a imagem de uma mulher agredida. Nesse momento, é possível perceber as possibilidades de paráfrases para o texto “Se você não falar, a violência vai continuar”, de modo que é possível “ler” o texto como sendo “Se você não falar, vai continuar sendo agredida” ou, indo mais além, “Se você não falar,

merece ser punida”. Ou seja, a responsabilização da mulher pela violência é sutil, o que de maneira alguma quer dizer que tenha um efeito simplista, irrisório ou ingênuo. Além disso, chama a atenção o silêncio que existe sobre a responsabilidade do homem no combate à violência. Essa responsabilização parece ser atribuída apenas à mulher.

Já que começamos a falar do uso de recursos visuais para responsabilizar a mulher nas publicações dos OPM da região Nordeste, detalhemos esse movimento discursivo que ocorreu em 22 publicações. Para ilustrarmos, segue a Figura 9.

Figura 9 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN



Como dissemos anteriormente, as publicações dificilmente têm apenas um movimento discursivo para responsabilizar a mulher. Na publicação acima, por exemplo, temos o uso de imperativo “Não se cale!”, “Denuncie” e “Ligue 180”, no entanto é o recurso visual que chama muito a atenção do leitor, visto que está centralizado na publicação. Nesse caso, na publicação, temos uma mão feminina parando um soco aparentemente masculino, o que produz um efeito de sentido de que a mulher, somente ela é quem pode barrar a violência. Mais uma vez, a responsabilidade por acabar com a violência não é do agressor nem do poder público (sobre isso, há silêncios), mas da mulher. Vale salientar o fato de que a violência está presente no próprio discurso de “antiviolença”, pois se a mulher pudesse barrar a violência, como sugerido pela publicação, não seria sequer necessário denunciá-la, visto que ela não existiria. A publicação e, sobretudo seus recursos visuais, coloca a mulher como uma muralha capaz de impedir a agressão, reforçando ainda mais a responsabilização perversa que recai sobre a mulher violentada.

Cabe lembrar aqui nesse ponto que o uso de recursos visuais usados para responsabilizar a mulher também está abarcando o uso de imagens de mulheres em situação degradante ou com marcas da violência. Isso parece reforçar a ideia de inferioridade, fragilidade, passividade, ou seja, a imagem discursivizada pelo patriarcado, chamando a atenção para a marca da violência (olho e boca roxos, boca costurada), em detrimento da ação e responsabilidade do agressor. Dificilmente nas publicidades de combate à violência, a mulher aparece com uma imagem de empoderamento, geralmente aparece com expressão de dor, medo ou com marcas de violência.

A partir desses critérios, percebemos que, das 255 publicações sobre violência contra a mulher, 189 (74,2%) delas a responsabilizam pela violência. Dessa forma, também decidimos destacar essa responsabilização por estado, vista a presença forte desses elementos responsabilizadores na maior parte do corpus. Sendo assim, fizemos essa discriminação na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Relação: número de responsabilizações x estado x número total de publicações

UF	Número de publicações que responsabilizaram a mulher	Porcentagem relativa ao valor das publicações que responsabilizaram a mulher	Número total de publicações
RN	18	81,81%	22
PB	11	78,57%	14
PE	8	22,85%	35
SE	1	100%	1
BA	105	82,67%	127
PI	24	80%	30
MA	3	50%	6
AL	19	95%	20

Além da responsabilização da mulher, outra categoria que surgiu ao nos debruçar sobre o corpus foi a de *efeitos de naturalização da violência*. Esses efeitos de sentido foram produzidos pelo emprego de dois movimentos discursivos no modo como tratava a violência: como doença/inevitável e como uma prática cultural, ou seja, a violência foi tratada nessas publicações, que somam 15 postagens, como algo natural na sociedade. Para exemplificarmos melhor, vamos detalhar esses movimentos com exemplos.

Houve, no corpus, uma publicação que, como forma de produzir efeitos de naturalização da violência contra a mulher, comparou-a com uma doença grave. Vejamos a Figura 10.

Figura 10 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN



A postagem acima faz parte da campanha mundial de combate à violência contra a mulher chamada “16 Dias de Ativismo”, trazendo uma frase que se refere ao Dia Nacional do Combate ao Câncer e inúmeras imagens de mulheres em situação de violência e opressão, sugerindo, assim, uma comparação entre câncer e violência contra a mulher.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), câncer seria um

conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células, que invadem tecidos e órgãos. Dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores, que podem espalhar-se para outras regiões do corpo (INCA, 2019, informação online).

O que a postagem faz é colocar a violência contra a mulher e o câncer no mesmo patamar, ou seja, uma doença agressiva, incontrolável e que, muitas vezes, não tem cura. Fazer isso gerou um efeito de sentido de que a violência é algo inevitável e aleatório, assim como o câncer. Esse efeito de sentido, portanto, leva o leitor a naturalizar a violência, uma vez que, assim como o câncer, seria algo comum de acontecer, muitas vezes sem cura e, por fim, assim como adoecer é algo natural na fisiologia humana, a violência também o seria na sociedade.

Outro movimento discursivo que constrói um efeito de naturalização da violência ao qual as publicações recorreram foi o de tratar a violência como algo cultural. Estamos tratando cultura aqui de modo alinhado como o que diz Mintz (2009, p. 223):

Define-se cultura como uma propriedade humana ímpar, baseada em uma forma simbólica, ‘relacionada ao tempo’, de comunicação, vida social, e a qualidade cumulativa de interação humana, permitindo que as ideias, a tecnologia e a cultura material se “empilhem” no interior dos grupos humanos.

Dito isso, observamos que houve efeitos de naturalização da violência contra a mulher através de um movimento discursivo de tratar a violência como algo cultural (14 publicações), como se vê na postagem abaixo na Figura 11.

Figura 11 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia



A postagem da Figura 11 sugere que a violência contra a mulher é algo cultural na sociedade. Primeiro porque faz um convite aos homens a apoiarem o feminismo, ou seja, quer uma mudança a partir de uma conscientização, não a partir de instrumentos que reprimam a violência.

Outro fator que contribui para esse efeito de sentido é o fato de usar eufemismos para se referir à violência contra a mulher. É produtivo percebermos que a frase “Se você tem tendência a se comportar de maneira inadequada com mulheres quando está sob influência de drogas ou álcool, não consuma drogas ou álcool” emprega a expressão “se comportar de maneira inadequada com mulheres”, e não “agredir mulheres”. Se a frase fosse reescrita com esta última expressão, o efeito de sentido poderia ser diferente.

Além disso, na publicação, a violência contra a mulher é tratada como uma consequência de atos culturais na sociedade brasileira, como o uso de álcool, sem expressar, porém, que tal violência é um crime, que deve ser punido, que deve ser denunciado pela sociedade.

Em suma, a publicação tende a tratar a violência muito mais como uma falta de respeito com a mulher – daí estar inscrita na campanha “Respeita as Minas” – do que como um crime – daí não estimular a denúncia, não falar que há leis que combatem esse crime, usar eufemismo para não empregar a expressão “agredir”. É claro também que essa postura com a mulher é condenada na publicação, no entanto não como um crime, mas como uma atitude culturalmente reprovável, mas culturalmente construída, instituída.

A partir desses critérios, percebemos que, das 255 publicações sobre violência contra a mulher, 15 (5,8%) delas produziram efeitos de naturalização dessa violência, o que é um efeito ideológico. É nesse sentido que De Nardi (2011, p. 3) afirma que “vemos a ideologia, portanto, como uma estrutura-funcionamento pela qual se cria a aparência de naturalidade e continuidade que damos aos processos, apagando os mecanismos de sua produção”.

Observadas as publicações que responsabilizam a mulher ou (re)produzem efeitos de naturalização da violência, que, juntas, somam 204 postagens (80%), observamos também que 51 publicações (20%) não apresentam marcas evidentes da ideologia patriarcal, ou seja, aparentam estar reproduzindo saberes muito mais ligados ao feminismo. Essa ausência de marcas evidentes do patriarcado, embora tenha ocorrido em poucas publicações do corpus, sugere que os saberes feministas atravessam também o discurso dos OPM sobre violência contra mulher, é esse lugar de resistência que essas 51 publicações representam. Para exemplificar, usaremos a postagem da Figura 12.

Figura 12 – Publicação da Secretaria da Mulheres de Pernambuco



Observando a Figura 13 acima, não há marcas explícitas de um atravessando do discurso do patriarcado. Nela não há expressões imperativas para a mulher, não se condiciona o fim da violência a uma denúncia a ser feita pela mulher, nem se lança mão de recursos visuais para responsabilizá-la. Movimentos discursivos de naturalização da violência também não foram identificados nessas 51 postagens, seja o tratamento como doença/inevitável ou como um

aspecto cultural da sociedade brasileira. Sendo assim, achamos por bem classificar essas publicações na categoria “Sem atravessamentos evidentes do patriarcado”.

Optamos por usar o termo “evidentes” para marcar que, se por um lado não há marcas explícitas desse atravessamento, por outro pode-se observar que o apagamento de informações como as que remeteriam à responsabilidade do Estado de resolver a problemática da violência contra a mulher e de que o homem é o responsável por violentá-la, podem marcar, de certo modo, um nexos discursivo com saberes oriundo de uma matriz de sentidos patriarcal. Nessa publicação, por exemplo, houve um apagamento da figura do agressor. Isso parece nos levar a perceber que o silêncio funciona na falha, no entremeio entre as FD’s: de um lado, é opressor; de outro, é resistência. A mesma mão que fala orientada por saberes feministas, não responsabilizando a mulher ou produzindo efeitos de naturalização da violência, é a mão que apaga a responsabilidade do agressor ou do Estado, mostrando, assim, que o silêncio é constitutivo crucial do discurso e pode ser o elo entre a publicação e o discurso patriarcal. Trata-se de um elemento, cujo significado, é fragmentado, podendo ser apropriado pelas mais diversas FD’s de uma formação ideológica dada.

A partir dessas considerações, percebemos que até mesmo quando as publicações não traziam marcas discursivas evidentes da ideologia patriarcal, esta estava lá, em forma de silêncio, de apagamentos, ou seja, mantendo um elo que, embora encontre resistência da ideologia feminista, não chega a se romper. Ou seja, se a violência não é discursivizada de modo a ser natural e se não tratada como cultural, ela é o quê? Ela é discursivizada, a partir do silêncio, de modo a produzir sentidos inscritos na matriz de saberes patriarcais. Dito de outro modo: essas publicações se ligam, muitas vezes, ao patriarcado através do silêncio e, embora cheguem a reproduzir saberes feministas, não chegam a romper totalmente com a FD patriarcal, e ainda mantêm um elo com os saberes patriarcais: esse elo é o silêncio e ele significa. Para ficar mais claro, organizamos, em tabela, os dados que foram descritos acima. A Tabela 4 mostra o número de publicações organizado por categoria a partir do total de publicações.

Tabela 4 – Relação: categorias de análise x número de publicações x porcentagem do total de publicações

Categoria	Número de publicações	Porcentagem do total de publicações
Responsabilização da mulher	189	74,2%
Efeitos de naturalização da violência	15	5,8%
Sem marcas evidentes do patriarcado	51	20%

A observação da tabela acima nos mostra que a maioria das postagens responsabiliza a mulher pela violência. Dessa forma, decidimos mostrar na Tabela 5 quais os movimentos discursivos utilizados para responsabilizar a mulher organizados por número de postagens e porcentagem relativa ao total de postagens dessa categoria.

Tabela 5 – Relação: movimento discursivo para responsabilização x número de publicações x porcentagem relativa ao total de postagens responsabilizadoras

Movimento discursivo para responsabilização	Número de publicações	Porcentagem relativa ao total de publicações responsabilizadoras
Expressões imperativas	160	84,7%
Condicionamento do fim da violência à denúncia	7	3,7%
Recursos visuais	22	11,6%

A tabela explicita que das 189 publicações que responsabilizam a mulher pela violência, a grande maioria (84,7%) o faz através do movimento discursivo de emprego de expressões imperativas voltadas para a mulher.

Por fim, faz-se necessário também mostrar os movimentos discursivos utilizados para produzir efeitos de naturalização da violência organizados por número de postagem e porcentagem relativa ao total de postagens dessa categoria. Esse demonstrativo está na Tabela 6.

Tabela 6 – Relação: movimento discursivo de naturalização x número de publicações x porcentagem relativa ao total de postagens naturalizadoras

Movimento discursivo de naturalização da violência	Número de publicações	Porcentagem relativa ao total de publicações com efeitos de naturalização
Tratar como doença ou algo inevitável	1	6,7%
Tratar como cultural	14	93,3%

A Tabela 6 nos mostra que, das 15 publicações que produziam um efeito de naturalização da violência, a maioria delas (93,3%) tratou a violência como cultural, ou seja, embora houvesse reprovação da violência, esta não era tratada como crime.

Após essa apresentação e organização do corpus, faz-se necessário pontuar que ele nos direcionou para a compreensão de que as publicações dos Organismos Governamentais de Política para as Mulheres sobre violência contra a mulher sugerem que esses OPM estão filiados não a uma formação discursiva feminista, mas a uma FD patriarcal, reproduzindo seus saberes e usando o Facebook como ferramenta para tal. Vale dizer que, embora o discurso dos OPM chegue a reproduzir saberes próprios de uma FD feminista, eles não chegam a romper totalmente com o discurso patriarcal. Esse discurso, então, está numa camada interna (em grande medida no inconsciente mesmo), muito arraigada. Imaginemos um terreno, em que as camadas mais profundas (desde o magma) sejam constituídas por esse discurso patriarcal (anos e anos de sedimentos patriarcais). Agora, vamos imaginar que a parte mais superficial, exposta, está toda rachada e esburacada... já se constatou que não é mais possível transitar aí (pois talvez represente perigo). O que se faz, então? Coloca-se uma camada de asfalto para tentar corrigir, mas não se mexe nas camadas de baixo (na estrutura profunda). Essa camada, muito fina em relação ao resto, pode até parecer ter encoberto/resolvido a situação (efeito de verdade), mas logo as camadas internas começam a se movimentar (até para tentar se acomodar e se reajustar) e acabam produzindo uma força que rompe esse tecido asfáltico. Temos, então, erosão, furos, fissuras, por onde esse discurso patriarcal escapa.⁹

Ou seja, percebemos, portanto, a partir da análise, a força do discurso patriarcal e a dificuldade de produzir um deslocamento profundo nas estruturas de nossa sociedade. Assim, ainda que as campanhas sejam produzidas a partir de um desejo genuíno de enfrentamento à violência contra a mulher, os sujeitos que enunciam estão tão impregnados desse discurso patriarcal que as formas de dizer a violência, a mulher e o seu combate acabam trazendo à tona as marcas desse lugar, desse lugar do patriarcado.

⁹ Essa analogia com as camadas da Terra foi elaborada pela professora Ana Boff de Godoy nos momentos de orientação deste trabalho e, pela pertinência e objetividade em mostrar a direção para onde o corpus nos tem levado, decidimos usá-la aqui.

4 EFEITOS DE UMA ANÁLISE

Neste trabalho, temos o objetivo de compreender a incômoda impressão, a partir de uma primeira leitura do corpus, de que os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres se inscrevem em uma formação discursiva onde predominam os saberes patriarcais, que situam a mulher em um lugar social de submissão, de opressão e responsabilizador. Chamamos o conjunto desses saberes que orientam o *que pode e deve ser dito* sobre a mulher de *Formação Discursiva Patriarcal*.

Sendo assim, utilizaremos os dados do corpus, que parecem apontar para uma filiação à FD patriarcal, com movimentos discursivos de responsabilização da mulher e de efeitos de naturalização da violência contra ela.

Para atender ao objetivo de verificar qual a orientação interlocutiva das publicações dos OPM e como isso pode contribuir para sugerir uma filiação à FD patriarcal, analisaremos os dados das tabelas I e II, bem como usaremos exemplo de publicações a fim de verificar essa análise.

Outro ponto a ser analisado são os efeitos de sentido produzidos pelas publicações sobre violência contra a mulher no Facebook dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM) dos estados do Nordeste quanto ao que é ser mulher. Analisaremos algumas publicações em que a constituição do sujeito mulher é formatada de modo a dizer o que pode e deve ser mulher.

Nesse mesmo sentido, apontaremos quais os pré-construídos, pelo menos alguns de maior relevância, que sustentam esse discurso sobre a mulher na nossa formação social. Para tanto, também lançaremos mão de exemplos extraídos do corpus a fim de observarmos o funcionamento desses pré-construídos na construção de sentidos da formação discursiva patriarcal.

Por fim, observaremos a (des)identificação dos usuários da rede social com o discurso sobre a mulher presente nessas publicidades. Resgataremos essas informações a partir dos comentários dos usuários da rede social (Facebook) nessas publicações, uma vez que as postagens comentadas apontam para um comprometimento, seja positivo ou negativo, dos usuários.

Sendo assim, as publicações usadas como exemplo representarão cada uma um conjunto de publicações que trazem em seu corpo alguma materialidade discursiva que aponta para a filiação dos OPM à ideologia patriarcal.

Ou seja, debruçar-nos-emos sobre o corpus, ora analisando a orientação interlocutiva das publicações, ora observando o discurso do que é ser mulher e os pré-requisitos que o sustentam, ou ainda observando a identificação ou desidentificação dos usuários em relação às publicações. Tudo isso será feito a fim de analisar se os OPM estão inscritos em uma FD patriarcal, como parece apontar o corpus, e não em uma FD feminista, como se pode achar à primeira vista.

4.1 A ORIENTAÇÃO INTERLOCUTIVA E A PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO

Iniciemos nossa análise mostrando qual foi a orientação interlocutiva (com quem a publicação está falando) dominante no corpus. Com base na Tabela 1, que mostra a porcentagem, a partir do corpus como um todo, relativa às quatro possibilidades de interlocução das publicações por nós consideradas, percebemos, como dito anteriormente, que as publicações se dirigiam a) à mulher, b) ao homem, c) alternadamente ao homem e à mulher de forma marcada ou c) sem marcas explícitas de gênero.

Feita essa divisão, pontuamos, a partir de uma observação inicial do corpus, que 38% das publicações se dirigiam à mulher, seja através da legenda da publicação, do emprego de formas lexicais que apontassem para isso ou imagens que remetiam à mulher. As publicações que se dirigiam ao homem somaram 13,7% do total das postagens. Em 28,3% das publicações, alternava-se entre o direcionamento ao homem e à mulher de forma marcada; por fim, 20% tinham uma orientação interlocutiva sem marcas explícitas de gênero. Ou seja, o corpus mostrou que a maioria das publicações são voltadas para a mulher, falam com ela – seja alertando, conscientizando ou orientando-a a tomar alguma medida contra a violência sofrida. Vale salientar que, como consta na Tabela 2, observamos a orientação interlocutiva das publicações por estado. Os resultados foram os seguintes: Ceará não apresentou nenhuma publicação, Sergipe, em três anos, teve apenas uma publicação e ela se direcionava ao homem. O estado com maior número de publicações voltadas para a mulher foi Pernambuco, seguido do Rio Grande do Norte e Alagoas; a Bahia, por sua vez, teve a maioria de suas publicações voltadas para o homem e à mulher alternadamente e a menor quantidade voltada para a mulher; Paraíba e Piauí também tiveram uma orientação interlocutiva mais voltada para a mulher; o Maranhão teve apenas seis publicações, das quais duas se direcionam à mulher e quatro sem marcas explícitas de gênero. Antes de analisarmos como esses dados têm apontado para a filiação dos OPM ao patriarcado, vejamos um exemplo de referência dessa modalidade de

orientação interlocutiva dominante (quando as publicações se direcionam à mulher, o que ocorreu na maioria dos casos).

Figura 13 – Publicação da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas



Embora a publicação acima não deixe tão explícito, pelo menos em um primeiro momento, com quem mantém uma relação interlocutiva, alguns elementos dão “pistas” de que a publicação se destina à mulher.

Primeiramente, vamos detalhar os elementos que compõem a publicação. Em um primeiro plano, percebemos o uso de imagens (mulher com o olho roxo e marca de sangue de uma mão) e o uso da expressão “NÃO à violência contra as Mulheres”. Temos uma legenda que, basicamente, é constituída por informações que poderiam ser organizadas da seguinte forma:

- 1- O enfrentamento à violência não pode parar;
- 2- A violência independe de classe social;
- 3- Luíza Brunett denunciou;
- 4- Muitas mulheres não denunciam;
- 5- Quantas “Luízas” precisam passar por isso?;
- 6- Não aceitem, não se calem;
- 7- Denunciem e tenham uma vida cheia de flores;
- 8- Digam não à violência contra Mulher;
- 9- #TODOSPORELAS

Antes de analisarmos a legenda da publicação, analisemos o que está em primeiro plano. De início, chama a atenção a imagem de uma mulher com olho roxo, sugerindo um efeito de sentido que pode levar o leitor a entender que houvera uma agressão por parte de um homem. Isso é recuperado pela temática da postagem, associado a todos os outros elementos que a constituem. Vale dizer que foi comum nas publicações a mulher ser retratada com alguma marca ou hematoma que sugerem que ela sofreu alguma violência física. Isso, embora pareça ingênuo, contribui para a formação da imagem da mulher nessas publicações: uma mulher associada à violência, à fragilidade, à vulnerabilidade; imagem que reforça estereótipos sobre a mulher produzidos a partir da formação discursiva patriarcal.

Outro componente desse primeiro plano da publicação é a frase “NÃO à violência contra as Mulheres”. Vale dizer que o “NÃO” está em caixa alta, o que chama mais a atenção do leitor para essa expressão, e a palavra “Mulheres” inicia com letra maiúscula, o que também direciona o olhar para essa palavra. Dessa frase, percebe-se que há um incentivo a alguém dizer “NÃO”. Quem seria? O agressor? A população? A própria mulher? Nossa análise nos aponta que o destaque nas duas palavras (*NÃO* e *Mulheres*), juntamente a uma imagem de marca de uma mão sangrando e a imagem de uma mulher com olho roxo, remetem, em um primeiro momento, que se está direcionando a um interlocutor feminino. E é esse interlocutor quem deve dizer “NÃO” à violência, ou seja, a publicação atribui à mulher a responsabilidade de parar a violência. Esse entendimento é endossado e ratificado pela legenda, composta, segundo nosso critério, pelos nove itens citados acima.

A legenda inicia com a frase “O enfrentamento às várias formas de violência não pode cessar”. Esse fragmento por si só pressupõe que há um enfrentamento e que este não pode parar, no entanto a frase já suscita uma pergunta: quem deve continuar enfrentando essas modalidades de violência? De modo isolado, não poderíamos recuperar a informação de quem deve fazer o enfrentamento, todavia, considerando todos os elementos da publicação, poderemos inferir que há a sugestão de que isso é uma responsabilidade da mulher.

Na sequência da legenda, há a ideia de que as agressões físicas podem ocorrer em qualquer classe social. Nesse ponto, há, por um lado, o exemplo de Luiza Brunett, que denunciou uma agressão sofrida, porém há a observação de que muitas mulheres “se calam diante das agressões”. Na matriz de sentido em que se inscreve a publicação, essa observação de que a mulher não denuncia soa como uma culpabilização dela por não denunciar. Nesse sentido, na sequência do texto da legenda, há um reforçador dessa culpabilização: “Quantas ‘Luizas’ terão que passar por isso? Não aceitem, não se calam.”. O efeito de sentido produzido por essas sequências sugere que a violência enfrentada pela mulher ocorre devido à falta de

denúncias por ela. As “Luizas” só passam por isso porque as mulheres que sofrem violência aceitam e se calam.

Além desses elementos, há outro bem curioso que sugere que os saberes da ideologia patriarcal tendem a orientar os dizeres existentes na publicação e se materializando na frase: “Denunciem e tenham uma vida cheia de flores pelo caminho!”. Essa associação de relacionar a mulher a flores é um saber muito mais próprio da matriz de sentidos da formação discursiva patriarcal do que um saber próprio ou oriundo da FD feminista. A imagem da flor como algo belo, frágil, delicado, que não aparece a todo momento, que está ali para ser colhido, repercute na discursivização da mulher pelo patriarcado, produzindo um efeito de sentido de que a “vida cheia de flores” significa uma vida linda – como se bastasse uma denúncia para se ver livre dos “espinhos” e ficar só com a parte “boa” da vida. Ou seja, esse enunciado coloca a denúncia como o ponto final da dor e do sofrimento, e que uma vida de flores se faz depois dela. No entanto, apaga-se o impossível de denunciar que vivem muitas mulheres pelas próprias condições em que vivem, e também pela ausência de um braço forte do Estado que a ampare para além do acolhimento de sua denúncia, que muitas vezes não é suficiente para proporcionar essas flores prometidas – basta olharmos o número de mulheres assassinadas mesmo após terem feito uma denúncia de violência.

Essa injunção à denúncia que se produz, atribuindo à mulher a responsabilidade por fazê-la, desconsidera que a maioria das mulheres que são vítimas de violência também estão sob condições outras de vulnerabilidade que as “impede” de denunciar, ou seja, estão abandonadas pela família, pelo Estado, pela sociedade e dependem do agressor que, por vezes, é aquele que mantém sua casa e seus filhos, por exemplo. Está omitido na postagem, portanto, que, na relação entre violência e denúncia, interfere a questão de classe, ou seja, a Luiza Brunett denunciar é uma coisa, outra é que outras Luízas consigam fazê-lo, porque elas são, em sua grande maioria, invisibilizadas.

Após direcionar a publicação à mulher durante toda a postagem – percebemos após essa análise que fizemos –, há a orientação: “Digam não à violência contra a Mulher”. Nesse ponto, após tudo o que fora dito antes, fica uma leitura possível de que essa orientação é feita para a mulher”, pois circunda o mesmo campo de saber das frases anteriores.

Por fim, como é comum ao final de publicações no Facebook, a postagem traz algumas hashtags¹⁰, como *#TODOSPORELAS*, *#Basta*. Essa primeira hashtag aponta para uma

¹⁰ Recuero (2014, p. 61) define que uma “*hashtag constitui-se em uma etiqueta de ‘contexto’ no Twitter, que aponta de forma específica um termo que não apenas constrói contexto, mas igualmente permite que o tweet seja*

orientação interlocutiva sem marcas explícitas de gênero, porém não poderemos afirmar que só esse elemento (em detrimento de todos os demais citados anteriormente) seja suficiente para considerarmos que a publicação não apresenta marcas explícitas de gênero¹¹. O que temos, ao nosso ver, é uma publicação que reproduz os saberes da FD patriarcal, ou especificando mais, que reproduz os saberes de uma posição-sujeito dominante da fragmentada forma-sujeito que estrutura a formação discursiva patriarcal. Como, porém, a FD tem suas margens um tanto intervaladas e o interdiscurso proporciona um ambiente fragmentado e de troca de saberes, é comum haver elementos provenientes de outras posições-sujeito (inclusive de outras FD's) atravessando o discurso inscrito em uma posição-sujeito. Dito de outra forma, podemos entender a publicação como a materialidade de um discurso filiado a uma formação discursiva patriarcal (reproduz seus saberes) e que, em um momento dado (na hashtag #TODOSPORELAS), traz um pré-construído oriundo dos saberes da formação discursiva feminista, configurando não uma filiação do discurso do OPM (materializado na publicação) a esta última FD, mas um atravessamento ideológico dos saberes dela no discurso patriarcal da publicação.

Nesse ponto, percebemos que a maioria das publicações do nosso corpus tem uma orientação interlocutiva relacionada à mulher e isso, muitas vezes, acaba responsabilizando-a, culpabilizando-a ou a discursivizando de modo condizente com os saberes da FD patriarcal. Esse é um primeiro ponto que nos aponta para o fato de que os OPM se filiam muito mais a uma FD patriarcal do que a uma FD feminista, embora “sofram” atravessamentos em alguns momentos da ideologia feminista – daí a posição-sujeito onde se inscrevem as publicações dos OPM ser considerada por nós como fronteira, visto que sofre influência dos saberes feministas, embora não tenha se desvinculado totalmente do saber patriarcal, o qual, muitas vezes, mantém um elo com a publicação através dos silêncios que o constituem.

Ainda nesse sentido, é notória a produção de sentidos que a orientação interlocutiva produz de modo a sugerir uma filiação entre boa parte das publicações do nosso corpus com a FD patriarcal. A Figura 14 abaixo é um exemplo disso.

buscado e recuperado também pela etiqueta. Em geral, é representada pelo sinal “#”. Vale salientar que o Facebook também passou a possibilitar o uso da hashtag com a mesma funcionalidade do Twitter.

¹¹ Embora questões de gênero na língua não sejam nosso objeto nesta pesquisa, é importante dizer que, embora as marcas do discurso patriarcal não estejam explícitas na *hashtag*, a própria escolha de “Todos” (dito historicamente como “neutro”) ao invés de “Todes” (variante mais inclusiva que marca uma possibilidade não-binária para se referir aos variados gêneros) já é uma materialidade, mesmo em segundo plano, de uma marcação de gênero.

Figura 14 – Publicação de Estado da Mulher do Maranhão



Essa publicação é constituída por elementos verbais e não verbais em sua materialidade. Os elementos não verbais mostram a imagem de uma mulher com o semblante sério, fazendo um gesto com as mãos, que pode ser lido tanto como uma postura de autoproteção ou até um abraço em si mesma. Além desses elementos, há a presença de três frases: “A vida das mulheres está em jogo”, “Tome uma atitude” e, em letras garrafais, “DENUNCIE”. Por fim, há a legenda, composta apenas por marcações de outros usuários da rede social.

Ao analisarmos o todo da publicação, observamos que ela tende a ter uma orientação interlocutiva direcionada à mulher, pois temos a figura de uma mulher no primeiro plano da publicação e com frases no imperativo, dando-lhe orientações para se tomar uma atitude e denunciar a agressão.

Esses elementos, juntos, produzem sentidos que aproximam a publicação dos saberes oriundos de uma formação discursiva patriarcal. No plano da linguagem, na frase *A vida das mulheres está em jogo*, produz-se o efeito de sentido de que é ela, a mulher, o sujeito responsável por salvar a vida das outras mulheres. A segunda frase, *Tome uma atitude*, também se direciona à mulher: é ela quem deve tomar a atitude. Por fim, detalha-se que atitude seria essa: *DENUNCIE*. Essas frases, juntas produzem um efeito narrativo de que haveria mulheres cujas vidas dependem de quem sofre violência, sendo assim, a vítima teria o dever de tomar medidas com a finalidade de salvar a vida dessas outras mulheres e deveria fazer isso através da denúncia. Observemos que essa publicação se volta de forma marcada para a mulher, é com ela que a publicação está falando, responsabilizando-a.

Além disso, cabe observar que alguns silêncios também estão presentes nessa publicação. Foi apagado a responsabilidade do agressor, a necessidade de o Estado tomar uma

atitude e o aconselhamento para que toda a população denuncie essa violência. Esses sentidos não ditos aproximam-se muito mais dos sentidos inscritos em uma matriz de saberes patriarcais. O silêncio aqui está significando de modo alinhado com os saberes patriarcais.

Além desses aspectos, outro que contribui para percebermos que a publicação se destina à mulher, e isso pode produzir um efeito de sentido que a responsabiliza, é a imagem da publicação. Trata-se de uma mulher com os braços cruzados de modo que se produz uma ambiguidade semântica, pois, por um lado, ela poderia estar se defendendo, se protegendo, por outro lado poderia estar se abraçando. De um modo ou de outro, a publicação sugere que é à mulher a que se destina a postagem. Se a imagem puder ser lida como uma proteção, sugere que é responsabilidade da mulher se defender, não do Estado nem do agressor, parando de agredir. Se puder ser lida como um abraço em si mesma, ainda assim, produz um efeito de sentido de que a mulher tem que se amar, se cuidar. Esse efeito de autopreservação funciona como um impulsionador das frases *Tome uma atitude* e *A vida das mulheres está em jogo*. Ou seja, como um ato de amor, de sororidade, a mulher deve tomar uma atitude e denunciar. Mais uma vez, é-lhe atribuída essa responsabilidade.

4.2 ORIENTAÇÕES DISCURSIVAS DO CORPUS

Após observarmos a orientação interlocutiva das publicações dos OPM sobre violência contra a mulher, percebemos que, independentemente de a quem se direcionavam, as publicações se concentravam em torno de três orientações discursivas: ou elas responsabilizavam a mulher, ou produziam efeitos de naturalização da violência, ou ainda não apresentavam marcas evidentes do discurso patriarcal. Segundo os dados resumidos na Tabela 4, 74,2% do total de publicações responsabilizam a mulher pela violência ou, pelo menos, pela continuação dela; 5,8% produzem efeitos de naturalização da violência; e 20% não apresentam marcas evidentes da ideologia patriarcal. Ou seja, a maioria das publicações reproduzem uma orientação discursiva de responsabilização da mulher. Dessa forma, vamos analisar como essa responsabilização acontece com maior frequência nas publicações e como esses saberes sugerem uma filiação ao patriarcado.

4.2.1 Movimentos de responsabilização

Primeiramente, vamos mostrar como parece acontecer esse processo de responsabilização, uma vez que ele é predominante e, em seguida, quais os movimentos

discursivos usados para naturalizar a violência e como essas orientações discursivas contribuem para reforçar os saberes de uma ideologia patriarcal.

Dessa forma, a responsabilização da mulher parece ser construída discursivamente nas publicações – pelo menos são as regularidades que nessa primeira entrada no corpus têm aparecido – a partir de três movimentos discursivos: o uso de expressões imperativas, o que ocorreu em 84,7% (Tabela 5) das publicações que responsabilizam a mulher, condicionamento do fim da violência à denúncia (3,7%) e, por fim, o emprego de recursos visuais que colocam a mulher como responsável pelo fim da violência (11,6%).

No primeiro caso, é mais comum o uso de expressões como “Denunciem”, “Não se cale” ou “Ligue 180”, o que aponta, como já falamos anteriormente, para o fato de ser a mulher quem deve ser responsável por barrar a violência. Nesse processo de responsabilização, expressões como “Não se cale” ou “Denunciem” passam por uma ressignificação que produz um efeito de sentido mais próximo de uma condição, ou seja, “Não se cale” passa a ser compreendido, nessa matriz de sentido, como algo próximo de “Se você não denunciar...”. Nesse sentido, é que consideramos outro movimento discursivo que contribui para a responsabilização da mulher: condicionamento (nesse caso, explicitamente na materialidade da frase) do fim da violência à denúncia da mulher.

Esse condicionamento atribui à mulher a responsabilidade de acabar com a violência, o que tira, de certa forma, o foco do agressor, ou seja, o efeito de sentido produzido remete ao fato de que não é o agressor que deve parar de cometer a agressão, mas a mulher que deve denunciar, caso não queira continuar sendo violentada. Percebe-se, portanto, que esse movimento discursivo coloca o fim da violência contra a mulher dependente de uma escolha dela de denunciar ou não essa violência. Sendo assim, esse movimento reforça também a responsabilização da mulher.

Um outro movimento que contribui com isso é o uso de recursos visuais que remetem aos saberes da ideologia patriarcal que responsabiliza a mulher. Isso ocorre no corpus ou com uma imagem de uma mulher parando um soco de um homem ou o uso de caixa alta para chamar a atenção do leitor para a mulher (vítima) em detrimento do homem (agressor).

Analisando esse tipo de imagem, surge o questionamento sobre como essa responsabilização contribui para sustentar nossa impressão de que as publicações dos OPM estão inscritas em uma FD patriarcal, como também a maneira como essa responsabilização repercute na vida prática do sujeito mulher. Sendo assim, iremos nos debruçar sobre essas questões a partir de agora e, na sequência, analisaremos uma amostra do corpus como referência dessas questões.

De acordo com Saffioti ([2004], 2015, p. 145),

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar essa realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina.

A autora, além de marcar a necessidade de empregar o termo “patriarcado”, sugere, indo além da citação, que a ideologia patriarcal é forjada especialmente para dar suporte a uma estrutura de poder em que a mulher se situa bem abaixo do homem em todas as áreas da convivência humana. Ou seja, a estrutura patriarcal é constituída por lugares sociais, construídos historicamente, em uma relação desigual em que o sujeito homem ocupa um lugar bem mais privilegiado do que o sujeito mulher no interior de nossa estrutura social.

Associando à nossa pesquisa, percebemos que essa estrutura é reforçada através de processos discursivos (paráfrases, pré-construídos, repetições, apagamentos) que contribuem para discursivizar a mulher de modo a ela servir (leia-se ter sentidos associados a si) aos interesses da ideologia patriarcal. Nesse sentido, a máquina patriarcal funciona ininterruptamente, inclusive até através do discurso de algumas mulheres, as quais têm reproduzido, no seu dizer, os saberes da forma-sujeito patriarcal.

Além da responsabilização, outro desses reforços da estrutura social é a culpabilização da mulher. Sobre isso, Saffioti ([2004], 2015, p. 67-68) diz:

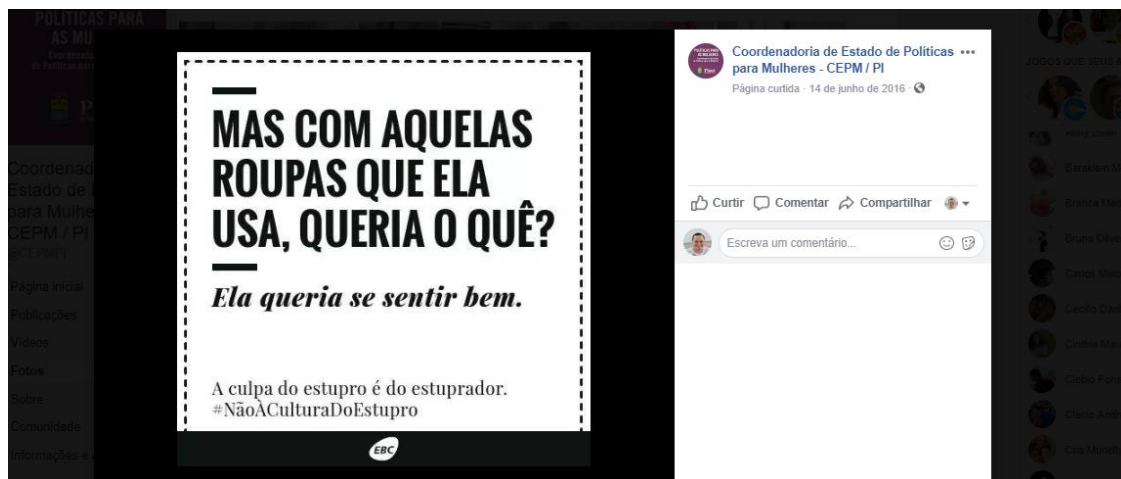
As mulheres são culpabilizadas por quase tudo que não dá certo. Se ela é estuprada, a culpa é dela, porque sua saia era muito curta ou seu decote, ousado. Embora isto não se sustente, uma vez que bebês e outras crianças ainda pequenas sofrem abusos sexuais que podem dilacerá-las, a vítima adulta sente-se culpada. Se a educação dos filhos do casal resulta positivamente, o pai é formidável; se algo dá errado, a mãe não soube educá-los. Mais uma vez, a vítima sabe, racionalmente, não ter culpa alguma, mas, emocionalmente, é inevitável que se culpabilize.

Vistas essas questões acerca do *modus operandi* da responsabilização da mulher, percebemos mais regularidade que nos direcionam a uma filiação dos OPM a uma FD patriarcal. Há de se perguntar, no entanto, se o fato de as publicações, mesmo com a suposta responsabilização, incentivarem a denúncia, não seria uma marca do discurso feminista. Nós afirmamos que certamente é uma marca do discurso feminista, porém essa marca por si só não é suficiente para determinar uma filiação, ou seja, uma identificação com uma das posições-sujeito dominantes na FD feminista. O que defendemos é que há um atravessamento do discurso feminista nos saberes da FD patriarcal, todavia, ao “desembarcar” no interior da FD, esse saber

(o incentivo à denúncia como forma de combate à violência contra a mulher) passa por uma ressignificação, de modo a responsabilizar a mulher pela violência. Isso, claro, tem uma repercussão na vida prática. Quando uma mulher sofre violência doméstica, por exemplo, ela é interpelada por esse discurso de que a mulher tem que denunciar, que isso é uma responsabilidade dela, e vai prestar queixa em uma delegacia da mulher. Muitas vezes, segundo Saffioti ([2004], 2015), ela espera apenas que a autoridade policial dê uma “prensa” no companheiro agressor de modo que a relação possa voltar a ser harmoniosa e, ao nosso ver, a máquina patriarcal está em pleno funcionamento nessa situação. Ou seja, por um lado, há o discurso que incentiva a denúncia (responsabilização da mulher), por outro, a estrutura patriarcal barra essas denúncias, seja interpelando a mulher de modo que ela tente retirar a queixa ou não denuncie, passando a se sentir culpada pela persistência da violência. Vale salientar que uma das maneiras que o discurso patriarcal age para barrar as denúncias, quando essas acontecem, é criando barreiras sociais que dificultam essa prática discursiva. Poderíamos citar a dependência emocional da mulher construída historicamente para que ela almeje conservar essas relações afetivas. Ainda é raro a mulher ocupar os lugares sociais que propiciam mais independência e poder (esses lugares estão “reservados” à soberania masculina); muitas vezes, o homem é o único provedor da família, tornando quase impossível uma denúncia, que poderia romper esses laços de dependência que ainda amarram tantas mulheres na nossa formação social. Em suma, nas publicações dos OPM, o incentivo à denúncia funciona muito mais como um meio de responsabilizar a mulher do que como um modo de combater a violência contra ela.

Para percebermos isso de maneira mais concreta, vamos analisar duas publicações que estão no nosso corpus classificadas como as que responsabilizam a mulher. Observemos a Figura 15.

Figura 15 – Publicação da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres - CEPM/PI



Ao analisarmos essa publicação, decidimos dividi-la a partir dos elementos que a compõem. Sendo assim, percebemos que ela é constituída por três partes, uma vez que não consta de legenda. Em um primeiro momento, temos em evidência o discurso de quem justifica as ações do agressor; logo abaixo, temos o discurso que refuta o anterior; e, por último, temos o que seria a conclusão ou suposta intenção comunicativa da postagem, seguida de uma hashtag tema da campanha.

Ao lermos a publicação, o que mais chama a atenção inicialmente é a presença do discurso que justifica as ações do agressor: “MAS COM AQUELAS ROUPAS QUE ELA USA, QUERIA O QUÊ?”. Nesse sentido, esse trecho traz para a postagem a voz do agressor. E vale dizer que, para tanto, as palavras estão escritas em caixa alta (um recurso visual na estrutura da frase), em negrito (outro recurso visual) e com letras maiores do que qualquer outra materialidade linguística da publicação (mais um recurso visual). Ou seja, o recurso visual parece ter uma importância crucial para os efeitos de sentido produzidos. No entanto, antes de analisar esse aspecto, faz-se relevante observar as possibilidades de leitura para esse trecho.

Essa pergunta, que procura responsabilizar a mulher pela violência sexual por ela sofrida, reproduz um saber típico de uma formação discursiva patriarcal, uma vez que visa isentar o estuprador e responsabilizar as vítimas de estupro. Claro que isso é construído historicamente e reforçado diariamente. O homem, nesse contexto, é forjado socialmente de modo a manter uma relação animalesca com sua sexualidade e isso faz com que ele seja discursivizado como um ser incontrolável perante uma situação que estimule sua libido. É esse dizer sobre o homem que está presente na frase. A pergunta “QUERIA O QUÊ?” deixa implícita a sugestão de que a vítima queria ser estuprada, pois, sabendo dessa “condição” incontrolável

do homem, teria provocado, com roupas que afluíssem a libido dele, algo inevitável. Essa lógica perversa com a mulher ainda é muito comum na nossa formação social e é um saber associado à ideologia patriarcal.

Na sequência da publicação, logo abaixo do discurso sexista exposto acima, com um tamanho menor que a frase anterior, sem uso de caixa alta, embora ainda esteja em negrito, está o discurso que refuta o discurso patriarcal: “Ela queria se sentir bem”. Essa frase traz consigo um discurso, que estamos inscrevendo como oriundo de uma FD feminista, que defende a lógica de que a mulher não visa à provocação da libido do homem, apenas ela quer usar o que lhe deixa confortável, sem ser normatizada pelo patriarcado a respeito do que é ou não adequado. Tanto é que o feminismo questiona alguns padrões construídos socialmente no que toca à vestimenta de homens e mulheres. Um desses questionamentos é o porquê de a mulher não poder correr na praia, por exemplo, sem camisa e o homem poder. Por que, em um caso, é considerado algo imoral e, no outro, algo comum? A resposta provável é a de que os saberes patriarcais são dominantes em relação aos saberes feministas na nossa formação social. Dessa forma, “Ela queria se sentir bem” marca um posicionamento da ideologia feminista na publicação.

Em um plano terceiro, temos o que chamamos de conclusão ou “moral da história”, que é constituído por uma frase conclusiva que resumiria a ideia central da publicação (“A culpa do estupro é do estuprador”) e uma hashtag (“#NãoÀCulturaDoEstupro”). Embora essas informações sozinhas remetam a saberes feministas, no contexto da publicação, porém, elas são ofuscadas pelos recursos visuais utilizados ao longo da publicação.

Baseado nessa descrição dos elementos constitutivos da publicação, percebemos um movimento que usa como ferramenta recursos visuais que acabam responsabilizando a mulher. Na publicação, há uma ordem decrescente de evidência de informações (saberes). O que chama mais a atenção é o discurso patriarcal, com letras maiores, em caixa alta e em negrito e isso, como está mais em evidência, repercute em uma maior atenção por parte do leitor e, se esse leitor (sujeito) estiver inscrito em uma FD patriarcal, provavelmente é a única parte da postagem que irá ler, ou pelo menos, a única com a qual irá se identificar. Após essa parte mais em primeiro plano, a publicação utiliza-se de alguns apagamentos. O primeiro é a ausência de caixa alta, na frase que remete aos saberes do feminismo, bem como a perceptível diminuição do tamanho da fonte utilizada; o segundo apagamento é, além da ausência de caixa alta e do tamanho da fonte utilizada, a retirada do negrito, o que progressivamente tira a atenção do leitor para os saberes associados ao feminismo, chamando-lhe a atenção para a reprodução dos saberes patriarcais.

Outro exemplo de publicação que responsabiliza a mulher pela violência é a que consta na Figura 16 abaixo:

Figura 16 – Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN



Essa publicação trata-se de uma campanha da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Rio Grande do Norte, junto com o DETRAN – RN a fim de viabilizar a I Blitz Educativa Maria da Penha. Observa-se na postagem a presença de dois elementos que reforçam a responsabilização da mulher: o uso de recursos imagéticos e verbo no imperativo.

No primeiro caso, há correntes sendo quebradas, associando a violência a uma prisão ou algo relacionado. Além disso, há o símbolo do feminino no centro da imagem, onde as correntes são rompidas. Isso parece produzir um efeito de sentido que sugere que a mulher é quem seria a responsável por romper esses grilhões, essas correntes.

Alinhado a isso, temos a frase em caixa alta *LIBERTE-SE*. Trata-se, nesse caso, de uma atribuição à mulher a capacidade de libertar-se da violência. Ou seja, a publicação parece considerar a violência uma prisão, sendo a mulher uma prisioneira que, pela sua única vontade, pode libertar-se. Os sentidos aqui reproduzidos são os de que a mulher é juiz (aquele que decide sobre a soltura de um prisioneiro), é responsável por romper as correntes e acabar com a violência. Ela é, portanto, responsável por aquilo que lhe condena. Nessa linha de pensamento, a frase *Pelo fim da violência contra a mulher* parece produzir o sentido (no não-dito) de que é apenas a mulher que deve lutar pelo fim dessa violência, afinal, é ela que tem que romper as correntes que lhe aprisionam e basta libertar-se.

Dessa forma, é importante constataremos que, nessas duas publicações (que servem de referência para tantas outras que compõem o corpus), ocorre um progressivo apagamento da

voz feminista. É a ideologia patriarcal que grita, que está em evidência na publicação, apontando assim no sentido de uma filiação à FD patriarcal.

4.2.2 Efeitos de naturalização

Explicitada a questão da responsabilização da mulher como um elemento que sugere a inscrição dos OPM em uma formação discursiva patriarcal, agora vamos analisar outro elemento que concorre para a mesma hipótese de filiação: os efeitos de naturalização da violência. Esses efeitos ocorreram em 5,8% do total de publicações, o que representa que 15 publicações tendem a naturalizar a violência contra a mulher. Para isso, usaram-se dois movimentos discursivos para o êxito desse processo: tratamento da violência como uma doença ou algo inevitável (6,7% das postagens que produzem efeitos de naturalização da violência) e tratamento da violência como algo cultural (93,3% das publicações produzem efeitos de naturalização da violência).

No primeiro caso, observamos que esse efeito de sentido é produzido ao considerar a violência como uma doença ou algo inevitável. Ou seja, embora seja algo que ninguém gostaria que ocorresse consigo ou com o outro, uma doença pode acometer qualquer pessoa, o que lhe atribui uma característica de algo natural, próprio da natureza, apesar do seu caráter desprazeroso.

Ao comparar a violência contra a mulher com um câncer, como ocorre na Figura 10, é produzido um efeito de sentido de que a violência é algo inevitável: mesmo que se tomem atitudes no sentido de se precaver, ela pode ocorrer independente disso. Nesse sentido, essa comparação sugere que, como é inevitável a prevenção, o que resta à mulher é tratar a “doença” que se instalara em seu organismo, o que, não raro, já está em um estágio em que a morte é o único caminho. Ou seja, tratar a violência contra a mulher nesses termos faz com que ocorra um efeito de sentido que naturaliza essa violência, dificultando cada vez mais a sua prevenção e, quando essa violência já tem se tornado uma realidade, o “tratamento”, muitas vezes, é ineficiente, pois a estrutura patriarcal dominante trabalha no sentido de dificultar a denúncia, criando barreiras entre a mulher vítima de violência e a delegacia, por exemplo. Exemplo disso é a dependência financeira a que muitas mulheres são submetidas, entendida aqui como uma maneira de relegar a mulher ao espaço privado, a partir do qual fica mais difícil a ela ter acesso a inúmeras realidades restritas ao espaço público (ocupado ainda hoje predominantemente por homens), dentre as quais se encontra o acesso à justiça.

Por outro lado, há também, ao tratar a violência contra a mulher como doença, um discurso (religioso) subliminar de resignação por parte de quem é acometido pela doença. Aceitar a doença como forma de castigo ou purificação, o que é comum no discurso religioso, concorre para que se produzam efeitos de naturalização da violência.

Além dessa questão de tratar a violência como doença ou algo inevitável, outro movimento que concorre para se produzir um efeito de naturalização da violência contra a mulher é o tratamento cultural dado a essas práticas de violência em algumas publicações dos OPM. Esse deslizamento de sentido no tratamento da violência, que deixa de ser tratada como crime e passa a ser tratada como um fenômeno cultural da sociedade brasileira, consta em 93,3% das publicações que possuem efeitos de naturalização da violência contra a mulher, conforme mostra a Tabela 6.

Para observarmos um exemplo desses efeitos, iremos analisar alguns aspectos de uma publicação feita pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia. Observe a Figura 17, publicada no dia 13 de julho, de 2017, na página oficial no Facebook da SPM-BA:

Figura 17 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPM-BA



Essa publicação é constituída de alguns elementos que vamos detalhar isoladamente e, posteriormente, como parte de um todo dessa materialidade discursiva. Primeiro temos um vocativo (“HOMENS:”) direcionado aos homens, o que já marca a orientação interlocutiva da postagem. Sobre isso, vale dizer que só o fato de uma postagem ter uma orientação interlocutiva direcionada a alertar o homem por si só não quer dizer que essa postagem se filie a um sujeito inscrito na FD feminista. Nesse caso, por exemplo, temos uma orientação interlocutiva voltada para o homem, mas, por outro lado, parece-nos haver uma filiação ao patriarcado.

Após o vocativo, observamos um pedido de apoio ao feminismo em forma de pergunta retórica, marcada pelo emprego do sinal de interrogação seguido do de exclamação: “Vamos apoiar o feminismo?!”. Chama a atenção, nesse pedido de apoio, que a publicação deixa um caráter discricionário (pode atender ou não ao pedido) ao homem.

Logo em seguida, a publicação explica como quer o apoio dos homens ao feminismo: “Não exerça controle sobre a vida social das mulheres à sua volta”. Aqui temos duas observações a serem feitas. A primeira é a de que só exerce o controle quem detém o poder. Nesse sentido, a publicação sugere que o homem exerce o poder sobre a mulher. A segunda observação é a de que, em nenhum momento, a publicação caracteriza o controle sobre a vida social da mulher como um tipo de violência e, conseqüentemente, como crime. Ou seja, o homem é o sujeito que detém o poder e a quem se está pedindo, tendo este a discricionariedade de atender ou não, para não exercer o controle sobre a vida social das mulheres, não caracterizando essa violência de cunho social, portanto, como um crime.

Outra parte que constitui a postagem é a utilização das logomarcas do governo do estado da Bahia e da campanha “Respeita as Mina”. Ou seja, a publicação, a partir dessa materialidade, considera que o controle social que homens exercem sobre a vida das mulheres se trata apenas de um desrespeito, não como uma violência ou um crime, daí a campanha ser “Respeita as Mina” e não “Não violenta as Mina”.

Por fim, temos a legenda da publicação, que, nesse caso, é composta apenas por quatro hashtags: “#VamosApoiarOFeminismo”, “#SPMBA”, “#GovernoDaBahia” e “#RespeitaAsMina”. Observamos, assim, que não há menção ao fato de que o controle social sobre a vida da mulher é uma violência, ou que se tem que combater o crime de violência, especialmente a violência doméstica.

Tendo como base esses elementos constitutivos da publicação da SPM-BA, percebemos alguns movimentos que, juntos, contribuem para esses efeitos de naturalização da violência contra a mulher. Ocorre primeiro um apagamento de que o controle sobre a vida social da mulher é um crime previsto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) em seu artigo 7º. Sobre a tipificação, a lei considera violência contra a mulher:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição

contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

O inciso II, do artigo 7º da Lei Maria da Penha, considera violência psicológica qualquer conduta que “vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões”, bem como a “limitação do direito de ir e vir”, ou seja, a lei considera crime esse controle social sobre a vida da mulher. Isso, no entanto é silenciado na postagem e esse apagamento, ao nosso ver, não é a escolha de um sujeito que está na origem de seu dizer, mas o produto de uma interpelação desse sujeito pelos saberes de uma posição-sujeito que estrutura a forma-sujeito da formação discursiva patriarcal, cujo manejo discursivo/ideológico produz um efeito de sentido e ressignifica essa violência apenas como algo cultural, não como crime. Nesse sentido, é compreensível que na postagem não exista nenhum incentivo à denúncia de crime. O apagamento disso, porém, se faz bastante presente.

Além desse apagamento, outro fator que contribui para produzir um efeito de naturalização da violência presente na publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA) são os deslizamentos de sentido produzidos pela postagem. Nesse caso, há dois deslizamentos: o deslizamento no sentido de crime, que é tratado como falta de respeito, daí a hashtag “#RespeitaAsMina”, bem como o deslizamento de “combate ao crime” como apoio ao feminismo, daí a hashtag “#VamosApoiarOFeminismo”.

Sendo assim, apesar da orientação interlocutiva se voltar para o homem, apagamentos e deslizamentos de sentidos acabam por remeter a uma filiação da postagem aos saberes do patriarcado.

Outro exemplo de efeito de naturalização da violência contra a mulher está nos efeitos de sentido produzidos pela publicação da Figura 18:

Figura 18 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPM-BA



A figura acima nos parece um efeito de naturalização da violência contra a mulher. Esse efeito de sentido parece construir-se sob o discurso de que a violência praticada por homens contra a mulher é algo cultural. Para tanto, a publicação lança mão de um dos esportes mais culturais do Brasil: o futebol ou, como preferem alguns, a paixão nacional.

Em um primeiro momento, é importante marcar que o futebol é um esporte predominantemente masculino no Brasil¹² e que, portanto, acaba por reproduzir muitos saberes patriarcais. Muitos jargões do futebol são usados assiduamente em outros meios sociais e reproduzem esse discurso patriarcal. Nesse sentido, é fácil observarmos dois movimentos de discursivização da mulher: o primeiro tem a ver com o estereótipo dela como coisa disponível, o segundo, com as representações do feminino.

A expressão *Caiu na área, é pênalti*, por exemplo, não é usada apenas no meio futebolístico. Trata-se de uma expressão que sofre um deslizamento de sentido, passando a ter uma proximidade, parafrasticamente, com *Se der bobeira, eu pego*, ou ainda, *O que aparecer, eu pego*. De um modo ou de outro, esse discurso coisifica a mulher, desconsiderando, assim, seu arbítrio e suas vontades. De modo semelhante, frases como *O goleiro abriu as pernas* e *Entrou com bola e tudo* fazem menção a uma ideia de mulher passiva, disponível, que espera a ação do macho. Ou seja, essas expressões empregadas no mundo do futebol remetem a saberes que coisificam a mulher, relegando-a a uma condição de disponibilidade sexual.

¹² No Brasil, apesar de o futebol feminino ter enorme qualidade e ter vencido inúmeras competições, como os Jogos Pan-Americanos de 2003, 2007 e 2015, além de ser medalhista de prata nas Olimpíadas de Atenas e Pequim, bem como vice-campeão da Copa do Mundo em 2007, ele não é reconhecido. Marta, por exemplo, é uma jogadora que fez mais gols do que Neymar, foi eleita melhor jogadora do mundo por 6 vezes, sendo 5 consecutivas, e ganha 175 vezes menos, além de não ser reconhecida como "heroína" ou "celebridade".

Além disso, outro movimento de discursivização da mulher presente nos estádios, além dos xingamentos com a mãe do juiz, aponta para uma representação do feminino como coisa frágil, daí ser comum ouvir que um jogador *joga feito moça* ou que é um *pé de valsa*, referindo-se a uma possível fragilidade desse atleta. Também se diz que um jogador é muito *salto alto* para se dizer que ele apenas aparenta ser bom, mas na realidade não seria tanto. Esse discurso remete, portanto, a um estereótipo inscrito em uma matriz de saberes patriarcal, que atribui à mulher uma carga semântica próximo ao negativo, ao frágil e ao sem valor.

Visto isso, faz-se necessário observar que a comparação da violência contra a mulher com o futebol, um ambiente discursivo bastante marcado pela ideologia patriarcal, acaba por produzir um efeito de naturalização dessa violência, sugerindo que ela é cultural, assim como o esporte bretão. Nessa linha de pensamento, a comparação começa por colocar homem e mulher como adversários de um jogo de futebol. E vai além: a comparação trata a violência como faltas no futebol. No esporte em questão, as faltas leves (agressões?) não são punidas, outras recebem um cartão amarelo como sinal de advertência (medida protetiva?) e, no caso de cartão vermelho (prisão?), o jogador é expulso do jogo atual, mas, após ser suspenso por uma única partida, já pode voltar à ativa (violentar outras mulheres?) e ainda pode argumentar que o cartão vermelho fora injusto, uma vez que o adversário (a mulher) teria *cavado a falta* (provocado a agressão). Destarte, os efeitos de naturalização da violência contra a mulher, ressignificada como algo cultural, semelhante a um esporte de massa, acabam por funcionar como uma barreira social para que a mulher sempre esteja em posição de impedimento social.

Por fim, é imperioso destacar o caráter patriarcal do futebol e desse movimento discursivo de naturalização da violência contra a mulher. A partir dos elementos expostos acima, percebemos que a grande maioria do total de todas as publicações que compõem o corpus desta pesquisa (80%) apresenta uma característica em comum: ou responsabiliza a mulher, ou produz efeitos de naturalização da violência. Essas duas características, juntas, mostram que os saberes patriarcais são dominantes nas publicações dos OPM.

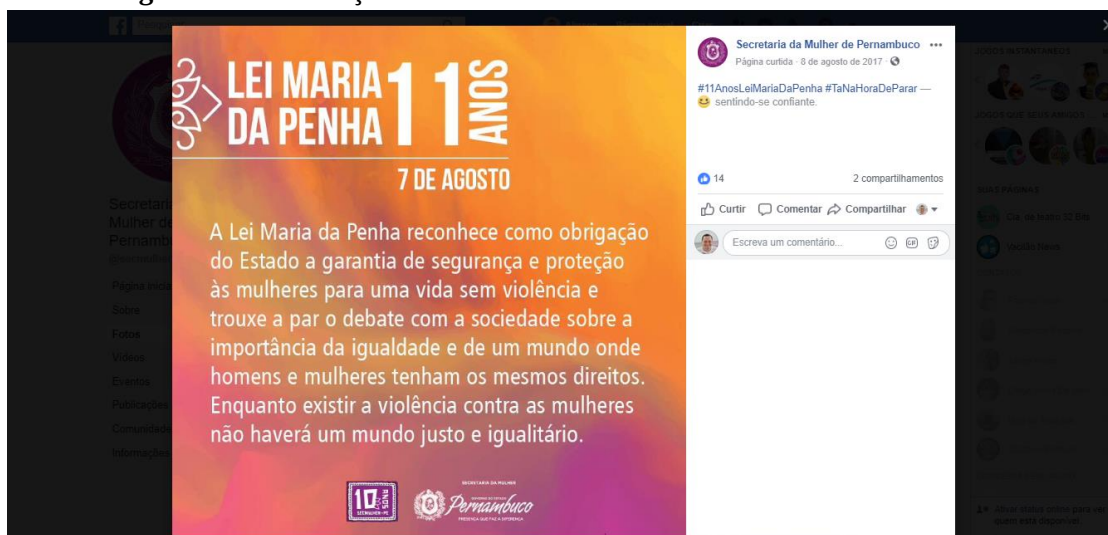
Sendo assim, na nossa formação social, no modo de produção capitalista, temos uma formação ideológica de gênero, composta por, pelo menos, duas FD's (patriarcal e feminista), que, por causa da porosidade das margens das FD's, no aparelho ideológico de informação do Facebook, atravessam o discurso uma da outra. Nessa relação entre seus respectivos saberes, os saberes patriarcais nos parecem dominantes, ou seja, a posição-sujeito dominante da forma-sujeito que estrutura a FD patriarcal é quem dita o que pode e deve ser dito sobre a mulher nas publicações dos OPM analisados.

4.2.3 Silenciamentos como marcas do patriarcado

Por fim, é importante falar que 20% (Tabela 4) das publicações dos OPM sobre violência contra a mulher não apresentaram marcas evidentes da ideologia patriarcal. Ou seja, das 255 publicações, 51 não responsabilizaram a mulher nem (re)produziram efeitos de naturalização da violência, pelo menos de forma explícita. Nesse sentido, consideramos que, embora o corpus venha sugerindo que os OPM se filiam a uma FD patriarcal, há atravessamentos ideológicos da ideologia feminista nas publicações, pois não há sistema discursivo sem falha e é nessa falha que a ideologia segue e atravessa o sujeito, que, como é fragmentado, pode estar inscrito em um universo discursivo dado, mas, em algum momento dado, sob condições de produção dadas, apresentar traços do discurso próprio de outra forma-sujeito e, conseqüentemente, de outra formação discursiva. Isso não quer dizer necessariamente que ele já esteja identificado com a posição-sujeito dominante dessa outra forma-sujeito. O que ocorre é um atravessamento ideológico possibilitado pela existência de falhas e pela fragmentação do sujeito do discurso.

Para demonstrar o tipo de publicação que consideramos não apresentar marcas evidentes da ideologia patriarcal, observemos a Figura 19 logo abaixo:

Figura 19 – Publicação da Secretaria da Mulher de Pernambuco – SPM-PE



Em um primeiro momento, é importante mostrarmos quais os elementos constitutivos da publicação para, em seguida, analisá-los. Nesse prisma, a Figura 19 é constituída basicamente por quatro partes: uma parte introdutória, que resume do que vai tratar a postagem (“Lei Maria da Penha/11 anos/7 de agosto”); o corpo da publicação, que mostra uma

contribuição da lei; as logomarcas dos produtores da publicação (Secretaria da Mulher de Pernambuco e o Governo do estado de Pernambuco); e, por fim, temos a legenda, composta por duas hashtags (“#11AnosLeiMariaDaPenha #TaNaHoraDeParar”).

Como dito antes, essas publicações parecem ter sido produzidas por um sujeito inscrito em uma FD patriarcal, mas que, em alguns momentos, como é o caso dessa publicação e o de outras 50 do nosso corpus, esse sujeito, fragmentado, sofre atravessamentos ideológicos de outros saberes que estão em um embate intenso no interior dos aparelhos ideológicos, nesse caso, no aparelho de informação, que é o Facebook, e isso reflete em seu discurso. É essa interferência que nos interessa. Sendo assim, vamos analisar a publicação a partir das ausências de marcas evidentes do patriarcado, que, no nosso corpus, ou responsabiliza a mulher, ou produz efeitos de naturalização da violência contra ela.

No início da postagem, percebemos que ela será sobre a comemoração dos onze anos da publicação da Lei Maria da Penha. O fato de considerar a publicação da Lei como um marco – que é um acontecimento enunciativo – a ser lembrado aponta que esse sujeito que, interpelado, produz essa postagem, considera a Lei Maria da Penha como um avanço no combate à violência, ou seja, como algo positivo. Essa percepção não parece muito estar associada aos saberes da ideologia patriarcal.

No corpo da publicação, temos um texto que aponta algumas contribuições da Lei Maria da Penha para o combate à violência. No início, a postagem destaca que a lei em questão “reconhece como obrigação do Estado a garantia de segurança e proteção às mulheres”. Essa marcação, no discurso, sugere um deslocamento de responsabilidades, uma vez que, como vimos na análise anterior, o patriarcado geralmente “isenta”, de certa forma, o Estado, associando o combate à violência contra a mulher a uma denúncia dela, ou seja, na ideologia patriarcal, é a mulher quem é responsável pela segurança e proteção delas próprias; aqui na postagem, é o Estado a quem se atribui essa responsabilidade.

Além dessa responsabilidade estatal, a publicação indica que a Lei trouxe o debate sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres para a sociedade como um todo. Isso marca a transposição do debate sobre a violência contra a mulher, que deixa de ser considerado uma questão restrita à esfera privada, onde a sociedade “não mete a colher”, passando a ser uma discussão de toda a sociedade, ou seja, além do Estado, a responsabilidade também passa a ser da sociedade.

Na sequência, o texto da postagem termina com a frase: “Enquanto existir a violência contra as mulheres não haverá um mundo justo e igualitário.”. Ou seja, a publicação condiciona a existência de um mundo melhor (“justo e igualitário”) ao fim da violência contra a mulher.

Conclui-se, portanto, que a violência contra a mulher não é entendida como um processo natural da nossa sociedade, tampouco o seu fim é visto como uma responsabilidade da mulher.

Para finalizar a análise dos elementos constitutivos da postagem, temos a presença de uma legenda, constituída por duas hashtags (“#11AnosLeiMariaDaPenha #TaNaHoraDeParar”). Essas hashtags continuam na mesma linha de sentido de valorização da Lei Maria da Penha e de combate à violência contra a mulher. A primeira tem um efeito de sentido relacionado à comemoração dos onze anos da Lei, enquanto a segunda, remete à necessidade do fim da violência.

Dessa forma, percebemos que, ao atribuir a responsabilidade do combate à violência contra a mulher ao Estado e à sociedade em geral, bem como condicionar a existência de um mundo justo e igualitário (um mundo melhor) ao fim dessa violência, a publicação sugere que os saberes que estão regulando essa publicação não são próprios apenas do patriarcado, são muito mais associados aos saberes que estruturam a formação discursiva feminista.

Vale salientar, em suma, que, embora essas publicações que não apresentam marcas evidentes da ideologia patriarcal sejam minoria em nosso corpus, sua análise e presença são muito produtivas para nosso trabalho, uma vez que nos possibilita a demonstração, na prática, de que a falha é própria de uma formação discursiva, que é heterogênea, fragmentada e com margens porosas.

Por outro lado, é importante notarmos que essas falhas não são absolutas, não remetem completamente a uma FD feminista. Aqui, o silêncio também ecoa como um traço do patriarcado. No plano do dito, o saber patriarcal produziria sentidos próximos de que a mulher é responsável pela violência ou ainda que o homem não teria essa responsabilidade. No plano do silêncio, como o entendemos, esse dito pode ter passado por uma resignificação. Dito de outro modo, um dizer silenciado, ao “desembarcar” em outra matriz de saberes, ou pelo menos entrar em contato com ela, pode deslizar seu sentido, podendo, muitas vezes, resignificar-se em forma de silêncio. E é esse silêncio que significa. Essas publicações, embora não produzam efeitos de naturalização da violência contra a mulher ou a responsabilizem diretamente, silenciam (apagam) a ideia de que o homem é responsável (caso dessa postagem), ou de que o Estado tem essa responsabilidade. Ou seja, a expressão direta “a culpa é da vítima” (saber patriarcal) se resignifica, através de um deslizamento de sentidos, em silêncios e apagamentos nada ingênuos, que, se não chegam a reproduzir claramente os saberes patriarcais, não conseguem se desvincular totalmente deles.

Outro exemplo típico desse tipo de publicação que não apresenta marcas evidentes da ideologia patriarcal é a da figura 20 logo abaixo:

Figura 20 – Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia – SPM- BA



Ao observarmos a figura acima, percebemos que ela, de acordo com os critérios estabelecidos para a classificação das publicações do nosso corpus, não responsabiliza a mulher nem naturaliza a violência de forma explícita, daí termos a inserido na categoria das publicações que não apresentavam marcas evidentes da ideologia patriarcal.

Quanto à responsabilização da mulher pela violência, elegemos três características das publicações: a presença de expressões no imperativo voltadas para a mulher, como “Ligue 180” ou Denuncie”, o condicionamento do fim da violência à denúncia da mulher (Ex: “Se você não denunciar, a violência vai continuar”), ou ainda a presença de recursos visuais que responsabilizam a mulher, como a mão de uma mulher parando o soco de um homem.

Considerando esses critérios, a publicação acima não responsabiliza a mulher, pois, embora exista o verbo *unir-se* no imperativo (*Una-se pelo fim da violência contra as mulheres e meninas*), ele não chega a responsabilizar a mulher, uma vez que o verbo *unir-se* não tem seu sentido estabilizado como o verbo *denunciar* ou *ligar* em frases como “Denuncie” ou “Ligue 180”, as quais já têm seus sentidos estabilizados de modo a se referirem à mulher. Aqui, a frase parece dirigir-se a toda e qualquer pessoa que venha a ler essa publicação. Além disso, não há um condicionamento do fim da violência à denúncia da mulher. Há uma sugestão para que todos se unam contra essa modalidade de violência. Não observamos também a utilização de recursos visuais que contribuam para produzir um efeito de sentido de responsabilização da mulher. Com base nisso, portanto, consideramos que essa publicação não responsabiliza a mulher.

Outrossim, observamos que a publicação em questão não se utiliza de recursos que contribuem para uma naturalização da violência, seja considerando esta como uma doença ou

como algo meramente cultural, minimizando seus efeitos e suas causas. Nesse aspecto, a publicação sugere que a violência deve ser combatida, não tratando, assim, a violência como algo meramente cultural, como um hábito do brasileiro (pelo menos claramente essa naturalização não ocorre). Aqui há o convite para que todos se unam e combatam a violência contra a mulher.

É necessário observarmos, por outro lado, que o fato de uma publicação não responsabilizar a mulher ou produzir efeitos de naturalização da violência não pressupõe dizer, necessariamente, que essa publicação se inscreve em uma matriz de saberes feministas. Ela está certamente em um lugar fronteiro entre os saberes patriarcal e feminista. Essa aparente identificação com a posição-sujeito dominante na FD feminista não nos parece unânime ao ponto de romper com a FD patriarcal. Ou seja, embora as marcas do patriarcado não estejam tão evidentes, elas se fazem presentes na publicação. É no silêncio, no apagamento que esse elo é preservado. Na publicação, apagou-se a informação de que a violência contra a mulher é crime ou que o Estado tem o dever de reprimir e punir como tal. Dito de outro modo, nesse lugar onde se produziu essa publicação, por um lado, é “necessário” convidar todos a se unirem no combate à violência, por outro, é “proibido” mencionar a tipificação criminal ou responsabilidade estatal nesse aspecto. Ou seja, a mesma formação discursiva que regula o que pode e deve ser dito é aquela que regula o que pode e deve ser silenciado e apagado.

4.3 O DISCURSO CURTIDO, COMENTADO E COMPARTILHADO

Além da análise das publicações em si, nós decidimos investigar também a identificação ou desidentificação dos usuários do Facebook em relação ao discurso característico do patriarcado ou do feminismo. Para verificarmos essa (des) identificação, analisamos as “curtidas” que a postagem teve, seus “compartilhamentos” e os “comentários” sobre ela.

Antes de tratar desses dados, faz-mister mencionar que, das 255 publicações que constituem o corpus, apenas 48 receberam comentários. Por esse motivo, bem como para elegermos uma amostragem considerada mais relevante para os usuários (daí eles terem comentado), optamos por analisar apenas as publicações que foram comentadas, pois demonstram um comprometimento (positivo ou negativo) importante dos usuários.

Desse modo, o botão “curtir”, grosso modo, aponta para uma identificação do usuário com o conteúdo da postagem, embora o faça de modo menos comprometido. Ou seja, essa ferramenta do Facebook não parece funcionar apenas como uma maneira de propagar um

conteúdo com o qual se identificou, ela funciona como uma maneira de legitimar o conteúdo da postagem. Sobre essa ferramenta, Recuero (2014, p. 119) afirma:

Além disso, ao “curtir” algum enunciado, os atores passam a ter seu nome vinculado a ele e tornam público a toda a sua rede social que a mensagem foi “curtida” (essa mensagem aparece como uma notificação para as conexões de quem “curtiu”)

Além do “curtir”, outro botão relevante para compor os elementos que apontam para uma (des) identificação dos usuários com o conteúdo das publicações é a ferramenta “compartilhar”. Ao compartilhar uma publicação no Facebook, o usuário se compromete um pouco mais com o conteúdo da postagem, uma vez que amplia o alcance dela e reproduz os saberes que a estruturam, além de, explicitamente, associar seu perfil de usuário à publicação. Nesse sentido, Recuero (2014, p. 120) diz:

Compartilhar uma informação também é tomar parte na difusão da conversação, na medida em que permite que os usuários construam algo que pode ser passível de discussão, uma vez que é de seu interesse, para sua rede social. O compartilhamento também [...] contribui para a reputação do compartilhado e valoriza a informação que foi originalmente publicada.

Sendo assim, concordamos com a autora e pontuamos que, embora possa haver compartilhamentos para criticar o conteúdo da postagem, é muito mais comum o compartilhamento que “parece ser positivo, no sentido de apoiar uma determinada ideia, um manifesto ou uma mensagem” (RECUERO, 2014, p. 120).

Por fim, antes de analisar os dados desses aspectos da publicação, é importante mencionar a terceira ferramenta, o botão “comentar”, que vamos analisar para mostrar com quais saberes os usuários dessa rede social, especialmente das comunidades virtuais dos OPM, estão se identificando. Esse botão, portanto, possibilita uma exposição maior do usuário com o conteúdo da postagem, seja concordando com ela ou a refutando de alguma maneira. Recuero (2014, p. 120) acrescenta, dizendo:

Trata-se de uma mensagem que é agregada através do botão da postagem original, é visível tanto para o autor da postagem quanto para os demais comentaristas, atores que “curtam” e compartilhem a mensagem e suas redes sociais. É uma ação que não apenas sinaliza a participação, mas traz uma efetiva contribuição para a conversação.

Vale salientar que, ao comentar uma postagem, os usuários, muitas vezes, acreditam estar concordando totalmente com o conteúdo da publicação, todavia – nossa análise vai mostrar – é possível que esse usuário esteja sendo interpelado por saberes totalmente diversos

dos presentes na publicação, ou seja, os usuários são sujeitos interpelados pela ideologia, a qual disfarça isso para eles, criando um efeito-sujeito, de modo que acreditem estar na origem de seus dizeres.

Agora, com a finalidade de mostrar a identificação dos usuários do Facebook com o discurso materializado nas publicações do nosso corpus, vamos analisar dados das publicações que tiveram essas três ferramentas simultaneamente (*curtir, compartilhar e comentar*). Esse procedimento metodológico nos mostrou que, das 255 das postagens que compõem nosso corpus, apenas 48 foram comentadas, curtidas e compartilhadas simultaneamente. Dessas 48 publicações, 35 delas enquadram-se nas características que discriminamos anteriormente e destacamos como publicações que responsabilizam a mulher pela violência de alguma maneira (condicionando o fim da violência a uma denúncia, destacando mais o discurso sexista em detrimento do feminista, dentre outras formas), ou seja, são publicações onde os saberes da ideologia patriarcal se fazem presentes; as outras 13 publicações não apresentaram marcas evidentes da ideologia patriarcal. Esses dados mostram que os usuários da rede social em questão se mobilizam mais para comentar publicações que responsabilizam a mulher pela violência, seja para impulsionar esses saberes ou para refutá-los, o que sugere consequentemente uma possível identificação com os saberes patriarcais.

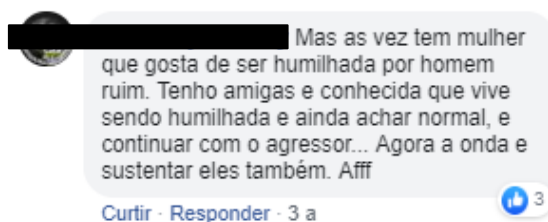
Quanto ao número de curtidas nessas publicações, as que apresentavam elementos que responsabilizavam a mulher pela violência tiveram 11.184 curtidas, enquanto as que não apresentavam marcas evidentes da ideologia patriarcal tiveram 1.172 curtidas, ou seja, um número perto de 1.000% (mil por cento) a mais dos usuários se identificaram com postagens que reproduzem os saberes da ideologia patriarcal em detrimento dos da ideologia feminista. Isso mostra que o número de curtidas em uma postagem pode produzir um efeito de sentido que remeta a uma filiação dessa publicação aos saberes que orientam uma formação discursiva patriarcal.

Quanto ao número de compartilhamentos, as publicações com marcas da ideologia patriarcal foram compartilhadas por 3.634 vezes, enquanto as que não apresentavam essas marcas de forma evidente, por 903 vezes. Ou seja, há quatro vezes mais afã, por parte dos usuários dessa rede social, em valorizar saberes que responsabilizam e culpabilizam a mulher do que os que lutam por sua isonomia em relação ao homem. Isso também aponta que os usuários dessa rede social se identificam mais com postagens que são reguladas por saberes sexistas do que por saberes feministas. Ou seja, esses resultados sugerem agora, não só mais uma filiação dos OPM a uma FD patriarcal, mas também uma identificação dos sujeitos a quem essas publicações atingem com esses mesmos saberes do patriarcado.

Além do “curtir” e do “compartilhar”, outra ferramenta que o Facebook disponibiliza aos seus usuários a fim de que possam se posicionar sobre uma postagem é o “comentar”. Como essa ferramenta proporciona ao analista do discurso uma maior quantidade de elementos e pistas que afunilam e “denunciam” a filiação discursiva do sujeito com maior propriedade, decidimos fazer uma análise mais cuidadosa com os comentários das publicações que compõem o corpus.

Nas 48 publicações, houve 279 comentários. Desse total, a maioria, 167 (59,85%), reproduziu, de alguma forma, elementos que estão associados a saberes da ideologia patriarcal. Alguns exemplos desses elementos são a culpabilização e responsabilização da mulher pelo fim da violência, desvalorização da Lei Maria da Penha, reprodução de estereótipos da mulher construídos com base no sexismo, dentre outros. Para tanto, vamos analisar alguns desses comentários, sugerindo como eles contribuem para mostrar a identificação dos usuários com a FD patriarcal.

Comentário 1



Esse comentário de referência, sobre a comemoração dos 11 anos da Lei Maria da Penha, produz um efeito de sentido de culpabilização da vítima de violência. Isso é construído ao longo do comentário, basicamente, por quatro sequências que caracterizam a mulher: “gosta de ser humilhada”, “achar normal”, “continuar com o agressor” e “sustentar eles”. Essas sequências apontam para uma progressão que leva à culpabilização. Primeiro, esse usuário diz que algumas mulheres gostam de ser humilhadas, o que caracteriza uma situação de violência, que, pela presença do verbo gostar, produz um efeito de sentido de que só haveria agressores porque algumas mulheres gostariam de apanhar; depois o usuário diz que a mulher vê essa violência com certa normalidade e isso, mais uma vez, produz um efeito de sentido relacionado à possibilidade de a mulher acabar com a violência, ou seja, se ela não achar normal ser humilhada, a violência, provavelmente, acabaria; em seguida, a sequência “continuar com o agressor” produz um sentido de que a mulher teria total discricionariedade em escolher se continuaria ou não com o agressor, o que desconsidera todas as relações de dependência da vítima em relação ao agressor (dependência financeira, emocional, etc); por fim, essa usuária afirma que, além de ter culpa pela violência, algumas mulheres reforçam esse comportamento

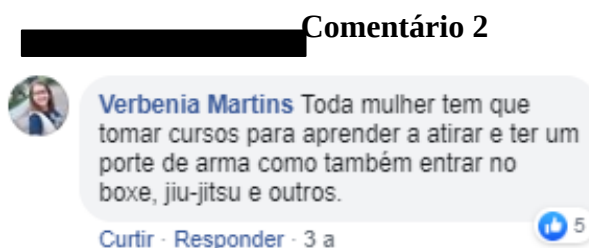
do agressor, uma vez que, apesar da violência que sofrem, elas ainda sustentariam financeiramente aquele que as agride.

Dessa forma, percebemos que esse comentário reproduz alguns saberes relacionados à ideologia patriarcal, tais como o de que há mulheres que gostam de sofrer violência, ou o de que é normal, na nossa estrutura social, a mulher aceitar a violência contra ela. Ou seja, o comentário sugere que, se a mulher não gostasse de violência, não achasse normal, não continuasse com o agressor e não o sustentasse, essa violência não ocorreria. Isso produz sobre a mulher um efeito de culpa pela violência, o que, certamente, não é um saber próprio da ideologia feminista, mas produzido e reforçado pelos saberes patriarcais. Essas observações mostram, portanto, que esse comentário, embora seja produzido por uma mulher, mostra uma interpelação dela pela ideologia patriarcal, pois está reproduzindo seus saberes. Vale salientar que o fato de ser uma mulher comentando uma publicação não exclui o teor e a reprodução de saberes sexistas. É nessa linha de raciocínio que hooks ([1952], 2019, p.25) diz:

Feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido do sexo feminino. [...] Quando mulheres se organizaram pela primeira vez em grupos para, juntas, conversar sobre questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina, elas foram claras quanto ao fato de que mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens.

Os anos passaram, as discussões feministas avançaram e repercutiram na organização social, no entanto a supremacia patriarcal, ainda tão forte em nossa sociedade, persiste orientando o discurso de alguns sujeitos, oprimidos, que, contraditoriamente, reproduzem os saberes que lhes são opressores.

Outro comentário que aponta para a mesma direção de identificação com a ideologia patriarcal é o Comentário 2.

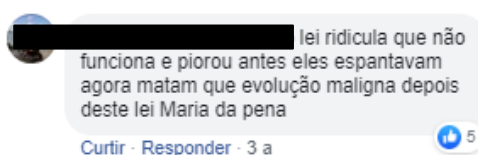


Esse comentário produz um efeito de sentido de que quem é responsável por combater a violência é a mulher. Nesse sentido, ela teria que aprender a atirar, praticar boxe, jiu-jitsu dentre outras artes marciais com a finalidade de se proteger, ou seja, essa proteção e combate à

violência deixa de ser uma atribuição do Estado (apagamento) e passa a ser da mulher, responsabilizando-a, de certo modo, pela violência. Vale salientar que essa retirada da responsabilidade estatal aproxima-se da retirada da responsabilidade do próprio homem, uma vez que os lugares sociais ocupados na estrutura estatal são ocupados predominantemente por homens, são lugares construídos de modo a reproduzir elementos discursivos que conservem a hegemonia masculina nesses lugares. Ou seja, isentar o Estado da responsabilidade de combater a violência é quase como isentar o próprio homem. Além disso, o comentário sugere usar da mesma arma contra o homem: a violência. Em outras palavras, violência se combate com violência. Novamente, há um determinismo aqui: de que o ser humano é violento por natureza. Nesse sentido, podemos notar que o comentário prega igualdade de direitos entre os sexos: mas é o direito a serem violentos.

Além da culpabilização e responsabilização estarem presentes na maioria dos comentários do nosso corpus, outra postura discursiva foi observada com muita frequência: a desvalorização da Lei Maria da Penha como uma conquista do enfrentamento da violência doméstica. É essa questão que está mais saliente no Comentário 3.

Comentário 3



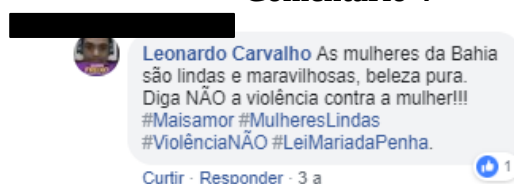
A usuária que produziu esse comentário, tratando da Lei Maria da Penha, fez uma caracterização da lei e a avaliou, de modo a reproduzir alguns saberes da ideologia patriarcal. Ela inicia caracterizando a lei como “ridícula” e “que não funciona” para, em seguida avaliar a sua efetividade. Essa avaliação é negativa, pois é afirmado que, antes da lei, os homens “só” *espantavam*¹³ e, depois da lei, eles matam as mulheres. Faz-se relevante mostrar que o espancamento não é considerado como algo tão ruim – daí ter virado *espantar*? – no comentário, pois não há nenhum termo que o caracterize como tal, inclusive ele é caracterizado como a melhor coisa das que são retratadas no comentário. Ainda se atribui essa evolução (do espancamento para assassinatos) à criação da Lei Maria da Penha e isso está marcado no texto

¹³ “Espantavam” aqui nos parece ter sido usado, por um furo na língua, um lapso, no sentido de “espancavam”, assim como ocorreu no mesmo comentário em “deste lei” ou “Maria da pena”. Além disso, mesmo que não tenha sido usado no sentido de *espancar*, ele se apresenta com um sentido aproximado, ou seja, de qualquer modo, há uma progressão na prática de violência, o que nos permite inserir *espantavam*, assim, na mesma matriz de saberes de *espancavam*.

com “que evolução maligna depois deste lei Maria da pena”. É importante ficar claro que não é a mulher como indivíduo que está contribuindo para persistência da violência, é a mulher enquanto sujeito que está sendo interpelada (como não ser quando os saberes dominantes são os saberes patriarcais sexistas?) por uma ideologia que trabalha para reproduzir de todas as maneiras possíveis seus saberes, inclusive interpelando os sujeitos que sofrem opressão de modo que estes reproduzam dizeres próprios dessa ideologia.

Por fim, outra característica de elementos da ideologia patriarcal presente nos comentários da maioria das postagens é a reprodução de estereótipos da mulher construídos historicamente para reforçar uma relação de dependência, de ser tratada como frágil, valorizada por questões que não têm tanta relação com o aperfeiçoamento intelectual, dentre outras. No Comentário 4, por exemplo, isso fica marcado.

Comentário 4



Embora nesse comentário o usuário tenha usado expressões e hashtags que valorizam o combate à violência contra a mulher (“Diga NÃO a violência contra a mulher!!!”, “#ViolênciaNÃO”, “#LeiMariadaPenha”), ele reforça um estereótipo construído e reproduzido pelos saberes da ideologia patriarcal. Observemos que, tratando de violência contra a mulher, o usuário caracterizou as mulheres baianas como “lindas, maravilhosas, beleza pura” e ainda usa a hashtag “#MulheresLindas”. Essa característica de, em diferentes situações, caracterizar a mulher como bonita, linda, maravilhosa, além de tirar o foco da questão central (no nosso caso, da violência contra a mulher), reforça o estereótipo de que mulher tem a função de ser bonita para agradar os homens. E, subliminarmente, produz um efeito de sentido de que as mulheres que não se encaixam nesse estereótipo merecem apanhar. Por isso não é raro vermos, em situações de feminicídios, algumas pessoas ressaltarem a beleza da vítima em detrimento da perversidade do assassino. Isso é uma prova do quão fortes são esses estereótipos sobre a mulher e eles são usados, muitas vezes, para encobrir um pouco as ações do agressor, o que é o caso desse comentário.

Vistos os comentários de referência que reproduziram elementos da ideologia patriarcal e consequente identificação dos usuários com essa ideologia (59,85%), é importante ressaltar que 112 (40,15%) não apresentaram marcas evidentes do patriarcado em seus comentários.

Estes foram a minoria dos comentários, o que mostra que os usuários que entram em contato com as publicações dos OPM se identificam muito mais com os saberes da ideologia patriarcal do que com os da ideologia feminista, embora perto de 100% dos comentários tenham sido feitos por mulheres. Aliado a isso, outros elementos também corroboram essa constatação, como o número de curtidas 1.000 % a mais em publicações que responsabilizavam a mulher pela violência e um número três vezes maior de compartilhamentos desse tipo de publicação em relação àquelas que não apresentavam marcas tão claras do patriarcado.

Como efeito conclusivo de nossa análise, constatamos que os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres analisados nesta pesquisa estão inscritos em uma formação discursiva em que os saberes de uma ideologia patriarcal são dominantes, além disso, parece que estamos no caminho de uma comprovação de que a mulher vem sendo discursivizada através de processos discursivos que a colocam em um lugar construído pelo patriarcado, bem como de que o patriarcado tem sido dominante no processo de interpelação dos usuários das páginas desses OPM. Dessa forma, parece-nos plausível considerarmos que os OPM analisados estão inscritos em uma FD patriarcal, reproduzindo os saberes dessa e silenciando dominantemente os saberes oriundos de uma matriz de sentidos feminista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse caminho percorrido até aqui pelas veredas teóricas da Análise do Discurso pecheutiana, as quais ora não tinham saída, ora nos levavam a lugares não planejados do ponto de vista teórico, tem-nos enriquecido enquanto analistas do discurso, todavia têm também nos deixado claro que esse trabalho não encontra aqui um ponto final, talvez muito mais uma vírgula ou apenas os indícios de mais uma vereda pelos infindáveis caminhos da AD que levam ao entendimento do funcionamento da ideologia e do discurso.

Iniciamos essa caminhada com algumas inquietações quanto ao nosso lugar enquanto analista do discurso, enquanto um sujeito, cujo lugar de fala teve que ir sendo (re)construído no processo da pesquisa. Parece muita ousadia homem tratar de questões que envolvem a mulher, suas lutas, opressões e filiação ideológica, ainda mais quando ele é beneficiado pelo sistema patriarcal que, em nome de uma supremacia masculina, nega direitos e discursiviza a mulher de modo a tornar difícil a ela transpor as barreiras discursivas que dificultam a efetividade de direitos iguais entre os gêneros, algo tão almejado pelos movimentos feministas. No entanto, parece-nos possível que sujeitos, cujos lugares de fala são diferentes, falem sobre outros sujeitos, pois falar de uma perspectiva do opressor permite a este reconhecer os movimentos discursivos que podem lhe parecer naturais, vista a sua construção como sujeito ideológico. Buscar compreender parte desse jogo de dissimulação que existe ao sujeito interpelado pela ideologia patriarcal, cujo discurso é dominante na formação social, pode contribuir para fortalecer a resistência contra o discurso sexista, bem como apontar caminhos teóricos para um processo lento e gradativo, porém insistente, de desidentificação com os saberes patriarcais.

Após esse primeiro momento, o corpus foi constituído por 255 publicações dos OPM nordestinos. No decorrer da análise, percebemos que as postagens apresentavam, em sua maioria, materialidades discursivas que permitiram apontar elementos que as filia a uma FD patriarcal. Predominantemente, esse tipo de postagem ou responsabilizou a mulher pela violência ou produziu efeitos de naturalização da mesma. Vale dizer, também, que em 51 publicações, esses saberes patriarcais não estão tão evidentes na materialidade discursiva, todavia os sentidos oriundos de uma matriz de saberes patriarcal ainda aparecem em segundo plano, geralmente através de silenciamentos e apagamentos. Vale complementar, ainda, que, em decorrência do número considerável de publicações dos OPM em questão, optamos por constituir uma análise por amostragem, ou seja, analisamos postagens com linhas discursivas mais representativas do corpus. Foi desse modo que chegamos ao número de 20 postagens.

Ao constituirmos o corpus, debruçamo-nos sobre ele e traçamos alguns objetivos iniciais de pesquisa. Um dos primeiros objetivos foi o de analisar a filiação dos Organismo Governamentais de Política para as Mulheres do Nordeste. Aqui, nós percebemos que a materialidade discursiva sugeriu que os OPM se filiam predominantemente a uma formação discursiva patriarcal, reproduzindo os saberes que estruturam essa FD. Essa constatação se funda nos resultados da análise dos outros objetivos iniciais.

Como objetivo específico, propusemo-nos observar os efeitos de sentido produzidos pelas publicações dos OPM sobre a mulher e sobre a violência contra ela. Nesse sentido, observamos que 74,2% das publicações possuíam em sua materialidade algum elemento que responsabilizavam a mulher pela violência, seja sendo causa desta ou não a evitando. Esse movimento discursivo que produz um efeito de responsabilização foi reproduzido pelo uso de expressões imperativas, como “Não se cale!” (84,7%); pelo condicionamento do fim da violência à denúncia da mulher, como em “Se você não denunciar, a violência vai continuar” (3,7%); e pelo emprego de recursos visuais que produzem algum efeito de sentido que atribui à mulher a responsabilidade por parar a violência, como a imagem de mulheres parando um soco masculino. Ou seja, o principal efeito de sentido reproduzido nas publicações dos OPM sobre violência contra a mulher foi o de que a mulher é responsável pela violência e esse sentido se inscreve em uma matriz de saberes que estrutura uma FD de caráter patriarcal.

Outro efeito de sentido observado a partir da materialidade das publicações foi o de naturalização da violência, ou seja, as postagens reproduziam efeitos de naturalização para a violência. Isso ocorreu em 5,8% das postagens. Desse total, 93,3% trataram a violência apenas como um aspecto cultural, não como crime previsto na Lei Maria da Penha; 6,7% trataram a violência como uma doença, ou seja, um fato posto na sociedade, inevitável de se prever em sua plenitude. Esses efeitos de sentido, portanto, reproduzem saberes também inscritos em uma FD de caráter patriarcal, pois essa busca de naturalizar a violência, tratando-a como algo inevitável e cultural parecem significar práticas eufêmicas de perpetuar os saberes patriarcais como dominantes em nossa formação social.

Além desses efeitos de sentido acima citados, observamos também que, em 51 publicações (20%), as marcas mais estabilizadas do discurso patriarcal não estão tão evidentes na materialidade das publicações. Aqui, o que ocorreu foi uma confluência entre os saberes feministas mais explícitos e, em um plano mais a fundo, os saberes patriarcais. Estes últimos apareceram nessas postagens em forma de apagamentos. É certo, portanto, que o lugar de produção/reprodução desses saberes é um lugar fronteiro, que, por um lado, sofre influência da ideologia feminista, por outro lado, não rompe totalmente com a ideologia patriarcal. Os

apagamentos de responsabilidade estatal ou masculina pela violência, por exemplo, são marcas, aqui, do discurso do patriarcado.

Outro objetivo de nossa pesquisa era analisar o nível de (des)identificação dos usuários do Facebook em relação às publicações dos OPM sobre violência contra a mulher. Isso foi analisado a partir das 48 publicações que foram comentadas. Dessas, 35 responsabilizavam a mulher, ou seja, o usuário do Facebook, quando comentou as publicações sobre violência contra a mulher dos OPM, em sua maioria, atentou-se mais às publicações que reproduziam saberes do discurso patriarcal. Isso foi se confirmando quando analisamos o número de curtidas e compartilhamentos que ocorreram nas publicações que responsabilizavam a mulher. Esse tipo de publicação foi curtida 1.000% a mais que os demais tipos de publicações e teve 2.731 compartilhamentos a mais em relação às outras publicações. Isso sugere, portanto, que os usuários que comentaram as publicações sobre violência contra a mulher tem um grau de identificação considerável com os saberes oriundos de uma FD patriarcal, mostrando, assim, que os OPM, inscritos em uma FD patriarcal, alcançam predominantemente, sujeitos com a mesma filiação ideológica. Ou seja, esses resultados sugerem agora, não só mais uma filiação dos OPM a uma FD patriarcal, mas também uma identificação dos sujeitos a quem essas publicações atingem com esses mesmos saberes do patriarcado.

Por fim, vale dizer que esse processo de investigação nos apontou algumas questões importantes. Primeiro, que a mulher ainda vem sendo discursivizada pelo patriarcado de maneira a ser associada ao frágil, ao responsável pela violência, à “caça” e isso expõe cada vez mais a necessidade de empoderamento da mulher, a necessidade de políticas públicas que fomentem a igualdade de direitos entre os gêneros e uma reflexão exponencial sobre o que está naturalizado pelo patriarcado na nossa formação social, pois só (re)conhecendo o funcionamento do discurso patriarcal é que conseguiremos confrontá-lo de forma mais eficiente. Vale frisar também a importância da luta da mulher, dos movimentos feministas e dos OPM no combate ao patriarcado. Todos, e este autor não é diferente, estamos em uma busca de nos desidentificar com os saberes que ditam o que pode e deve ser dito sobre a mulher. É um processo que, por fim, poderá vir a quebrar o elo perverso e dissimulado com a ideologia patriarcal. Buscamos cada vez mais caminhar rumo a fronteiras que nos libertem, não da interpelação do sujeito, não do assujeitamento, mas das garras silenciosas e contundentes do patriarcado.

Que este trabalho consiga contribuir para o enriquecimento teórico e analítico da Análise do Discurso pecheutiana, mas, sobretudo, que consiga desvelar, um pouco que seja, algumas dissimulações de um discurso cruel, perverso e que tem se apresentado como natural.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- ALVES, C. A. L. **A informação ideológica e sua disseminação em redes sociais**: uma análise a partir da teoria de Louis Althusser. Orientador: Dr. Edvaldo Carvalho Alves. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- ANUÁRIO brasileiro de segurança pública 2015. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Pinheiros, SP: URBANIA, ano 9, 2015. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf. Acesso em: 2 jun. 2018.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, [1949] 1970a. 1 v.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, [1949] 1970b. 2 v.
- BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **O que é câncer?** 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer>. Acesso em: 3 jan. 2020.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.
- CONEIN, B. *et al.* (org.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- CORRÊA, R. T. Z. **TV Brasil e redes sociais virtuais**: o programa estúdio móvel no Facebook. Orientador: Helen Beatriz Frota Rozados. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo, [1944] 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo, SP: Boitempo, [1944] 2017.
- DE NARDI, F. S. Reflexões sobre a cultura no território da AD: um lugar para o conceito de cultura no campo da ideologia, do inconsciente e da(s) política(s). In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre, 2011. p. 1-8.

ECKERT-HOFF, Beatriz. (Re) buscando Pêcheux: algumas reflexões in-certas. *In*: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. Freda Indursky, São Carlos: Claraluz, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise do discurso no Brasil: um breve preâmbulo. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2019.

GRIGOLETTO, Evandra. O ensino a distância e as novas tecnologias: o funcionamento do discurso pedagógico nos ambientes virtuais de aprendizagem. **EUTOMIA**: revista de Literatura e Linguística, Recife, PE, ano IV, v. 1, ed. 7, p. 254-271, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1197/934>. Acesso em: 31 ago. 2020.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libânio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, [1952] 2019.

INDURSKY, Freda. **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. Maria Cristina Leandro Ferreira (org.). São Carlos: Claraluz, 2005a.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. 1. ed. São Carlos: Clara Luz, 2005b. p. 183-194.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (org.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. O acontecimento discursivo no Brasil. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). **O conservadorismo em comentários na rede**: identidade, alteridade e contradição. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 233-248.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógios da violência**. Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>. Acesso em: 2 jun. 2018.

MEDEIROS, A. D. D. Atravessamentos da ideologia patriarcal nas manchetes de jornal: uma análise discursiva. *In*: CIAD - Colóquio Internacional de Análise do Discurso: Discurso e (pós)verdade: efeitos de real e sentidos da convicção, 5., 2020, Araraquara. **Anais [...]** Araraquara: Letraria, 2020. p. 101-111. ISBN 978-65-990072-9-3. *E-book*. 1514 p.

MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. Trad. de James Emanuel de Albuquerque. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 223-237, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a10v1428.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (ADD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2014a.

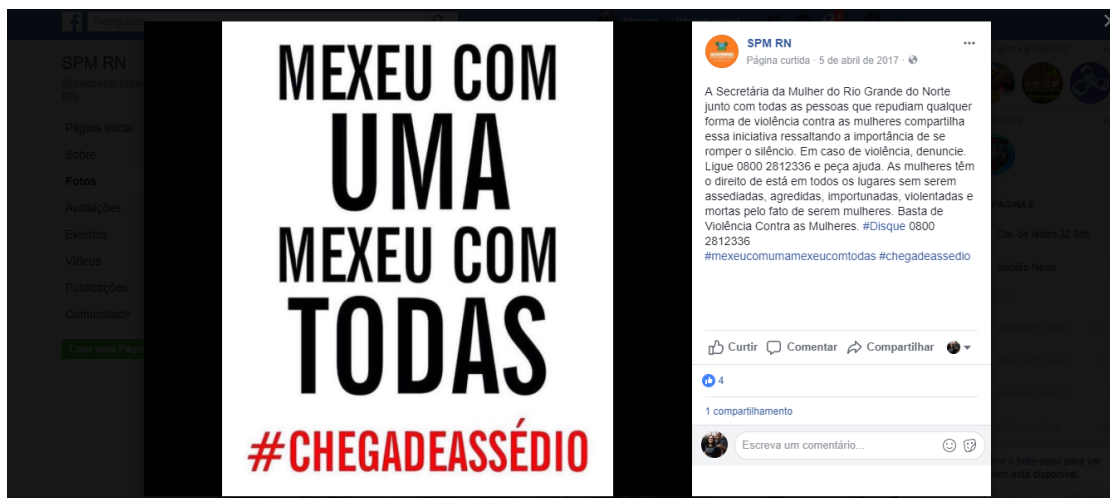
PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, [1975] 2014b.

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, n. XXVIII, p. 114-124, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

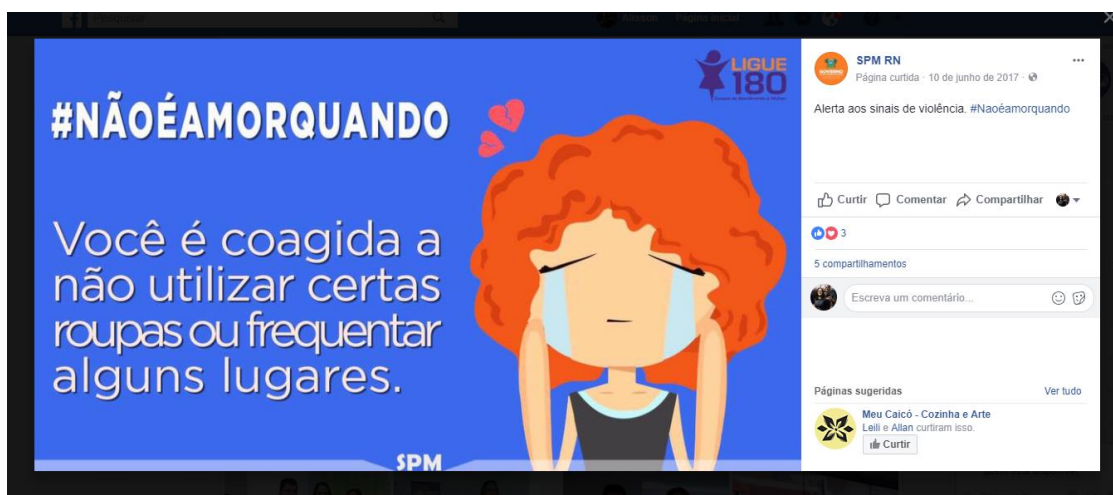
SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, [2004] 2015.

APÊNDICE A – FIGURA 1



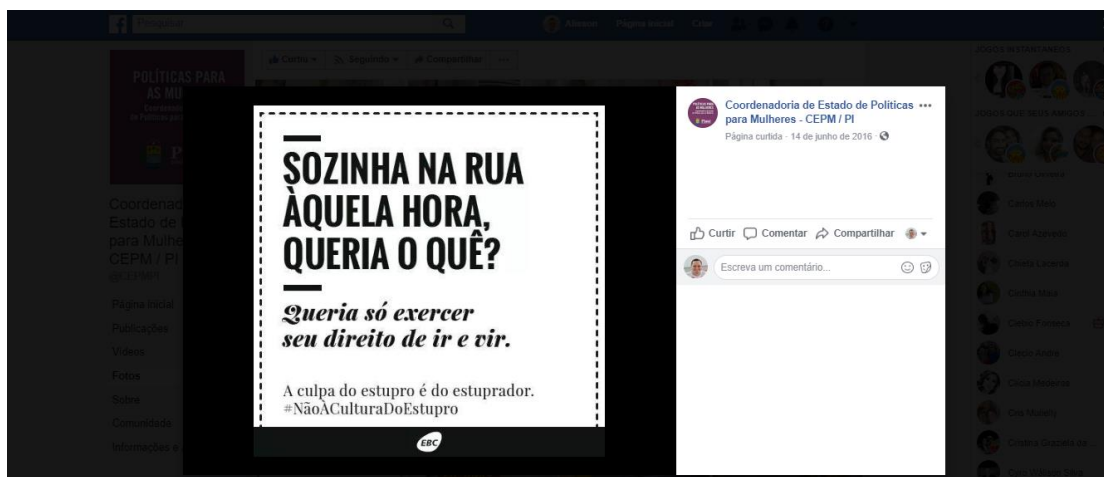
Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	4
Compartilhamentos	1
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos evidentes dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE B – FIGURA 2



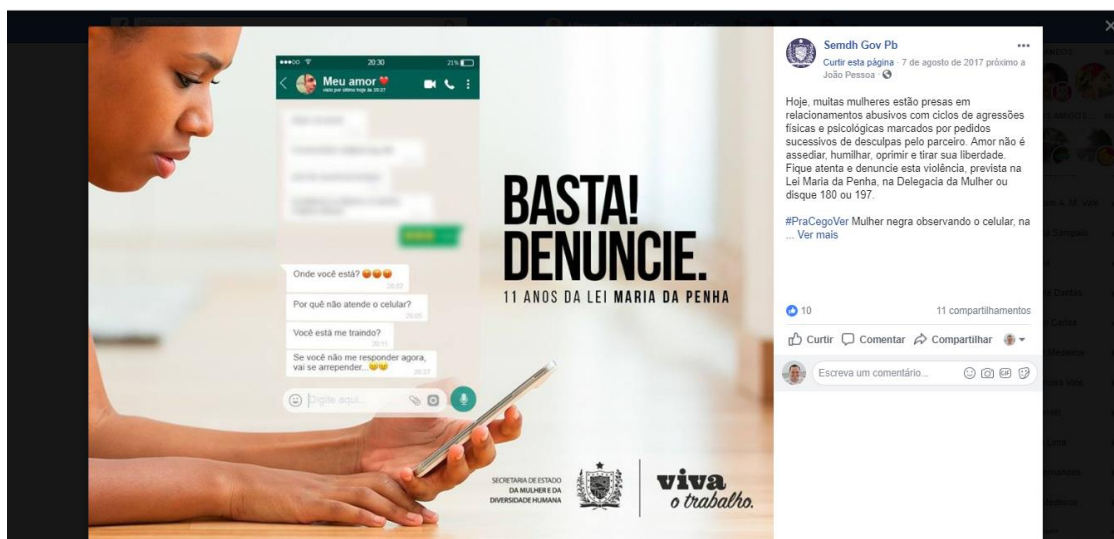
Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	3
Compartilhamentos	5
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE C – FIGURA 3



Identificação da publicação	Publicação da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres – CEPM/PI
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	0
Compartilhamentos	0
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE D – FIGURA 4



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – PB
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	10
Compartilhamentos	11
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE E – FIGURA 5



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas da Bahia
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	73
Compartilhamentos	26
Comentários	1
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	1

APÊNDICE F – FIGURA 6



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	5
Compartilhamentos	9
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE G – FIGURA 7



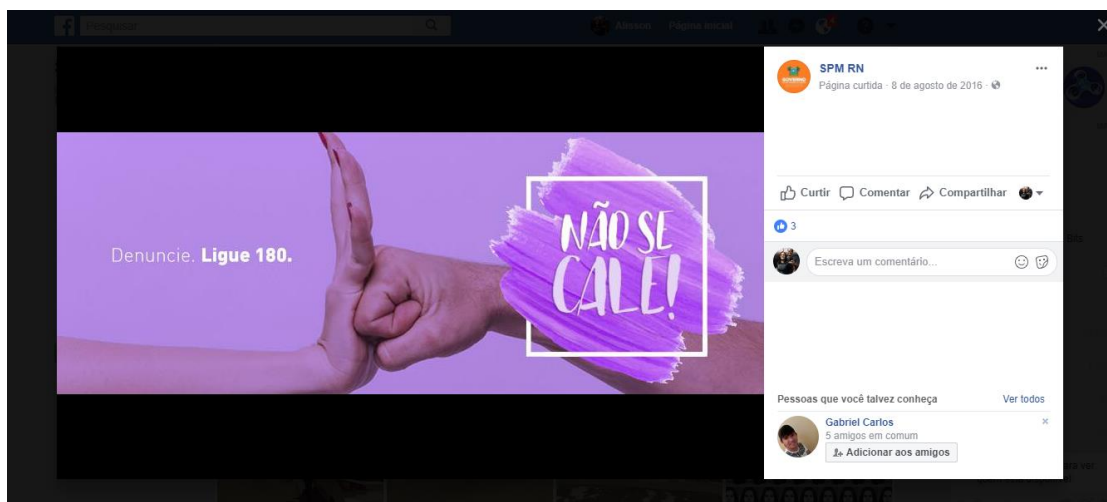
Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da BA
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Sem marcas evidentes do patriarcado
Curtidas	42
Compartilhamentos	15
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE H – FIGURA 8



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	3
Compartilhamentos	4
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE I – FIGURA 9



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	3
Compartilhamentos	0
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE J – FIGURA 10



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Produz efeitos de naturalização da violência
Curtidas	5
Compartilhamentos	2
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE K – FIGURA 11



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Produz efeitos de naturalização da violência
Curtidas	8
Compartilhamentos	2
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE L – FIGURA 12



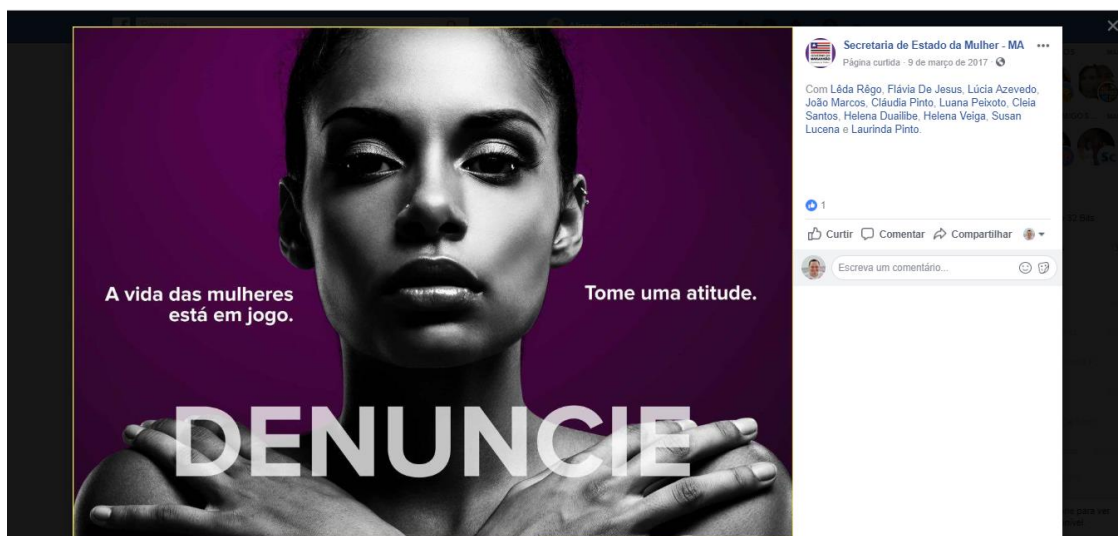
Identificação da publicação	Publicação da Secretaria da Mulheres de Pernambuco
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Sem marcas evidentes do patriarcado
Curtidas	11
Compartilhamentos	3
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE M – FIGURA 13



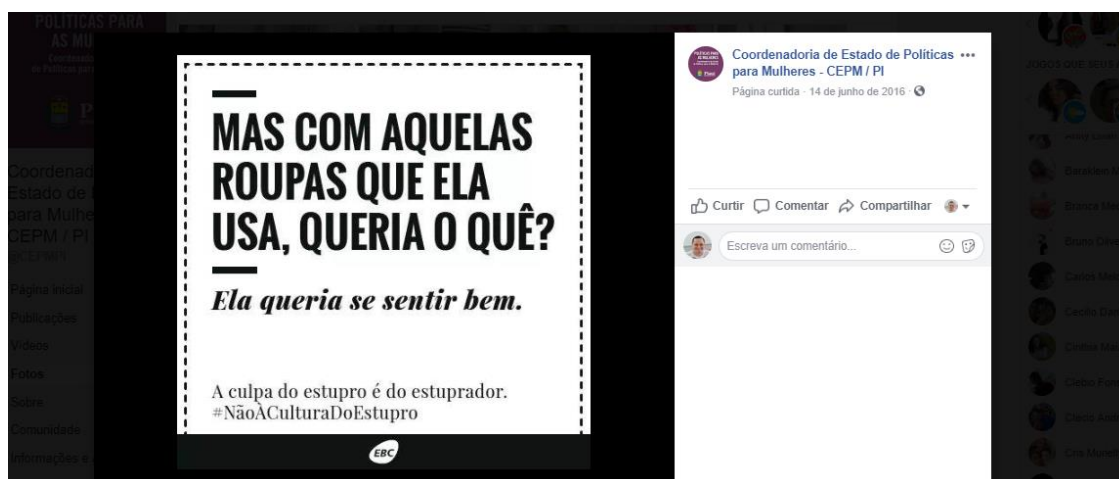
Identificação da publicação	Publicação da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	11
Compartilhamentos	5
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE N – FIGURA 14



Identificação da publicação	Publicação de Estado da Mulher do Maranhão
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	1
Compartilhamentos	0
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE O – FIGURA 15



Identificação da publicação	Publicação da Coordenadoria de Estado de Políticas para Mulheres - CEPM/PI
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	0
Compartilhamentos	0
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE P – FIGURA 16



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do RN
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Responsabiliza a mulher
Curtidas	13
Compartilhamentos	9
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE Q – FIGURA 17



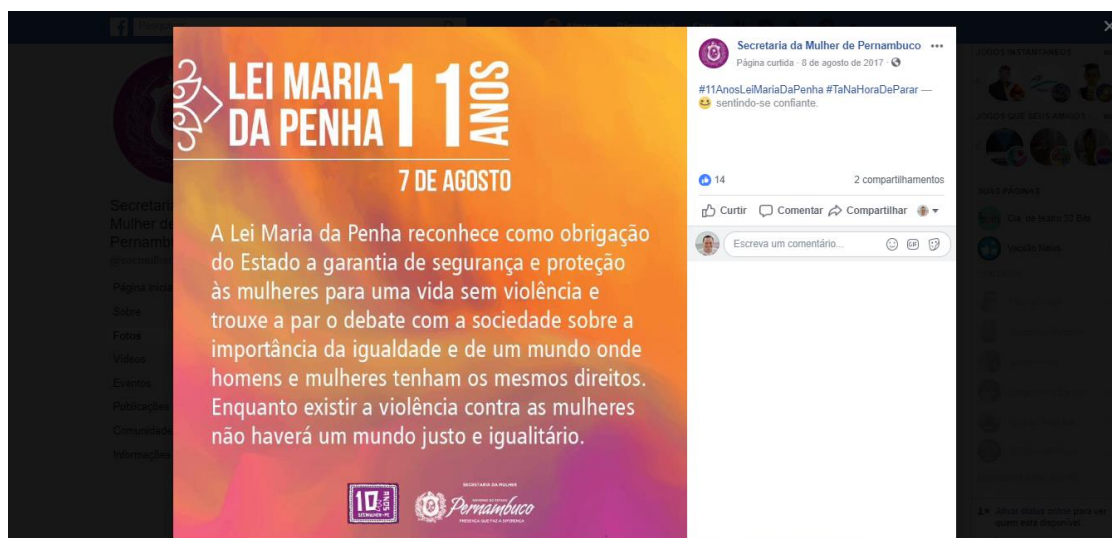
Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPM-BA
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Naturaliza a violência
Curtidas	3
Compartilhamentos	11
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE R – FIGURA 18



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia SPM-BA
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Produz efeitos de naturalização da violência
Curtidas	5
Compartilhamentos	10
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE S – FIGURA 19



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria da Mulher de Pernambuco – SPM-PE
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Sem marcas evidentes do patriarcado
Curtidas	14
Compartilhamentos	2
Comentários	0
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0

APÊNDICE T – FIGURA 20



Identificação da publicação	Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia – SPM- BA
Posicionamento da postagem (responsabiliza a mulher, produz efeitos de naturalização da violência, sem marcas evidentes do patriarcado)	Sem marcas evidentes do patriarcado
Curtidas	74
Compartilhamentos	54
Comentários	1
Com elementos dos saberes patriarcais nos comentários	0
Sem elementos dos saberes patriarcais nos comentários	1